

SECRETARIA DE
INFORMÁTICA
RELATÓRIO
BIÊNIO
2023-2025



SECRETARIA DE
INFORMÁTICA

RELATÓRIO
BIÊNIO
2023-2025

PRESIDENTE DO TJPA
DESEMBARGADORA **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

VICE-PRESIDENTE DO TJPA
DESEMBARGADOR **ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**

CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA
DESEMBARGADOR **JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR**

SECRETARIA DE INFORMÁTICA

SECRETÁRIO DE INFORMÁTICA
MÁRCIO GÔES DO NASCIMENTO

COORDENADOR DE APLICAÇÕES
ÁLVARO ROGERS CARDOSO ALVÃO

COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO
RAMON SANTOS DO NASCIMENTO

COORDENADOR DE SUPORTE TÉCNICO
ERICK JOHNY MACIEL BOL

ASSESSORES DE INFORMÁTICA
LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO
RONILDO JOJI MATSUURA

CHEFES DE DIVISÃO/SERVIÇO
BRUNO VIEIRA DOS SANTOS
CARLOS DIEGO POJO DE BRITO SOUZA
DANIEL FONTES PEREIRA
FÁBIO VENICIUS FERREIRA DOS REIS
LEONARDO JUNQUEIRA DA SILVA VALENTE
LUIZ FERNANDO MONTEIRO SENA
MARCUS VINICIUS BARBOSA E SILVA
SIMONNE SOARES BATISTA

COMISSÃO DE INFORMÁTICA
(PORTARIA Nº. 4121/2023-GP)
DESEMBARGADOR **ALEX PINHEIRO CENTENO**
MÁRCIO GÓES DO NASCIMENTO
ERICK JOHNY MACIEL BOL

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC
(PORTARIA Nº. 3127/2023-GP)
JUIZ **CHARLES MENEZES BARROS**
JUIZ **SÍLVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA**
FÁBIO ROBERTO ALBUQUERQUE AZEVEDO
LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO
LUCIANA SÁ FERNANDES
MÁRCIO GÓES DO NASCIMENTO
MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS
TIAGO SILVA GUIMARÃES
VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JÚNIOR

COMITÊ DE GESTÃO DE TIC
(PORTARIA Nº. 2585/2023-GP)
ÁLVARO ROGERS CARDOSO ALVÃO
ERICK JOHNY MACIEL BOL
FÁBIO CEZAR MASSOUD SALAME DA SILVA
FÁBIO ROBERTO ALBUQUERQUE AZEVEDO
IGOR PINTO SIMÕES
LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO
MÁRCIO GÓES DO NASCIMENTO
RAMON SANTOS DO NASCIMENTO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
(PORTARIA Nº. 847/2023-GP)
DESEMBARGADORA. **LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**
JUIZ **SÍLVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA**
MÁRCIO GÓES DO NASCIMENTO
ERICK JOHNY MACIEL BOL
VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JÚNIOR
CAMILA AMADO SOARES
MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS
TIAGO SILVA GUIMARÃES
CRISTHIANNE DE CAMPOS CORRÊA
WILL MONTENEGRO TEIXEIRA
FÁBIO DJAN OLIVEIRA DE LIMA
TEN. CEL. **QQPM RODRIGO ALEIXO MELO DOS SANTOS**

COMITÊ GESTOR DA PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO (PDPJ)
(PORTARIA Nº. 1123/2022-GP)
DESEMBARGADOR **ALEX PINHEIRO CENTENO**
JUIZ **CHARLES MENEZES BARROS**
JUÍZA **SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA**
JUIZ **CÉSAR AUGUSTO PUTY PAIVA RODRIGUES**
JUÍZA **KÁTIA PARENTE SENA**
JUIZ **ANDRÉ MONTEIRO GOMES**
REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES
FÁBIO RANGEL PEREIRA DE SOUZA
MARCUS VINÍCIUS NERY LOBATO
ANDRÉ LUIS BASTOS FREIRE
MARCIO GÓES DO NASCIMENTO
FÁBIO DJAN OLIVEIRA DE LIMA
ERICK JOHNY MACIEL BOL
RAMON SANTOS DO NASCIMENTO
YAN YURI FERREIRA LIMA
CARLOS DIEGO POJO DE BRITO SOUZA
FÁBIO ROBERTO ALBUQUERQUE AZEVEDO
ÁLVARO ROGERS CARDOSO ALVÃO

Índice

Palavra do Secretário de Informática.....	10	18. Precatórios.....	50
MISSÃO	12	19. Novos fluxos no PJe.....	52
VISÃO	12	20. Adequação do PJe à Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua - PopRuaJud	54
VALORES.....	13	22. Aperfeiçoamento da gestão da qualidade das aplicações.....	55
Projetos e Resultados: Infraestrutura e Modernização	14	Projetos e Resultados: Atendimento e Suporte	56
1. Expansão e Modernização do Parque Computacional	14	1. Projeto Reiniciar:	56
2. Expansão do Serviço de Outsourcing de Impressão	15	2. Expansão dos Canais de Atendimento	59
3. Reestruturação das	15	3. Expansão do Suporte Técnico	61
Salas de Audiências	15	4. Nivelamento de magistrados e servidores sobre o PJe:	62
4. Implantação de Kits Biométricos	16	5. Aumento de desempenho das equipes de suporte técnico:	63
5. Nova Arquitetura de Ativos de Rede de Datacenter	16	6. Telefonia Integrada ao Teams	65
6. Incrementos na comunicação de dados	18	7. Aparelhos Celulares para os PID (Pontos de Inclusão Digital)	65
7. Implantação de Arquitetura Hiperconvergente (HCI - Hyper-Converged Infrastructure).....	19	8. Novo contrato de serviços técnicos especializados.....	65
8. Contratação de Serviços de Computação em Nuvem	20	Projetos e Resultados: Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação.....	66
9. Aquisição de Aparelhos Telefônicos IP.....	21	1. Plano de Transformação Digital (PTD): Um Novo	
10. Melhorias em Performance e Estabilidade do PJe	21	Capítulo na Modernização do Judiciário Paraense	66
11. Modernização da estrutura tecnológica para suporte e processamento dos dados de arrecadação	21	2. Avanços da Secretaria de Informática do TJPA na Implementação da ENTIC.....	66
12. Nova Política de Segurança da Informação	21	2.1 Avanços na Gestão de Serviços de TIC no TJPA: Integração,	
14. Contratação de um serviço de SOC (Security Operations Center).....	22	Nuvem e Segurança como Pilares de Eficiência.....	66
15. Aumento dos controles de segurança cibernética.....	22	2.1.1 Tema: Sistemas de Informação.....	67
13. Migração do Serviço de E-mail para a Nuvem (Outlook)	22	2.1.2 Tema: Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem.....	67
16. Instalação de rede sem fio (WiFi) em todas as unidades.....	24	2.1.3 Tema: Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados.....	67
17. Implantação on-premises do Ollama	24	2.2 TJPA Fortalece Governança e Gestão de TIC: Estruturas,	
Projetos e Resultados: Sistemas e Tecnologias.....	25	Políticas e Transformação Digital em Destaque.....	67
1. Novos Sistemas e Melhorias no âmbito de Arrecadação	25	2.2.1 Tema: Estruturas Organizacionais e Macroprocessos.....	67
2. Integração do PJe com o STJ e o STF	32	2.2.2 Tema: Políticas e Planejamento	67
3. Novo Sistema de Certidão Judicial	33	2.2.3 Tema: Transformação Digital	68
4. Implantação do Sistema Mandamus	34	2.2.4 Tema: Atendimento e Suporte ao Usuário.....	68
5. Aprimoramento da Ferramenta de Pesquisa Jurisprudencial	35	2.2.5 Tema: Pessoas.....	68
6. Atualização de Versão dos Bancos de Dados do PJe e DW	35	2.3 Instrumentos de Monitoramento na Governança de TI.....	68
7. Utilização de Inteligência Artificial em Sistemas do TJPA	35	3. Melhor alinhamento com CNJ e outros Tribunais.....	72
8. Miriti	35	Conquistas.....	73
9. Berna	36	1. Nível de Excelência no iGovTIC.....	73
10. Implantação de novo serviço de downloads de documentos do PJe	36	2. Selo Diamante no Ranking da Transparência.....	75
11. Aprimoramento na gestão de precedentes judiciais qualificados e ações coletivas no PJe	36	3. 100% prontidão nas ferramentas da justiça 4.0.....	76
12. Aperfeiçoamento da disponibilidade e qualidade dos dados do Codex	36	4. Prêmio do selo de Linguagem Simples	77
13. Criação e Melhoria de Painéis e Relatórios para Monitoramento e Auxílio à Tomada de Decisão	37	5. Reestruturação da Secretaria de Informática	78
14. Domicílio Judicial Eletrônico	42	Estrutura Orçamentária – Biênio 2023-2025	79
15. Novos Sistemas e Melhorias no âmbito Administrativo.....	43	Capacitações dos Servidores de TIC	84
16. Integração do Consumidor.gov.br com o PJe	50	Desafios Futuros	89
17. Automatizações no PJe	50		

Palavra do Secretário de Informática

Prezados leitores,
É com grande entusiasmo que celebramos os avanços notáveis que a Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) alcançou no biênio 2023-2024. Este período foi marcado por um compromisso inabalável com a inovação, a excelência operacional e a busca incessante por soluções tecnológicas que otimizem a prestação jurisdicional e aproximem o Judiciário da sociedade.

Conquistas e Entregas Notáveis

- **Modernização da Infraestrutura:** Implementamos uma nova arquitetura de ativos de rede e servidores no Datacenter, aumentamos a banda de internet, melhoramos a comunicação de dados das unidades com o uso de provedores locais e satélites de baixa órbita, realizamos melhorias nos Datacenters e implantamos a arquitetura hi-

perconvergente, elevando a eficiência e a estabilidade dos nossos sistemas.

- **Expansão e Melhoria dos Sistemas:** Lançamos o novo Sistema de Certidão Judicial, o Sistema Mandamus para Oficiais de Justiça, aprimoramos a ferramenta de Pesquisa Jurisprudencial e o sistema de download de documentos do PJe, e realizamos a atualização de versões dos bancos de dados do PJe e DW, agilizando e modernizando nossos serviços.
- **Inteligência Artificial:** Implementamos soluções de IA em diversos sistemas, incluindo a identificação de decisões interlocutórias criminais, análise de termos de audiências, identificação de medidas protetivas e ajuste de processos com assuntos genéricos, otimizando a produtividade e a assertividade das decisões judiciais.
- **Avanços na Comunicação:** Implantamos o Domicílio Judicial Eletrônico, facilitando a comunicação

entre o Judiciário e os jurisdicionados, e promovemos melhorias de acessibilidade e comunicação no Portal Externo, tornando a informação mais acessível.

- **Reconhecimento Nacional:** Alcançamos o Nível de Excelência no iGovTIC, o Selo Diamante no Ranking da Transparência do CNJ, 100% de prontidão nas ferramentas da Justiça 4.0 e o Prêmio do Selo de Linguagem Simples, demonstrando nosso compromisso com a excelência e a transparência.

Compromisso com a Inovação

A Secretaria de Informática do TJPA continuará a investir em soluções inovadoras, como a inteligência artificial, a computação em nuvem e a automação de processos, para aprimorar a prestação

jurisdicional e atender às necessidades do Judiciário do século XXI. Nosso foco estratégico é garantir que a tecnologia seja utilizada como ferramenta de inclusão, celeridade e eficiência, aproximando o Judiciário dos cidadãos e promovendo uma justiça mais acessível, transparente e eficaz.

Agradecemos a todos os magistrados, servidores e colaboradores que contribuíram para o sucesso das ações da Secretaria de Informática durante o biênio 2023-2024. Reafirmamos nosso compromisso em continuar aprimorando os serviços de TIC, buscando sempre a excelência na prestação jurisdicional e o fortalecimento da justiça digital no Estado do Pará.

Atenciosamente,

Márcio Góes do Nascimento
Secretário de Informática do TJPA

MISSÃO

Fornecer produtos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação com a melhor qualidade possível para atender as demandas do Poder Judiciário do Pará.

VISÃO

Ser reconhecido no segmento judiciário até 2025 por prover soluções tecnológicas com confiabilidade, segurança e eficiência, sendo referência de sucesso e inovação em recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil.

VALORES

Eficiência - Garantir eficiência na automação dos processos de negócio meio e fim do PJPA.

Confiança - Garantir a credibilidade dos produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação ofertadas.

Agilidade - Atender agilmente às demandas por soluções de TIC.

Integridade - Garantir a integridade das de-

mandas por soluções de TIC.

Colaboração - Promover um ambiente integrado, favorecendo o compartilhamento de soluções e de conhecimento.

Inovação Tecnológica - Criar e adaptar sistemas de informação direcionados a resolução de problemas e aperfeiçoamento dos serviços.

AIRTON NASCIMENTO



Projetos e Resultados: Infraestrutura e Modernização

1. Expansão e Modernização do Parque Computacional

- **Distribuição de Monitores:** Em 2024, foram distribuídos 700 monitores, sendo 950 substituições e 250 adições. A previsão é que, até o final da gestão, mais 1.700 monitores sejam substituídos ou adicionados ao parque tecnológico. Essa expansão visa atender às crescentes demandas tecnológicas e otimizar a eficiência operacional da instituição. A adoção de monitores maiores e mais modernos melhora a qualidade e ergonomia do ambiente de trabalho.
- **Computadores de Alto Desempenho:** Foram alocados em áreas administrativas estratégicas, como engenharia, estatística e desenvolvimento de sistemas judiciais, resultando em ganhos significativos de eficiência. A idade média desses equipamentos é de aproximadamente 2 anos,

com cerca de 80 unidades, das quais 50 foram adquiridas em 2023 e 2024. Esses computadores de alto desempenho são essenciais para suportar tarefas complexas e aumentar a produtividade.

- **Estações de Trabalho:** Foram incluídas mais de 700 estações de trabalho, incluindo notebooks e mini PCs, o que contribuiu para a melhoria da infraestrutura tecnológica e proporcionou maior mobilidade aos usuários. A inclusão dessas estações visa atender às necessidades de diferentes perfis de usuários, desde administrativos até técnicos. Atualmente, o TJPA gerencia aproximadamente 7.500 notebooks em seu parque computacional distribuídos nas comarcas de Belém, Região Metropolitana e Interior. Com essa atualização, o parque de estações de trabalho teve uma redução em sua idade média, passando a ficar com 3,5 anos de idade.

Estação de trabalho na configuração com três telas



Exemplo de uma sala de audiências antes da atualização

2. Expansão do Serviço de Outsourcing de Impressão

- **Fase 1:** A utilização do sistema de bilhetagem no outsourcing de impressão começou em junho de 2022, abrangendo o Prédio Sede, o Fórum Criminal e o Fórum Cível, com um total de 390 impressoras implantadas. Esse sistema oferece vantagens em termos de controle, gestão e otimização dos recursos de impressão.
- **Fase 2:** Em março de 2024, foi realizada nova contratação do serviço para atender todas as unidades jurisdicionais do TJPA na Região Metropolitana de Belém, totalizando 487 impressoras instaladas em 58 locais. A expansão foi motivada pelo sucesso da primeira fase e visa melhorar a eficiência dos serviços de impressão.
- **Fase 3:** Está prevista a publicação de um edital para expandir o serviço para todas as 114 comarcas do interior do estado, com a instalação de 1.260 impressoras até abril de 2025. Esse mo-

delo visa maior eficiência e redução de custos nos serviços jurisdicionais. A expectativa é que todo o parque de impressoras do TJPA opere sob o modelo de outsourcing, proporcionando uma economia anual estimada de R\$ 995.750,00 (novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta reais) apenas com papel.

3. Reestruturação das Salas de Audiências

- **Atualização de Equipamentos:** A partir de 2023, o sistema de gravação de audiências foi atualizado com a introdução de equipamentos Polycom, que simplificaram e automatizaram o processo de captura e adição dos arquivos ao sistema PJE. Esses sistemas foram implantados em 319 salas de audiências até outubro de 2024. Os equipamentos Polycom são dispositivos multifuncionais com microfones e câmeras embutidos, projetados para ambientes de videoconferência e gravação.



Exemplo de uma sala de audiências após a atualização



Utilização do kit biométrico

- **Automação:** As gravações são automaticamente enviadas ao PJe, eliminando a etapa manual e garantindo maior agilidade e segurança. Essa automação reduziu o risco de falhas humanas e melhorou a confiabilidade dos registros. A modernização trouxe benefícios como a redução no tempo de upload das audiências para o PJe, redução de custo com equipamentos e maior qualidade audiovisual das audiências.

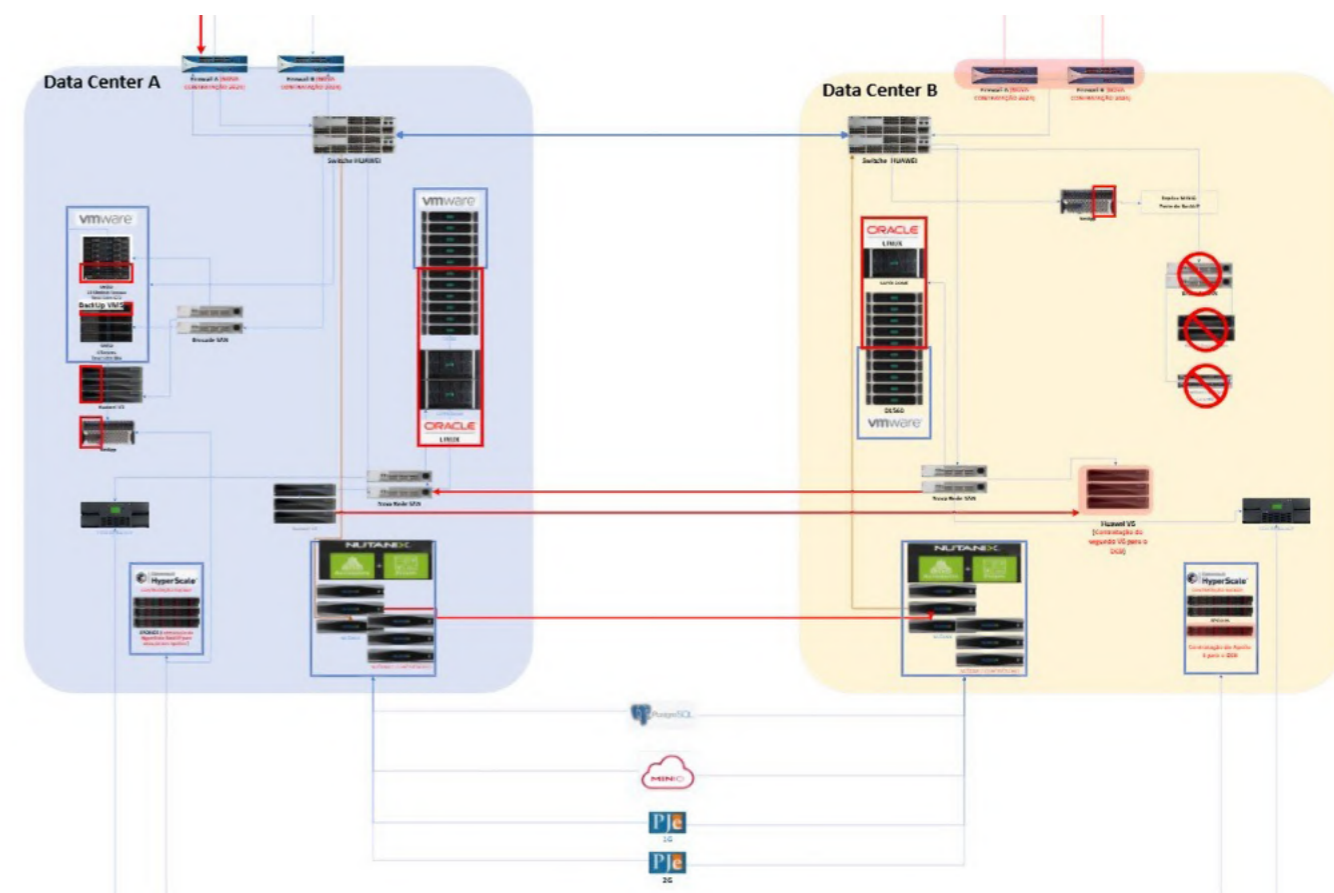
4. Implantação de Kits Biométricos

- **Identificação de Pessoas Privadas de Liberdade:** O projeto "Identificação e Emissão de Documentação Civil" foi implementado com 124 kits biométricos, notebooks e monitores, instalados em 119 unidades judiciárias. Essa iniciativa visa

garantir o direito à cidadania e promover a reintegração social dessa população. Os kits biométricos foram doados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a implementação incluiu treinamento em todas as comarcas do estado.

5. Nova Arquitetura de Ativos de Rede de Datacenter

- **Arquitetura ativo-ativo:** Implementação de uma arquitetura de datacenter ativo-ativo, permitindo melhor distribuição dos equipamentos/sistemas entre o Datacenter da Augusto Montenegro e o Container da Sede. Em caso de problema em um datacenter, podemos mover os sistemas para o outro, reduzindo interrupções e incrementando a disponibilidade dos serviços prestados.



- **Novos Equipamentos:** Instalação de 37 servidores HPE, 1 storage Huawei e 2 robôs de backup IBM. Esses novos equipamentos aumentaram a capacidade de processamento e armazenamento de dados. A arquitetura ativo-ativo permite uma melhor distribuição dos equipamentos e sistemas entre as duas unidades existentes (Augusto Montenegro e Prédio Sede), garantindo maior resiliência e disponibilidade dos sistemas do Judiciário.
- **Novos ativos de rede de datacenter:** Implantação de 22 switches de datacenter da arquitetura Spine-and-Leaf, que oferece menor latência, maior largura de banda e escalabilidade. Essa arquitetura oferece redundância, resiliência e suporte a novas tecnologias, sendo ideal para data centers de alta performance. O contrato 008/2023 prevê suporte e garantias aos equipamentos por 5 anos. A estrutura mais plana da arquitetura Spine-and-Leaf reduz o número de saltos que os dados precisam percorrer, resultando em menor tempo de resposta e maior desempenho.
- **Reformas Estruturais:** Pintura e documentação das conexões entre os ativos de rede e os ativos do datacenter, visando melhor organização e resolução de incidentes. As reformas nos datacenters da Augusto Montenegro e do Prédio Sede (Container)

têm como objetivo preservar o investimento realizado e garantir a proteção dos ativos do datacenter.

6. Incrementos na comunicação de dados

- **Aumento da banda de Internet:** Substituição dos circuitos de 1 Gbps por novos de 2 Gbps até o final de 2024, dobrando a capacidade de banda e melhorando a estabilidade e eficiência da rede. Essa atualização é essencial para suportar o crescente volume de tráfego e as demandas tecnológicas do Tribunal, garantindo uma rede mais estável e resiliente.
- **Uso de provedores locais:** Em diversas localidades do interior do Estado, o acesso à Internet é atendido de forma mais eficiente por empresas locais. Desta maneira, o Tribunal contratou (através dos contratos 097/2024, 098/2024 e 100/2024) provedores locais que fornecerão conexão via fibra óptica para 69 localidades, cuja implantação está prevista para finalizar em novembro. Conexões via fibra óptica apresentam vantagens em relação às tecnologias concorrentes como rede sem fio e satélite pois possuem uma maior capacidade de transmissão, menor degradação de sinal e imunidade à interferência eletromagnética.

- **Implantação de satélites de baixa órbita:** Implantação de 100 antenas Starlink para garantir conectividade em todo o estado até dezembro de 2024. Essa solução melhora a comunicação interna e facilita o acesso a serviços essenciais.

A conectividade abrangente proporcionada pelos satélites permite uma maior integração entre as diversas unidades do TJ, promovendo a uniformidade nos processos e a agilidade na tomada de decisões.

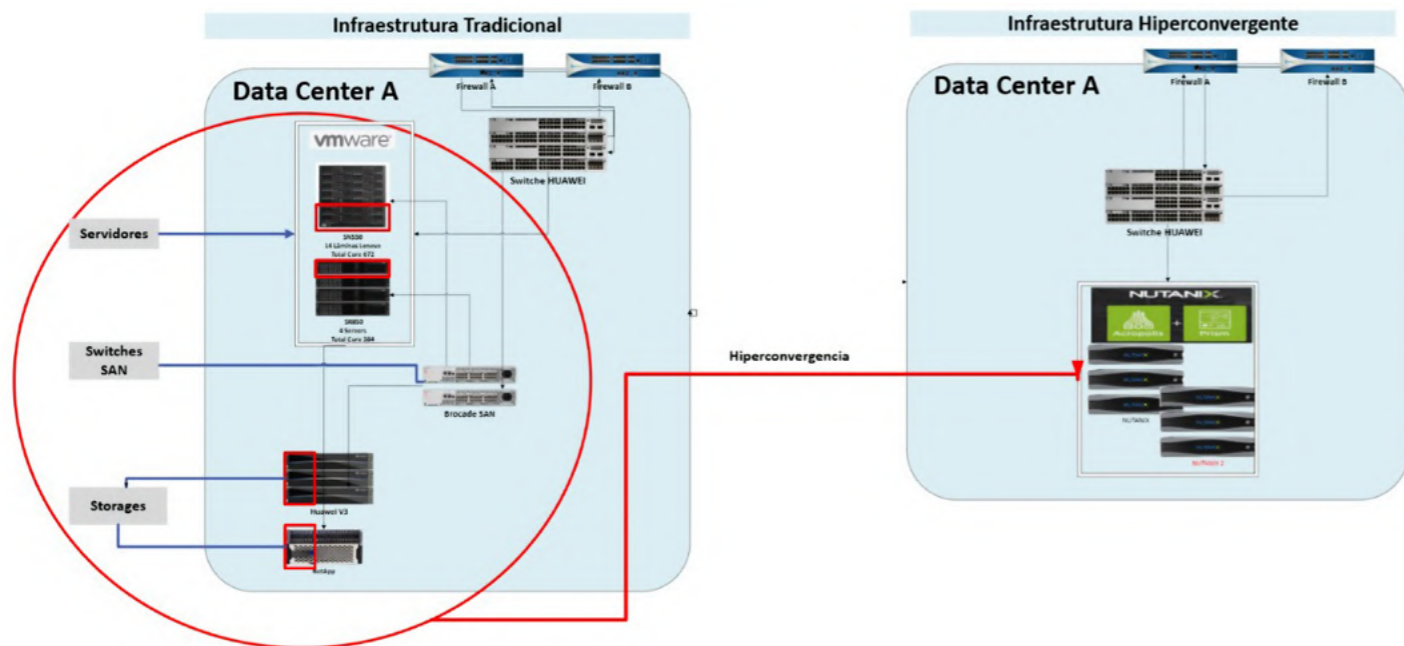


- **Balanceamento automático dos links das unidades:** Embora a funcionalidade de balanceamento de links (SDWAN) já estivesse presente nos equipamentos dos contratos 056/2019, 057/2019 e 077/2021, essa tecnologia só foi efetivamente implementada após a contratação de provedores locais e circuitos satelitais para todas as comarcas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Essa tecnologia permite a utilização eficiente de múltiplos links, realizando o balanceamento de carga, aplicando pesos e desativando automaticamente um link problemático e reativando-o assim que o serviço é res-

tabelecido.

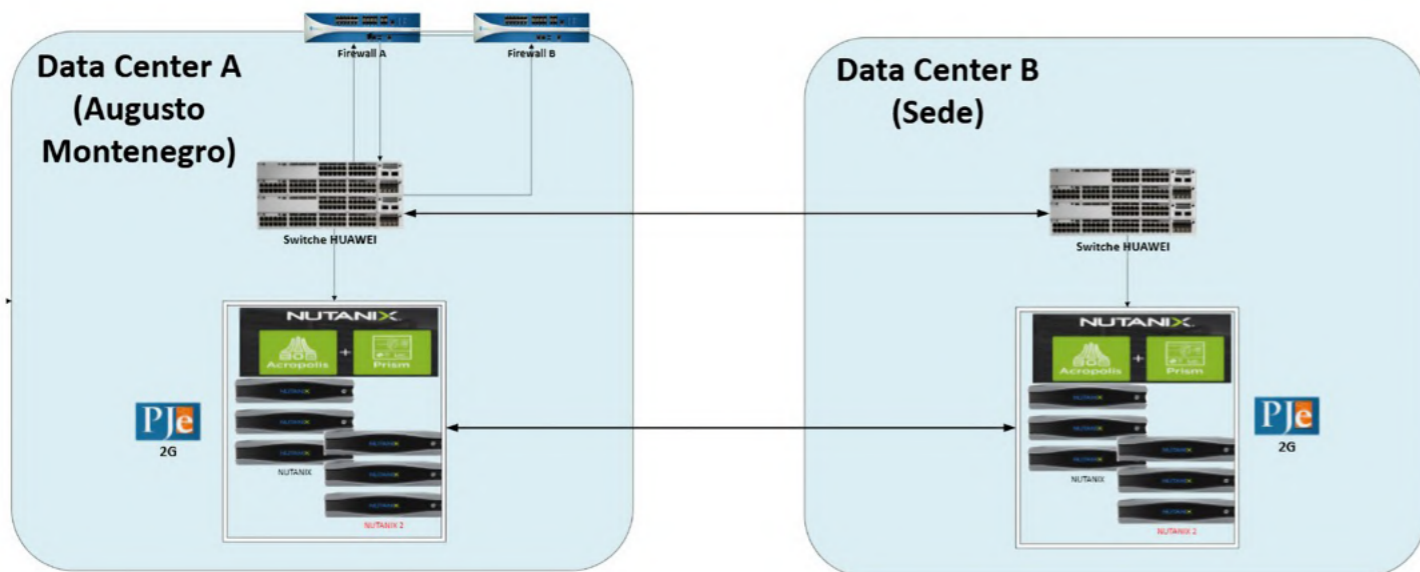
7. Implantação de Arquitetura Hiperconvergente (HCI - Hyper-Converged Infrastructure)

- **Solução Nutanix:** Implementação de uma solução com replicação de dados entre os datacenters. A arquitetura hiperconvergente integra recursos de processamento, armazenamento e rede em uma única plataforma, simplificando a gestão e maximizando a eficiência dos recursos disponíveis.



A replicação entre os datacenters garante alta disponibilidade e resiliência para as aplicações, possibilitando que elas sejam executadas no Datacenter A (Augusto Montenegro) ou no Datacenter B (Prédio Sede). Isso permite continuidade

de serviços em caso de falhas em um dos locais e facilita a distribuição de carga entre os datacenters, otimizando o desempenho e a confiabilidade do ambiente de TIC.



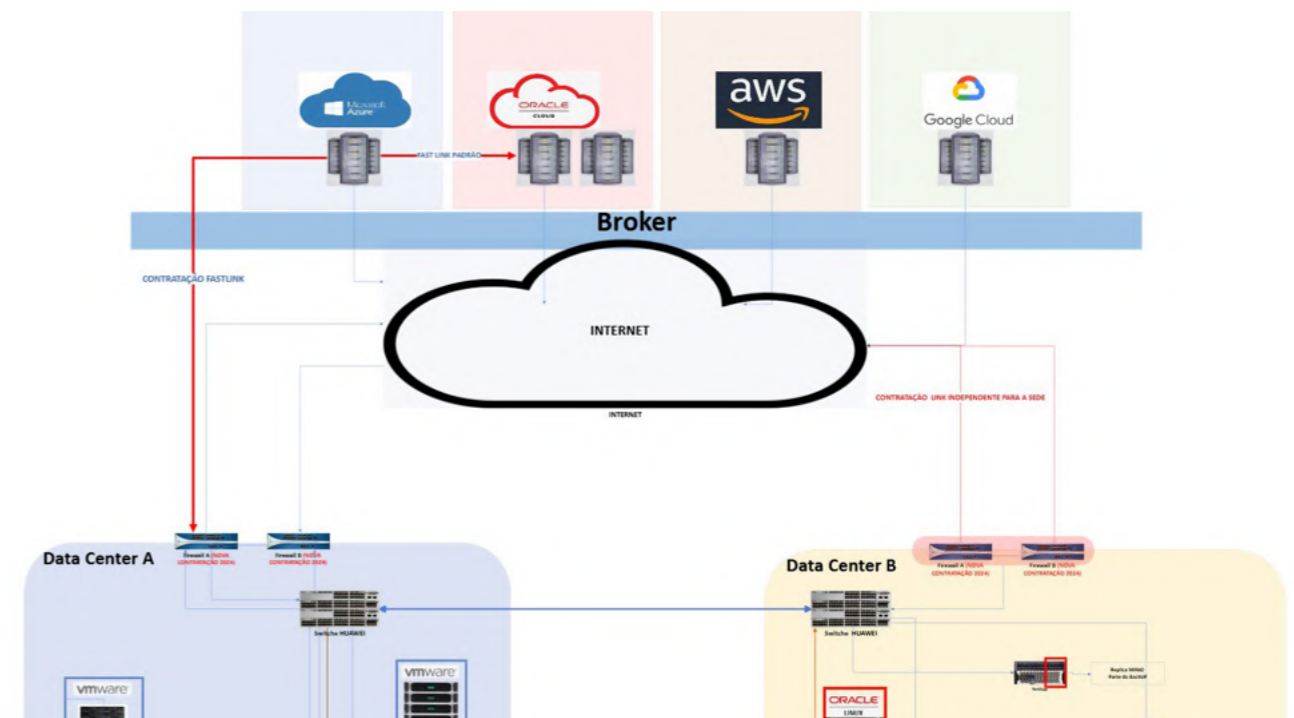
Foi realizada a Migração do PJe 2G para a infraestrutura Hiperconvergente. A migração do PJe-1G também está prevista, ampliando os benefícios (eficiência, segurança, alta disponibilidade) para todas as camadas dos processos judiciais.

8. Contratação de Serviços de Computação em Nuvem

- Flexibilidade e Escalabilidade: Contratação de serviços de nuvem para complementar a infraestrutura atual, funcionando como um terceiro

datacenter. Essa solução permitirá maior rapidez e escalabilidade na alocação de infraestrutura, otimizando o orçamento destinado à tecnologia.

A computação em nuvem oferecerá flexibilidade financeira significativa, pois o Tribunal pagará apenas pelos recursos efetivamente utilizados.



Comunicação dos Datacenters com a infraestrutura de nuvem

9. Aquisição de Aparelhos Telefônicos IP

- Telefonia Integrada ao Teams: Aquisição de 1.016 aparelhos telefônicos para suprir a demanda de novos ramais, permitindo uma experiência mais próxima das antigas linhas telefônicas. Esta aquisição contemplará 3 tipos diferentes de aparelhos, que serão disponibilizados para a alta gestão, magistrados e demais colaboradores que não utilizam o Teams.

10. Melhorias em Performance e Estabilidade do PJe

- Implementamos diversas melhorias no PJe, visando ganhos de performance e estabilidade. Essas melhorias variaram desde ajustes nos parâmetros dos bancos de dados e das aplicações, melhoria no processo de bloqueio de robôs externos, incremento e segmentação da infraestrutura,

até o monitoramento de todos os componentes do sistema. Com essas medidas, houve uma redução sensível nas ocorrências de lentidão no PJe, aumentando a produtividade das unidades judiciais.

11. Modernização da estrutura tecnológica para suporte e processamento dos dados de arrecadação

- Todos os servidores de aplicação foram atualizados para utilizarem Windows Server e Red Hat Enterprise Linux mais recentes. Os projetos também foram adequados para utilização nas IDEs correntes. Tais medidas são basilares, em virtude da importância estratégica dos sistemas envolvidos.

12. Nova Política de Segurança da Informação

Em 2024, a Secretaria de Informática do

TJPA implementou uma nova Política de Segurança da Informação, estabelecida pela Portaria nº 4592/2024. A nova PSI é mais abrangente, atualizada para as novas tecnologias e incorpora medidas contra as mais recentes ameaças virtuais. Entre as principais ações, destacam-se:

- Gestão de Riscos e Incidentes.
- Educação e Conscientização.
- Segurança no Teletrabalho.
- Revisão Contínua.
- Governança e Responsabilidade.

13. Migração do Serviço de E-mail para a Nuvem (Outlook)

Realizamos a migração do serviço de e-mail do Exchange hospedado em nosso Datacenter para a nuvem, utilizando a plataforma Outlook integrada ao Microsoft Azure. Essa transição trouxe benefícios como aumento da segurança e liberação de recursos tecnológicos anteriormente utilizados internamente.



14. Contratação de um serviço de SOC (Security Operations Center)

Contratação de um Security Operations Center (SOC), um centro avançado de operações de segurança cibernética que atua 24/7 para proteger a integridade dos sistemas e dados do tribunal. O SOC, operado por uma equipe especializada e apoiado por tecnologias de ponta, oferecerá monitoramento contínuo, análise de incidentes e respostas imediatas a ameaças, assegurando que o TJPA esteja preparado para enfrentar os desa-

fios de segurança no ambiente digital. Esta iniciativa fortalece a resiliência da infraestrutura do tribunal e garante maior proteção aos processos judiciais e aos dados dos cidadãos.

15. Aumento dos controles de segurança cibernética

Desde 2023, avançamos de forma significativa no fortalecimento da segurança cibernética do Tribunal, com o objetivo de proteger as informações sensíveis dos jurisdicionados e reforçar nossas defesas contra ameaças cada vez mais

sofisticadas. Nesse contexto, adotamos uma série de medidas que elevaram o nível de segurança, refletindo nosso compromisso contínuo com a excelência na gestão da informação.

Entre as principais ações implementadas, destacam-se:

- Troca obrigatória de senha de rede a cada 60 dias, aumentando a resistência contra tentativas de invasão por hackers.
- Aprimoramento dos sistemas de identificação e bloqueio de sites e e-mails fraudulentos, visando minimizar o risco de ataques de sites maliciosos e aplicativos nocivos.
- Implementação do Múltiplo Fator de Autenticação (MFA) para acesso à VPN e ao PJe, adicionando uma camada extra de proteção aos acessos remotos. Essa medida está sendo estendida a outros sistemas, conforme determinado na Portaria 140/2024 do CNJ.
- Bloqueio das portas USB dos computadores e notebooks, evitando o uso de dispositivos de armazenamento externo (pendrive), que costumam ser um vetor de contaminação por malware e vazamento de informações.

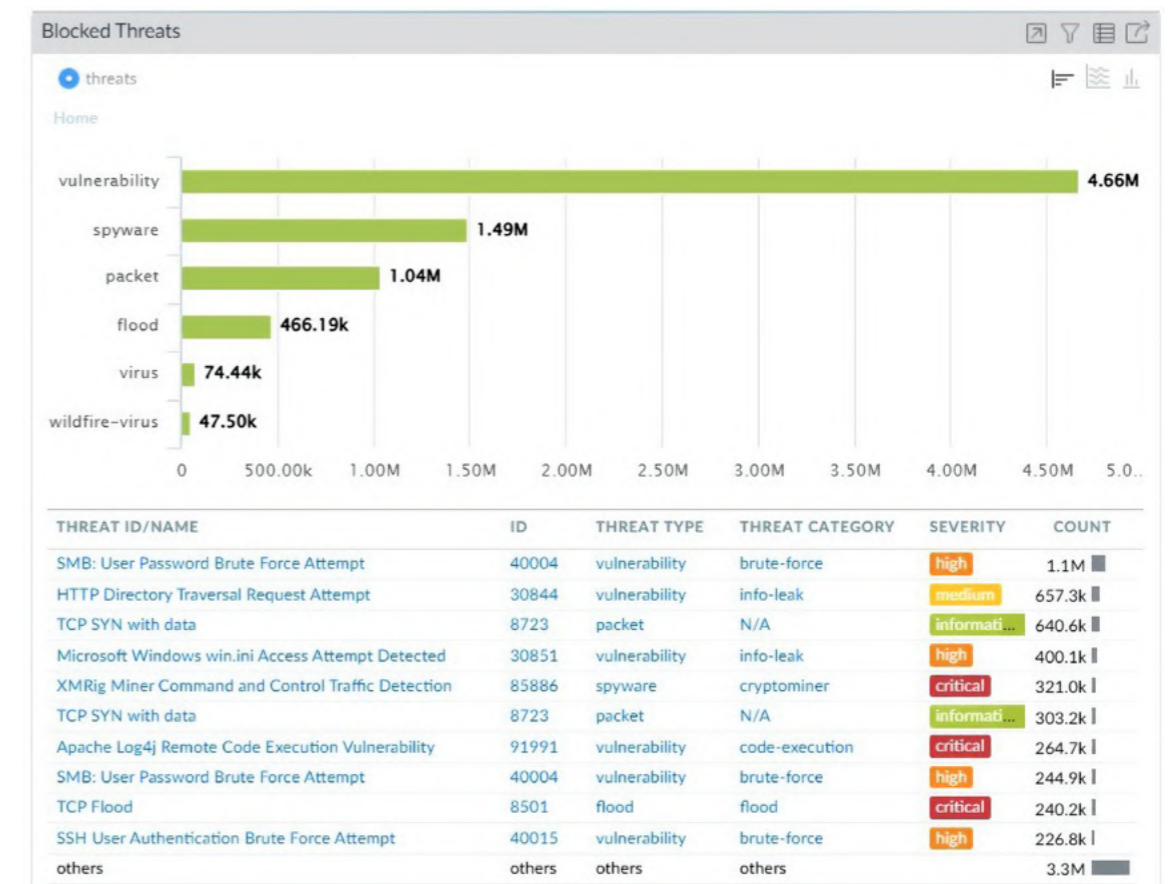
▪ Instalação de programa antivírus em todos os equipamentos (incluindo servidores).

▪ Limitação das permissões dos usuários, evitando a instalação de programas não homologados, que podem introduzir vulnerabilidades no ambiente.

▪ Gestão remota dos equipamentos via Microsoft Intune, permitindo maior rapidez no atendimento, inclusive quando o servidor está em trabalho remoto.

▪ Implantação do Deep Discovery Inspector (DDI), equipamento que analisa toda a comunicação interna do TJ, procurando possíveis ameaças em tempo real, e categorizando os achados, para que a equipe técnica possa focar nos incidentes mais críticos.

Algumas dessas iniciativas foram aprovadas no âmbito do Comitê de Governança de Segurança da Informação, evidenciando o comprometimento da atual gestão com a segurança digital. As medidas robustas refletem o empenho do Tribunal em proteger seu ambiente tecnológico, garantindo que o acesso às informações seja realizado de forma segura e confiável, minimizando riscos e reforçando a confiança de todos os usuários de nossos sistemas.



Para exemplificar o cenário da segurança cibernética, apenas em nosso firewall de borda, tivemos quase 8 milhões de eventos de segurança desde fevereiro/2023 até o momento (quase 7 por minuto), que foram devidamente bloqueadas pelas ferramentas implantadas e gerenciadas pela nossa equipe técnica.

Além disso, promovemos o webinar “Diálogo sobre Senhas Fortes” e disponibilizamos o curso autoinstrucional “Básico de Segurança Cibernética”, ambos acessíveis na Escola Judicial.

16. Instalação de rede sem fio (WiFi) em todas as unidades

Até o final deste mês de outubro, todas as unidades do Tribunal de Justiça (TJ) contarão com duas redes sem fio distintas: uma dedicada às atividades internas do TJ (“Corporativo”) e outra destinada ao público externo (“Visitantes”). Utilizando os equipamentos fornecidos pelo contrato 061/2022, essa implementação permitirá maior mobilidade e eficiência no desempenho das atividades dentro das unidades do TJ.

A separação em duas redes distintas garante a segurança dos dados institucionais que fica protegido de qualquer tentativa de acesso indevido proveniente da rede destinada para visitantes.

Além disso, a disponibilidade de uma rede para visitantes melhora a experiência dos usuários externos, proporcionando-lhes acesso à internet de forma prática e segura. A implementação dessa infraestrutura de rede sem fio é um passo importante para modernizar e otimizar o

ambiente de trabalho no TJ, promovendo a conectividade e a flexibilidade necessárias para as atividades diárias.

Em resumo, a instalação das duas redes sem fio até o final do mês representa um avanço significativo na infraestrutura tecnológica do TJ, beneficiando tanto os funcionários quanto o público externo, e assegurando um ambiente mais conectado e eficiente.

17. Implantação on-premises do Ollama

A implantação da ferramenta open-source *Ollama* on-premise com aceleração de GPU permite o desenvolvimento de novas tecnologias de Inteligência Artificial baseadas em *Large Language Models* (LLMs). Em contraste com outras opções como ChatGPT e Microsoft Copilot, o Ollama provê serviços de LLM de forma completamente local (on-premise), segura, autônoma, e sem custos adicionais, sem necessidade de contratos ou transferência de informações. O Ollama será usado principalmente para apoiar novas soluções de IA do tribunal, como sumarizadores, classificadores, entre outros.

O Ollama instalado no TJPA atualmente provê a LLM *Llama*, a mesma utilizada pela IA do WhatsApp e Meta. Especificamente, implantamos a versão Llama 3.1 com 8 bilhões de parâmetros. Após os testes iniciais de infraestrutura, planeja-se ainda a evolução do Ollama para o vLLM, um framework de LLMs capaz de servir modelos ainda maiores de forma mais eficiente e escalável.



18. Modernização Tecnológica Audiovisual nos espaços da SEDE do TJPA e na Nova EJPA

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) está realizando um processo de modernização tecnológica, oriundo do contrato 33/2024, com o objetivo de aprimorar suas instalações e oferecer melhores condições de trabalho, bem como do ensino em sua Escola Judicial. Este projeto equipou espaços como o Tribunal Pleno, a Sala de Reuniões da Presidência, o Gabinete da Presidência e a

Escola Judicial (EJPA) com tecnologias de ponta, incluindo painéis de LED, equipamentos gerenciados de multimídia e sistemas de transmissão de conteúdo.

Benefícios da Modernização:

- Melhoria na comunicação visual: Painéis de LED de alta resolução proporcionarão uma experiência visual imersiva e impactante durante as sessões do Tribunal Pleno, apresentações na Sala de Reuniões da Presidência, Eventos na EJPA.





- Otimização das apresentações: Equipamentos de multimídia gerenciados facilitarão a exibição de apresentações, vídeos e documentos, tornando as sessões, reuniões e aulas mais dinâmicas e informativas.
- Ampliação do alcance: Sistemas de transmissão de conteúdo permitirão a transmissão ao vivo de eventos e aulas, expandindo o acesso à informação e ao conhecimento para um público maior, incluindo aqueles que não podem estar presentes fisicamente.

- Modernização da imagem do TJPA: A adoção de tecnologias inovadoras reforça a imagem do TJPA como uma instituição moderna e comprometida com a excelência. Espaços modernizados em m² de painéis de LEDs instalados:
 - Tribunal Pleno - Fundo: 12 m²
 - Tribunal Pleno - Lateral: 3 m²
 - Sala de Reunião da Presidência: 9.75 m²
 - Gabinete da Presidência: 6 m²
 - Auditório Principal da EJPA: 15 m²
 - Auditório Secundário da EJPA: 15 m²
 - Painel de Entrada da EJPA: 10 m²



Projetos e Resultados: Sistemas e Tecnologias

1. Novos Sistemas e Melhorias no âmbito de Arrecadação

- **Aperfeiçoamento do CustaWeb:** O Sistema de Pagamento de Custas Judiciais foi reformulado, apresentando um ambiente mais moderno e funcional. As mudanças visam facilitar a interação do jurisdicionado com os sistemas do TJPA, proporcionar aos usuários maior agilidade e aumentar a arrecadação própria do TJPA. Entre as principais mudanças estão:
 - **Disponibilização de Pagamento de Custas Judiciais Utilizando Pix:** Visando desburocratizar e agilizar o processo de paga-

mento das custas judiciais, além de reduzir as demandas nas unidades judiciais e de arrecadação, promovendo aumento da receita própria do Poder Judiciário Estadual, o TJPA implantou o pagamento de custas judiciais utilizando o PIX. Entre as principais vantagens do PIX, está a facilidade de uso pela disponibilidade 24/7 para quitação instantânea de custas.

- **Novo visual:** O layout do sistema passou por uma profunda evolução visando simplificar a interação através de ícones bem dispostos e telas limpas e funcionais. Adicionalmente esta interface se mostra mais eficiente em dispositivos móveis:



Nova tela inicial do CustaWeb

- **Contrato com o Banco do Estado do Pará:** O contrato nº 70/2023 firmado com o Banco do Estado do Pará permite o pagamento instantâneo PIX, feito através do uso de QRCode dinâmico.
- **Boleto de Arrecadação Padrão:** Padronização dos Boletos emitidos por todos os sistemas de arrecadação: Junto com a im-

plementação do pagamento via PIX, foram padronizados todas as emissões de boletos dos sistemas arrecadadores. Esta uniformização passa mais credibilidade aos sistemas reforça o compromisso do TJPA em facilitar as iterações dos jurisdicionados com a instituição.



Banpara | 037 - 0 | 03790.00094 99109.180002 00016.591356 1 98850000042896

Local de Pagamento Pagável em qualquer agência bancária		Vencimento 30/10/2024	
Beneficiário TRIBUNAL DE JUSTICA DO PARA		CPF/CNPJ Beneficiário 04567897000190	
Endereço Beneficiário Av. Almirante Barroso, 3089, Souza - CEP: 66613-710 - Belém, PA		Agência / Conta Corrente / Convênio 0026/180071/10918	
Especie Doc. CR		Aceite N	
Nosso Número 1659135		Valor do Documento 428,96	
Instruções de Pagamento Referente a número do documento: [REDACTED] CAMETÁ Número do Processo: [REDACTED] 2022.8.14.0012 - NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO -		(-) Descontos / Abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(+) Mora / Multa	
		(+) Mais Outros Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado	
Pagador MTS [REDACTED] - CEP: 68400000 - Cameta, PA		Número do Documento 2024541361	
		Data do Processamento 30/09/2024	
		Data do Documento	

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

PIX Copia e Cola:
00020101021226830014br.gov.bcb.pix2561[REDACTED]code.banpara.b.br/pix/cobv/6e6ed3a413b8455cb2[REDACTED]88d88b1bf0375204000053039865802BR5925TRIBUNAL DE JUSTICA DO PA6005BELEM61086661371062070503**63040248

Boleto padronizado de arrecadação do TJPA com código de barras QRcode e Pix copia e cola

- **Atualização semiautomática de boletos de custas judiciais:** Uma pessoa interessada pode utilizar a funcionalidade de atualização de boleto no portal de Custas Online e então conseguir fazer o pagamento do valor atualizado pelo sistema.

Situação	Valor	Ações
ABERTO	R\$ 281,51	[Print] [Cartão] [Boleto] [PIX]
ABERTO	R\$ 281,51	[Print] [Cartão] [Boleto] [PIX]
VENCIDO	R\$ 617,32	[Print] [Atualizar boleto]
VENCIDO	R\$ 284,90	[Print] [Atualizar boleto]
VENCIDO	R\$ 929,10	[Print] [Atualizar boleto]

Botão de Atualizar Boleto do CustaWeb

- **Flexibilização do meio de pagamento de custas judiciais:** Implementada possibilidade de pagamento de custas por qualquer meio de pagamento independentemente da maneira como a custa foi gerada. Antes a custa só poderia ser paga pelo meio em que havia sido gerada. As opções são Cartão de Crédito, Boleto e PIX.

Situação	Valor	Ações
ABERTO	R\$ 281,51	[Print] [Cartão] [Boleto] [PIX]
ABERTO	R\$ 281,51	[Print] [Cartão] [Boleto] [PIX]
VENCIDO	R\$ 617,32	[Print] [Atualizar boleto]
VENCIDO	R\$ 284,90	[Print] [Atualizar boleto]
VENCIDO	R\$ 929,10	[Print] [Atualizar boleto]

Botões para pagamento de custas por cartão boleto e pix no CustaWeb

- **Pesquisa online de custas judiciais:** aperfeiçoamento da consulta para utilizar CPF/CNPJ e inclusão de busca fonética. Isso potencializa a eficiência e acessibilidade do sistema, como se pode discernir:
 - **Novo tipo de pesquisa:** Adicionado a pesquisa por CPF ou CNPJ para simplificar o processo de consulta pelos usuários. Muitas pessoas e empresas têm esses dados em mãos, o que elimina a necessidade de informações adicionais que poderiam ser mais difíceis de acessar. Isso torna o sistema mais amigável e acessível, especialmente para cidadãos que não estão familiarizados com procedimentos judiciais.
 - **Redução de Buscas sem resultado:** A inclusão da busca fonética é um recurso inovador que melhora significativamente a precisão das consultas. Muitas vezes, nomes podem ser digitados de forma incorreta ou com variações ortográficas. A busca fonética permite que usuários encontrem informações mesmo com pequenas discrepâncias na escrita, reduzindo a frustração e aumentando a eficácia da pesquisa.

Página Inicial | Emissão de Custas | 2ª Via do Boleto Bancário | Validação

Processo/PAC | Documento | **Nome Parte (Sacado)** |

Código de Documento | Sacado

[REDACTED] | **ADRIANO ULISSES** [REDACTED]

[REDACTED] | **ADRIANO ULISSES** [REDACTED]

Pesquisa Fonética do CustaWeb

- **Aumento da Transparência:** A capacidade de consultar custas judiciais de maneira rápida e precisa contribui para a transparência do sistema judiciário. Cidadãos podem acessar facilmente informações sobre suas obrigações financeiras, promovendo um ambiente de maior confiança nas instituições.

- **Módulo de Fiscalização de Custas Judiciais:** Esse módulo foi desenvolvido para facilitar a criação, o acompanhamento e a automação das tarefas relacionadas à fiscalização judicial.

Ele possibilita o trabalho em diferentes fases: análise, fiscalização e pós-fiscalização. Essa ferramenta atendeu a uma demanda da Divisão de Arrecadação Judicial, permitindo a fiscalização de quase todas as unidades com precisão e riqueza de detalhes, em contraste com a abordagem anterior, que se baseava com mais frequência na técnica de amostragem.

podem acompanhar a situação de suas dívidas de forma simples e direta.

- **Aprimoramento da Fiscalização:** A automatização e a centralização das informações permitem uma fiscalização mais rigorosa e eficaz dos débitos. O TJPA pode monitorar melhor os casos de inadimplência e implementar estratégias de cobrança mais direcionadas, aumentando a eficiência na arrecadação.

- **Integração de Dados para Análises Mais Precisas:** Com dados coletados de forma automatizada, é possível realizar análises mais detalhadas sobre a inadimplência e o comportamento dos devedores. Isso pode informar decisões estratégicas e políticas públicas voltadas à melhoria da arrecadação.

- **Fomento à Regularização de Débitos:** Ao facilitar o processo de protesto, o sistema pode estimular os devedores a regularizarem suas pendências. A possibilidade de um protesto pode servir como um incentivo para que os cidadãos busquem soluções para quitar suas dívidas, promovendo uma cultura de responsabilidade fiscal.

funcionalidade ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), que permite a vinculação das custas iniciais já na fase de protocolo. Esta melhoria traz diversas vantagens para os(as) usuários(as). Primeiramente, oferece maior transparência e segurança, pois as custas processuais estarão vinculadas ao processo desde o início, possibilitando uma verificação rápida tanto pelo PJe quanto pelo sistema Custas Web. Além disso, proporciona maior celeridade ao trâmite processual, eliminando a necessidade de intervenção das Secretarias em etapas posteriores ou o encaminhamento para uma Unidade de Arrecadação Judicial para conferência.

- **Módulo Extrajudicial de Notas de Atos:** Implementação do cadastro, controle e utilização na prestação de contas das notas de atos praticados. Este desenvolvimento permitiu uma melhor utilização, visualização e gerenciamento das notas extrajudiciais.

- **Módulo Extrajudicial de Retificação e Cancelamento:** Em conformidade com o Provimento nº 13/2023-CGJ, que regulamenta a retificação e o cancelamento de dados dos selos de segurança e fiscalização digitais nas serventias do Estado do Pará, foi possibilitado que os cartorários realizem, de maneira automatizada, esses procedimentos, tornando o fluxo de trabalho muito mais célere e eficaz.

- **Vinculação de Custas Judiciais Iniciais na fase de protocolo do PJe:** Implementação de uma nova

Id	Unidade Judiciária	Período Analisado	Período Fiscalização	Período Pós-Fiscalização	Ações
038/2024	ABAETETUBA - VARA CRIMINAL	01/01/2023 a 31/12/2023	03/04/2024 a 03/04/2024	07/10/2024 a 07/10/2024	[Ícone]
103/2022	ABAETETUBA - VARA DO JUIZADO ESPECIAL	01/01/2017 a 31/12/2021	03/05/2022 a 25/07/2023	03/04/2024 a 03/04/2024	[Ícone]
036/2024	ABAETETUBA - VARA DO JUIZADO ESPECIAL	01/01/2023 a 31/12/2023	03/04/2024 a 03/04/2024	07/10/2024 a 07/10/2024	[Ícone]
247/2023	ABAETETUBA - VARA JUIZADO ESPECIAL	01/01/2022 a 31/12/2022	19/05/2023 a 19/05/2023	03/04/2024 a 04/04/2024	[Ícone]
033/2024	ABAETETUBA - 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL	01/01/2023 a 31/12/2023	02/04/2024 a 03/04/2024	07/10/2024 a 08/10/2024	[Ícone]
095/2023	ABAETETUBA - 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL	01/01/2022 a 31/12/2022	19/04/2023 a 04/07/2023	08/04/2024 a 09/04/2024	[Ícone]

Módulo de Fiscalização de Boletos de Custas Judiciais

- **Protesto de Débitos Judiciais:** A integração entre os Sistemas de Arrecadação Judicial, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a Central de Protesto do Pará (CENPROT-PA) representa um avanço significativo na gestão de débitos judiciais. Este projeto, em colaboração com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Pará (IEPTB-PA), visa viabilizar o envio e gestão automatizados de débitos do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para protesto, promovendo uma série de benefícios que fortalecem tanto a arrecadação quanto a eficiência administrativa. Pode-se destacar:

- **Automatização do Processo:** A automatização do envio de débitos para protesto elimina a necessidade de intervenções manuais, reduzindo o tempo e os recursos necessários para essa tarefa. Isso não apenas acelera o processo de protesto, mas também minimiza erros que poderiam ocorrer durante a inserção manual de dados.

- **Agilidade na Cobrança:** Com a integração dos sistemas, os débitos podem ser protestados de maneira mais rápida e eficiente. Isso proporciona uma resposta mais ágil para a recuperação de créditos, permitindo que o TJPA atue de forma mais eficaz na cobrança de dívidas.

- **Melhoria na Transparência:** O sistema integrado permite um acompanhamento mais claro e transparente dos débitos que foram enviados a protesto. Tanto os servidores quanto os devedores podem acessar informações atualizadas sobre suas obrigações, o que contribui para um ambiente de maior confiança na administração pública.

- **Facilidade de Acesso à Informação:** A integração com o PJe e a CENPROT-PA proporciona um acesso facilitado às informações sobre os débitos protestados. Isso beneficia os cidadãos e as empresas, que

Cód. Solicitação	Data Solicitação	Qtde. Selos	Tipo Solicitação	Situação	Nº Processo	Ações	Excluir	Enviar
152	30/04/2024	1	Cancelamento de Selo	Enviado		[Ícone]	[X]	[Ícone]
153	30/04/2024	1	Cancelamento de Selo	Conforme		[Ícone]	[X]	[Ícone]
266	17/07/2024	1	Retificação de Dados Transmitidos	Conforme		[Ícone]	[X]	[Ícone]

Módulo de Solicitação de Retificação e Cancelamento de Selos do SIAE

- **Atualização Semiautomática de Boletos de Arrecadação Extrajudicial:** Evitando o cálculo manual ou anotações pela contabilidade, traz vantagens, como descrito a seguir:

- **Redução de Erros:** A eliminação de cálculos manuais diminui significativamente a probabilidade de erros, garantindo que os valores atualizados sejam precisos e confiáveis.
- **Agilidade no Processo:** A automatização do processo de atualização acelera a geração dos boletos, permitindo que os usuários realizem pagamentos de forma mais rápida e eficiente.
- **Eficiência Operacional:** Com menos trabalho manual para a contabilidade, os profissionais podem se concentrar em tarefas mais estratégicas, aumentando a produtividade geral do departamento.
- **Menor Custo Operacional:** A redução do

tempo gasto em atividades manuais e a diminuição da necessidade de retrabalho podem resultar em economia significativa nos custos operacionais do tribunal.

- **Melhoria na Experiência do Usuário:** Para os cidadãos, a simplicidade e a rapidez na atualização dos boletos tornam o processo mais amigável, incentivando o cumprimento das obrigações financeiras.
- **Desativação Global de Cartório Extrajudicial:** A desativação de um cartório, seguida pela transferência de seus selos e prestações de contas para outro cartório, representa um passo significativo na reestruturação da rede extrajudicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Essa ação não apenas permite uma melhor organização administrativa, mas também traz à tona uma série de benefícios que vão além da mera simplificação de processos.

confiança da população no sistema judicial.

- **Impacto Positivo na Imagem Institucional:** Por fim, a reestruturação pode melhorar a imagem do TJPA perante a sociedade. A eficiência e a transparência adquiridas a partir dessa reorganização reforçam a confiança do público nas instituições, promovendo uma percepção de um sistema judiciário que se adapta às necessidades contemporâneas.

- **Cadastro de Tabelas, Títulos e Atos Extrajudiciais:** O cadastro foi modernizado para cobrir todos os tipos de atos das tabelas, bem como reaproveitar cadastros existentes otimizando as consultas e o tempo de trabalho dos servidores responsáveis por mantê-lo. Isso não apenas economiza tempo e recursos ao evitar a duplicação de esforços, mas também assegura que informações valiosas não sejam perdidas no processo de transição. O reaproveitamento permite uma continuidade nas operações, uma vez que os servidores podem acessar rapidamente informações já registradas, facilitando o trabalho diário.

- **Prestação de Contas de Serventias Extrajudiciais Vagas:** Aperfeiçoamento contemplando as seguintes ferramentas:

- Atualização do SIAE para prestação de contas de serventias vagas com ajustes solicitados pela Divisão de Arrecadação Extrajudicial quanto ao controle de valores pagos anteriormente à retificação de prestação de contas;
- Desenvolvimento de um módulo de exceção de prestação de contas para suportar as decisões proferidas pela Corregedoria que autorizem, em caráter excepcional e específico (por selo), o recebimento de prestação de contas de atos em discordância com os critérios originais. Por exemplo, atos com data de registro inferior à data da compra do selo. Este módulo é bem auditado e exige dados da decisão da Corregedoria para ser habilitado;
- Implementação de prestação de contas postecipados com notas de tabelas dife-

rentes;

- Ajuste da prestação de contas de receitas e despesas quanto ao formato do relatório e local verificação de comprovantes pelo lote vinculado.

- **Cancelamento de Termo de Parcelamento de Dívidas Extrajudiciais:** habilita a dívida original a ser cobrada novamente quando não há o cumprimento das obrigações acordadas, oferecendo diversos benefícios, tanto para a gestão financeira do órgão arrecadador quanto para a manutenção da responsabilidade dos devedores, dos quais podemos descrever:

- **Recuperação de Receitas:** O cancelamento permite que a dívida original volte a ser cobrada, o que é crucial para a recuperação de receitas que, de outra forma, poderiam ser perdidas. Isso ajuda a manter a saúde financeira da instituição, garantindo que os recursos necessários para a operação sejam efetivamente arrecadados;
- **Incentivo ao Cumprimento das Obrigações:** Ao saber que o não cumprimento das obrigações acordadas pode resultar no cancelamento do parcelamento e na reativação da dívida original, os devedores são incentivados a cumprir com os pagamentos. Essa responsabilidade adicional pode melhorar a taxa de adimplência;
- **Facilidade na Gestão de Dívidas:** Essa funcionalidade simplifica o processo de gestão das dívidas, permitindo que a administração tenha maior controle sobre as obrigações financeiras dos devedores. Isso proporciona uma visão clara sobre quais dívidas estão sendo parceladas e quais estão em situação irregular;
- **Agilidade na Resolução de Pendências:** O cancelamento automático do parcelamento em caso de inadimplência agiliza a resolução de pendências. Em vez de processos longos e complexos para reativar dívidas, a funcionalidade permite que as dívidas sejam rapidamente reintegradas ao sistema de cobrança, facilitando a gestão do ciclo de arrecadação;

INFORMAÇÕES SOBRE O SELO

Número do Selo: 1044001

Data de Geração: 06/12/2013

Comarca: OBIDOS

Cartório: REG.CIVIL DA 4ª ZONA DE PARANA MIRI - 574 (EXTINTO)

Observação: Cartório extinto pela Lei 10.538/2024. Os acervos foram transferidos para o Cartório do Único Ofício da sede do Município de Curuá.

Tipo do Selo: GERAL

Série: H

Informação da Desativação de um Cartório Extrajudicial na consulta pública

A desativação dos cartórios propicia:

- **Melhoria da Qualidade dos Dados:** Um dos principais objetivos da reestruturação é a eliminação de serventias com inconsistências de dados. A desativação de cartórios problemáticos e a integração de suas funções em unidades mais eficientes possibilitam a padronização e a correção das informações. Isso resulta em registros mais precisos e confiáveis, fundamentais

para a tomada de decisões e para a transparência do sistema.

- **Aprimoramento da Governança:** Esse processo de reestruturação oferece uma oportunidade para melhorar a governança do sistema extrajudicial. Com um maior controle sobre as serventias que permanecem em operação, o TJPA pode implementar melhores práticas de gestão, promovendo a accountability e aumentando a

- **Melhoria na Transparência:** O sistema pode oferecer um histórico claro das obrigações e dos cancelamentos, promovendo a transparência nas operações de arrecadação. Isso é importante para a confiança da sociedade nas instituições, mostrando que há um controle rigoroso sobre as dívidas e os parcelamentos;
- **Apoio à Tomada de Decisão:** Os dados coletados a partir dessa funcionalidade podem ser utilizados para análises e relatórios, ajudando os gestores a entenderem melhor os padrões de inadimplência. Isso pode informar políticas futuras e estratégias de cobrança mais eficazes.
- **Integração com Outros Processos:** O cancelamento de termos de parcelamento pode ser integrado a outros processos do sistema de arrecadação, como a atualização de registros de devedores e a geração de relatórios de cobrança. Isso aumenta a eficiência operacional e facilita a gestão do ciclo de vida das dívidas.
- **Responsabilidade Social:** Essa funcionalidade também pode ter um aspecto social positivo, pois incentiva os devedores a regularizarem suas situações financeiras, contribuindo para a justiça fiscal e o bem-estar coletivo.

2. Integração do Ple com o STJ e o STF

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) se destaca como pioneiro ao integrar o Proce-

so Judicial Eletrônico (PJe) simultaneamente com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Essa iniciativa inovadora contou com o valioso apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a conexão com o STF e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) para o STJ, resultando em uma transformação significativa na tramitação de processos. Nesse cenário, pode-se destacar como principais benefícios: **Acesso Simplificado e Agilidade Processual:** A integração elimina a necessidade de plataformas externas, como e-STF e i-STJ, que anteriormente exigiam etapas adicionais para o peticionamento eletrônico. Agora, todos os procedimentos podem ser realizados diretamente pelo PJe, proporcionando maior agilidade e produtividade no manejo dos processos. **Unificação de Sistemas:** Com o objetivo de harmonizar a tramitação processual, a integração permite que informações e documentos sejam compartilhados de forma fluida entre o PJe e os tribunais superiores. Essa unificação não apenas melhora a coordenação entre os tribunais, mas também assegura uma maior consistência nas decisões judiciais, favorecendo um sistema judiciário mais coeso e eficiente. **Segurança da Informação:** A proteção dos dados é uma prioridade fundamental. O PJe implementa robustos mecanismos de segurança que garantem a integridade e a confidencialidade das informações, fortalecendo a confiança dos usuários no sistema eletrônico. **Com essa integração, o TJPA não apenas moderniza a gestão de processos judiciais, mas também estabelece um novo padrão de excelência na prestação jurisdicional, refletindo um compromisso com a inovação e a eficiência na Justiça.**

3. Banco de prompts

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará está desenvolvendo uma ferramenta que permite o cadastro e gerenciamento de prompts para a geração de minutas de documentos, como sentenças, para uso pelo Copilot, mas que pode ser reutilizada em outra inteligência artificial generativa, como o ChatGPT, Gemini, entre outras.

Na prática, um prompt representa um comando em texto, o qual servirá como instrução para que uma IA gere o documento desejado, por exemplo:

Elabore uma minuta de sentença em uma ação de indenização por danos materiais e morais, onde o autor, proprietário de um veículo, alega que o réu causou um acidente de trânsito por negligência, resultando em danos ao seu carro e prejuízos emocionais. O autor apresentou provas de que o réu não respeitou a sinalização de trânsito, enquanto o réu nega a culpa, alegando que o acidente foi causado por um imprevisto mecânico. Considere a jurisprudência recente sobre responsabilidade

civil no trânsito, e decida sobre a procedência ou improcedência da ação, incluindo o valor da indenização por danos materiais e morais.

Nesse sentido, teríamos como resultado uma sentença gerada seguindo as orientações fornecidas. A grande vantagem é que não é necessário conhecimento de uma linguagem de programação ou formação específica em tecnologia, mas que se conheça bem as nuances do negócio, isto é, da área jurídica em questão.

Portanto, o Banco de Prompts, seria um aliado importante da disseminação de uma cultura de agilidade e utilização de IA para fomentar não somente uma quantidade maior de documentos produzidos, mas também a qualidade de cada um deles. Isto porque estarão integrados mecanismos de interação social, permitindo a classificação dos melhores prompts pelos usuários, usando a atribuição de uma ou mais estrelas, de acordo com a relevância.

Além disso, é uma solução que desde o início está sendo construída pensando na colaboração, logo haverá uma busca fácil e intuitiva para que o usuário possa encontrar sem dificuldade os prompts que tem interesse, assim como criar um e compartilhar com a rede de utilizadores.

Meus Prompts		
Título ↑↓	Avaliação ↑↓	Data ↑↓
(MOCK) Minutador de Sentença: Busca e Apreensão - Alienação Fiduciária (Procedência)	☆☆☆☆	12/12/2024
(MOCK) Minuta sentenças de execução fiscal em processos de cobrança de dívida ativa.	☆☆☆☆	10/12/2024
(MOCK) Sentença de Procedência em Ação de Busca e Apreensão com Consolidação da Posse do Bem	☆☆☆☆	11/11/2024

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Cadastre seu prompt

Título *

Resumo *

Descrição

0 / 500

Prompt *

Descreva seu prompt

0 / 12000

Salvar
Cancelar

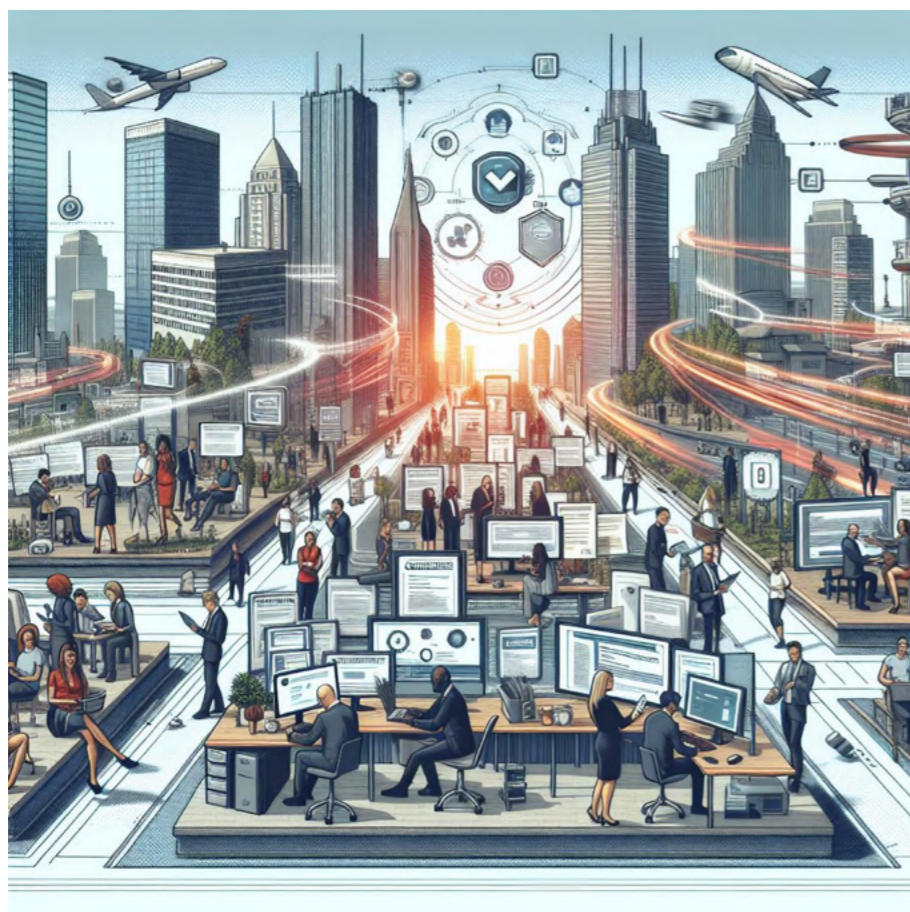


Projeto amplia integração do PJe com tribunais superiores

4. Novo Sistema de Certidão Judicial

A Secretaria de Informática está desenvolvendo uma plataforma inovadora para a emissão de certidões judiciais, visando otimizar esse processo burocrático e demorado. Com essa plataforma, será possível emitir certidões de forma

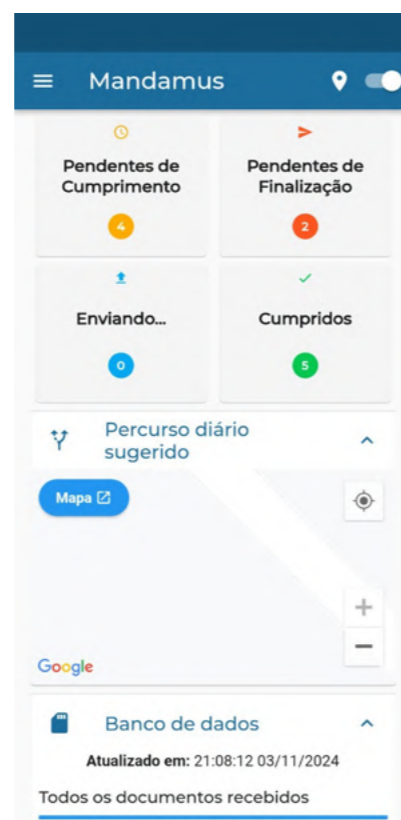
online, a qualquer hora e lugar, com apenas alguns cliques. O sistema utiliza tecnologias modernas e escaláveis, garantindo a proteção dos dados dos usuários. Além disso, oferecerá funcionalidades como acompanhamento de andamentos e emissão de segunda via, reduzindo significativamente o tempo de espera pelas certidões e aumentando a satisfação dos usuários.



Novo sistema de certidões trará mais disponibilidade, confiabilidade e velocidade

5. Implantação do Sistema Mandamus

O Sistema Inteligente de Controle de Mandados, Mandamus, simplifica as rotinas de trabalho de oficiais de justiça, contribuindo para maior celeridade, produtividade e sustentabilidade da prestação jurisdicional. O aplicativo elimina o tempo de preenchimento dos dados de devolução de mandados no PJe, enviando-os automaticamente. Funciona tanto online quanto offline, permitindo o cumprimento de mandados mesmo sem internet. O Mandamus utiliza o GPS do aparelho para otimizar rotas e registrar a geolocalização do trabalho realizado. Criado pelo TJRR, é usado também no TJMT e está disponível na Google Play Store, em breve para iPhone.

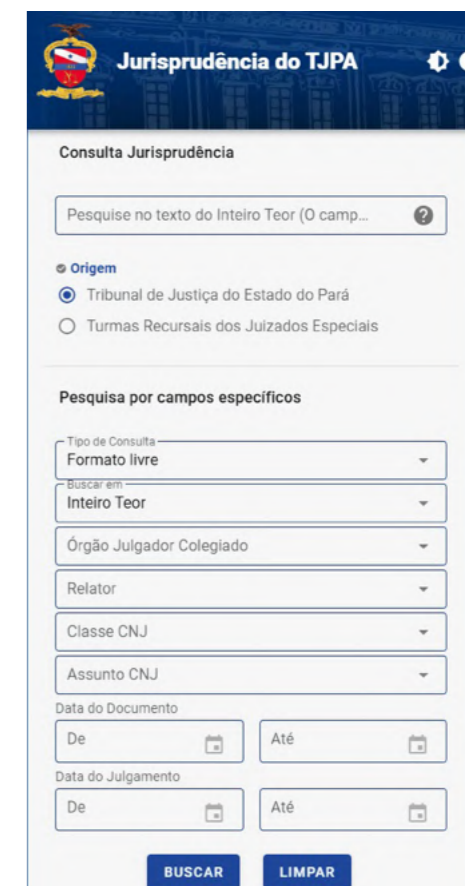


Interface limpa e funcional no Android

6. Aprimoramento da Ferramenta de Pesquisa Jurisprudencial

A nova ferramenta de pesquisa jurisprudencial do TJPA é um repositório público de decisões judiciais, combinando técnicas de processamento de linguagem natural com algoritmos avançados para oferecer uma experiência de pesquisa eficiente e precisa.

- **Análise Avançada de Dados:** Utiliza algoritmos sofisticados para processar grandes volumes de dados textuais.
- **Pesquisa Híbrida:** Combina pesquisa por dados estruturados e por linguagem natural.
- **Segmentação de Julgados:** Separa os julgados do Tribunal dos julgados das Turmas Recursais.
- **Filtros Refinados:** Permite aplicar diversos filtros após a busca inicial.
- **Pesquisa por Ementa e Inteiro Teor:** Permite pesquisar tanto na parte resumida da decisão quanto no texto completo.



Opções de acessibilidade e filtros múltiplos

7. Atualização de Versão dos Bancos de Dados do Ple e DW

Em 2023, foi realizada a atualização dos bancos de dados PostgreSQL da versão 11 para a versão 15, garantindo melhor estabilidade e desempenho. Também foi atualizada a versão do banco de dados do DW de Oracle RAC 12c para Oracle RAC 19c, mantendo conformidade com o contrato de suporte atual e proporcionando acesso a atualizações, correções e suporte técnico.

8. Utilização de Inteligência Artificial em Sistemas do TIPA

A Secretaria de Informática desenvolveu diversas ferramentas baseadas em IA para aumentar a produtividade e a assertividade das decisões judiciais.

- **Identificação de Decisões Interlocutórias Criminais:** Verifica se o magistrado recebeu ou não

a denúncia.

- **Análise de Termos de Audiências:** Extrai dados importantes como a existência de um acordo e quem foram os mediadores/conciliadores.
- **Identificação de Medidas Protetivas:** Identifica os destinatários da medida e o tipo aplicado.
- **Identificação de Precedentes Obrigatórios:** Busca informações sobre o tema pelo qual o processo foi sobrestado.
- **Ajuste de Processos com Assuntos Genéricos:** Utiliza IA para extrair o assunto processual a partir das petições iniciais.

9. Miriti

Desenvolvida no TJPA e que teve inspiração na IA Athos do STJ, que se dedica à comparação semântica de documentos jurídicos, disponibilizando funcionalidades de agrupamento automático de processos e busca individualizada a partir de similaridade. Esse recurso de comparação

semântica viabiliza uma série de vantagens que auxiliam o Tribunal em suas atividades rotineiras, destacadamente a estabilização de jurisprudência e a identificação de matérias recorrentes que possam ser objeto de submissão ao rito dos recursos repetitivos, tanto o especial, quanto o extraordinário. O foco é na otimização do juízo de admissibilidade recursal aos Tribunais Superiores, do mesmo modo que o auxílio aos julgadores do TJPA na fixação de precedentes judiciais qualificados, densificando as garantias fundamentais da isonomia, devido processo legal e razoável duração do processo, especialmente a partir do incremento de uma jurisprudência íntegra, estável e coerente. O trabalho foi realizado em conjunto com a Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE).

10. Berna

Implantada em acordo de cooperação com TJGO, o sistema realiza o agrupamento de petições iniciais através da identificação de fato, tese e pedido jurídico. O foco é a identificação de demandas predatórias e processos repetitivos pelo conteúdo da petição inicial, além de fornecer funcionalidade da busca por processos com petições iniciais similares.

11. Implantação de novo serviço de downloads de documentos do PJe

A partir da identificação de que a funcionalidade de geração e disponibilização dos documentos dos processos em arquivos, formato PDF, estava consumindo muitos recursos foi adotado um novo serviço de downloads baseado em micro-serviço com controle de limites e acessos, obtido a partir de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

O serviço pode trabalhar em modo síncrono disponibilizando imediatamente o documento para o usuário, ou em modo assíncrono, disponibilizando o documento na área de downloads do usuário. Possui também controles de limite de tamanho máximo de documento, limite de downlo-

ads diários por usuário.

12. Aprimoramento na gestão de precedentes judiciais qualificados e ações coletivas no PJe

Em trabalho conjunto com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) e Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC), foram realizadas iniciativas visando aprimoramento na gestão de precedentes judiciais qualificados, quais sejam:

- Desenvolvimento de um novo web service para enviar as informações pertinentes aos precedentes judiciais qualificados formados no âmbito do TJPA, bem como dos processos sobrestados por força de precedentes, cumprindo a Resolução nº 444/2022 do CNJ. Integração do sistema PJe com o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para envio de informações e busca de dados para disponibilização nos movimentos do PJe.
- Otimização da busca de precedentes judiciais qualificados, formados no âmbito do TJPA, com a criação do Banco Estadual de Precedentes, com a possibilidade de pesquisa avançada, pelos usuários de âmbito interno e externo, dos seguintes precedentes: Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Incidentes de Assunção de Competência, Grupos de Representativos, Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei e Enunciados de Súmulas.

13. Aperfeiçoamento da disponibilidade e qualidade dos dados do Codex

O Codex é uma plataforma nacional desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) em parceria com o CNJ que consolida as bases de dados processuais e, assim, provê o conteúdo textual de documentos e dados estruturados.

Ele funciona como um data lake de informações processuais, que pode ser consumido pelas mais diversas aplicações: a produção de painéis e relatórios de inteligência de negócios (business

intelligence); a implementação de pesquisas inteligentes e unificadas; a alimentação automatizada de dados estatísticos; e até mesmo o fornecimento de dados para a criação de modelos de Inteligência Artificial.

Nesse sentido, o TJPA conseguiu reduzir o

tempo de latência, entre o cadastro de um processo ou documento localmente e o cadastro no ambiente nacional, aumentar o tempo de disponibilidade dos envios ao CNJ, assim como reduzir a quantidade de divergências com o que foi cadastrado no Datajud.



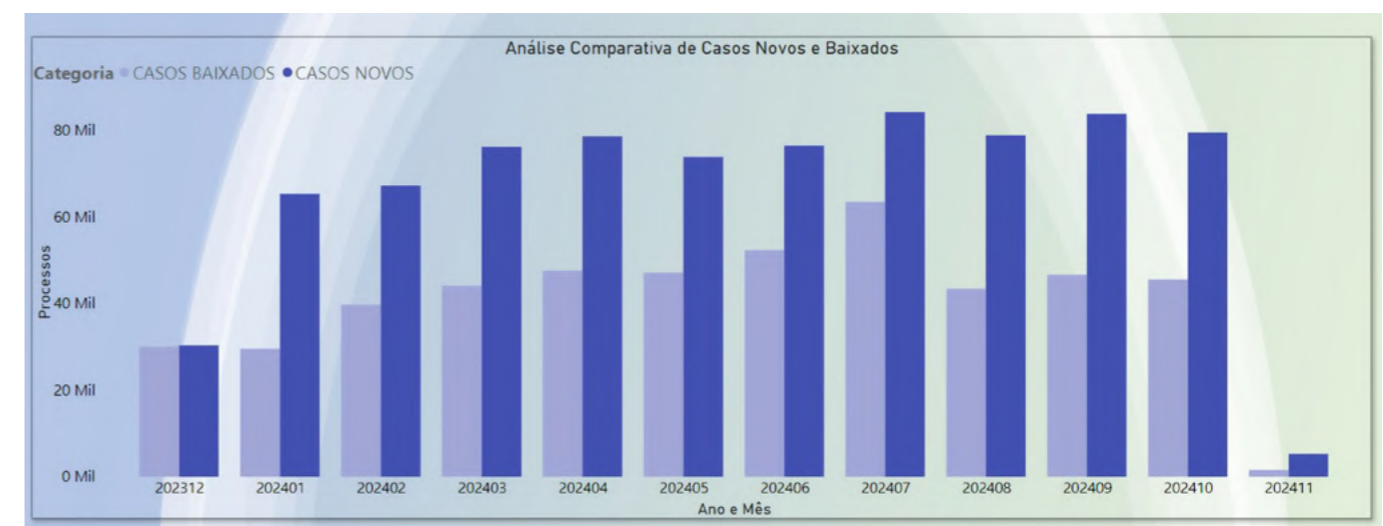
TJPA avança no alinhamento às metas do CNJ para o Codex

14. Criação e Melhoria de Painéis e Relatórios para Monitoramento e Auxílio à Tomada de Decisão

A Secretaria de Informática desenvolveu di-

versos painéis e relatórios para monitoramento e auxílio à tomada de decisão.

- **Painel de Movimentações, Casos Novos e Baixas:** Analisa a evolução das movimentações e seus tipos, além de mostrar os casos novos e baixas mensalmente.



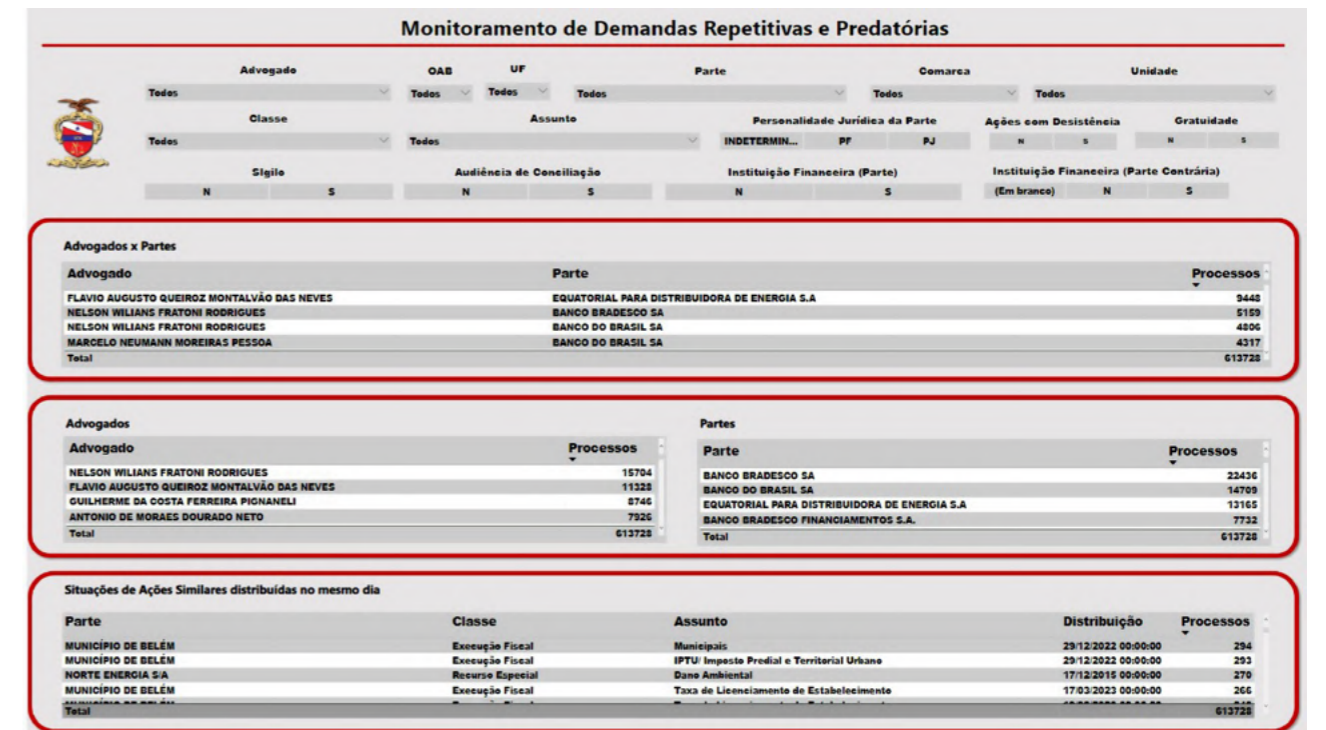
- Painel de Saneamento para o DATAJUD: Exibe relatórios que mostram inconsistências nos dados do Tribunal.



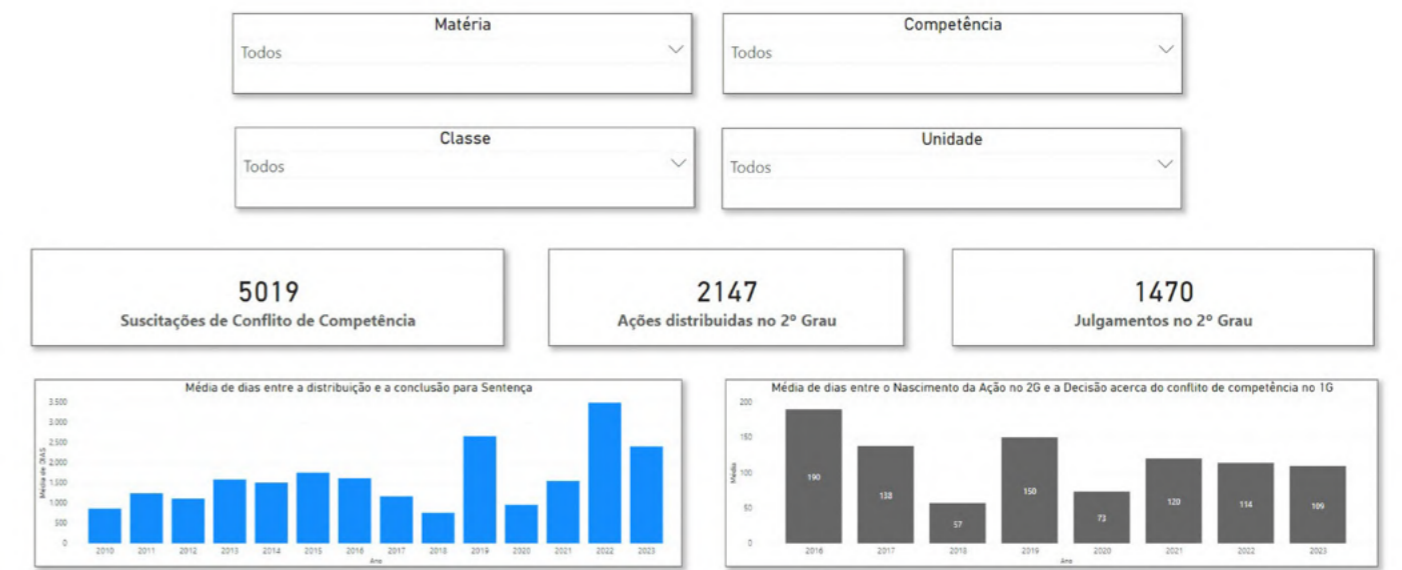
- Painel de Análise de Distribuição Processual: Detecta possíveis desequilíbrios na distribuição dos feitos.



- Painel de Demandas Predatórias e Repetitivas com IA: Agrupa petições iniciais por similitude, fornecendo alertas sobre petições similares.

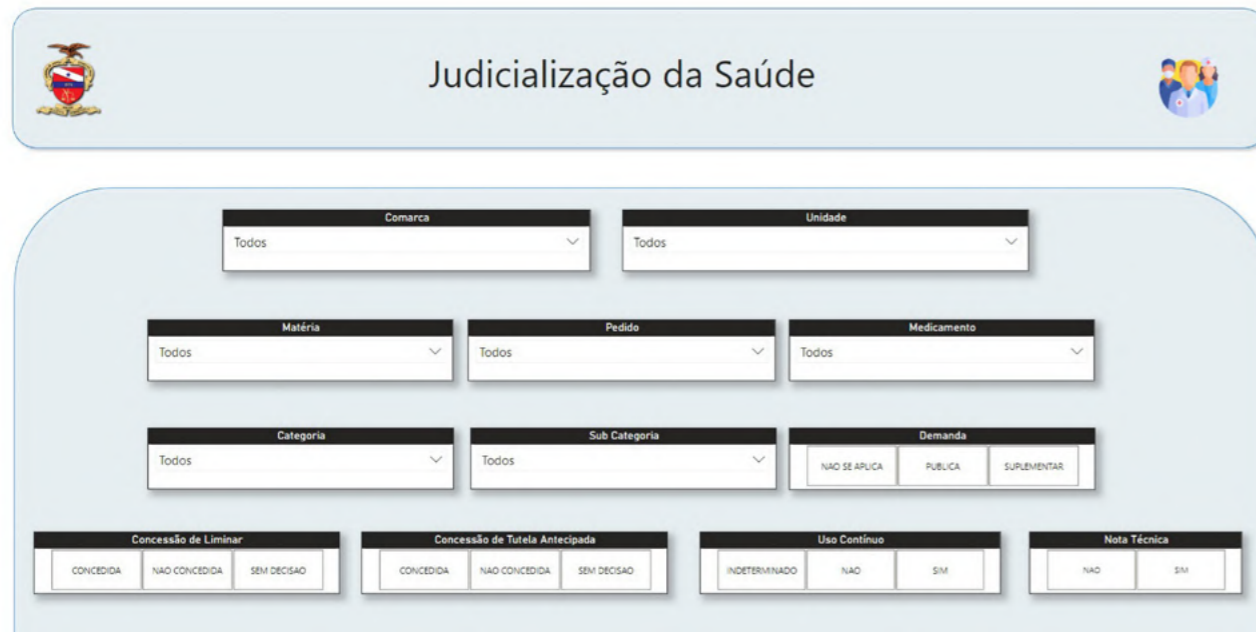


- Painel de Análise de Conflitos de Competência: Analisa os conflitos de competência discutidos e solucionados entre as instâncias do TJPA.



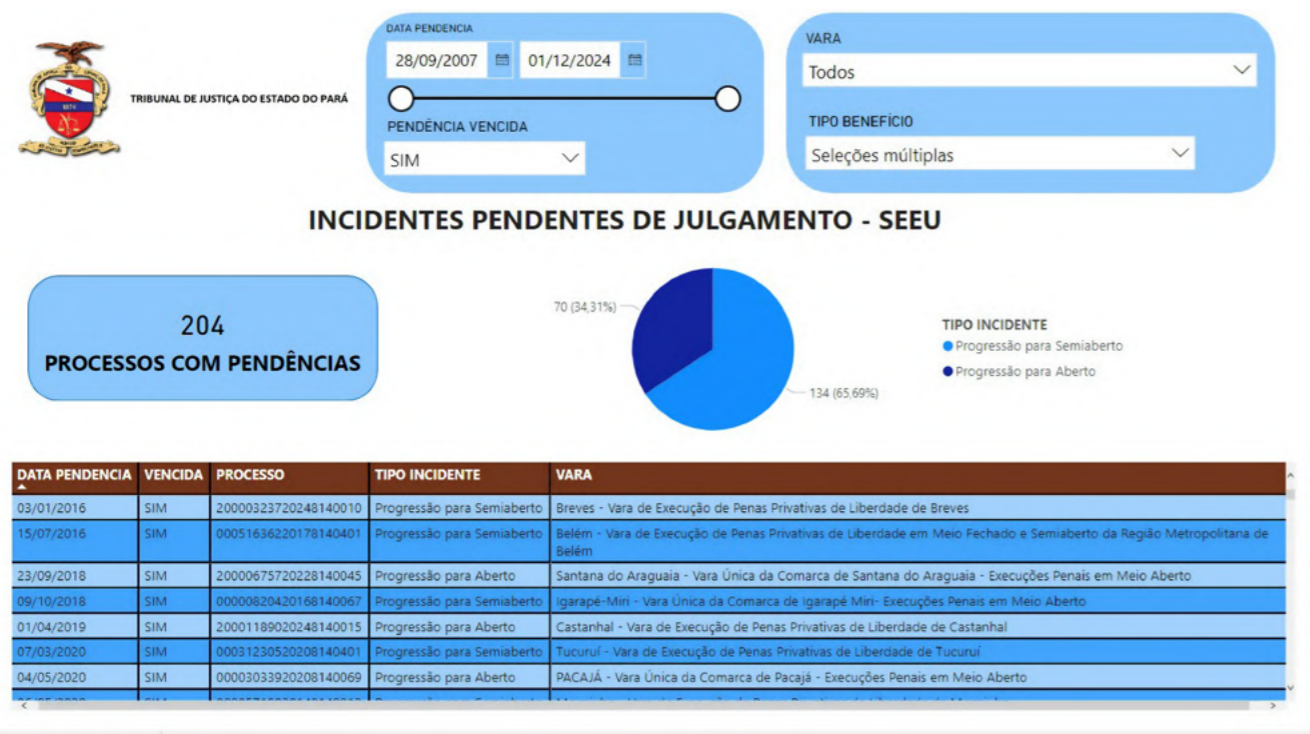
▪ **Painel de Acompanhamento da Judicialização da Saúde:** Analisa dados afetos à judicialização da saúde

de, identificando informações inéditas como medicamento solicitado e doença alvo do tratamento.



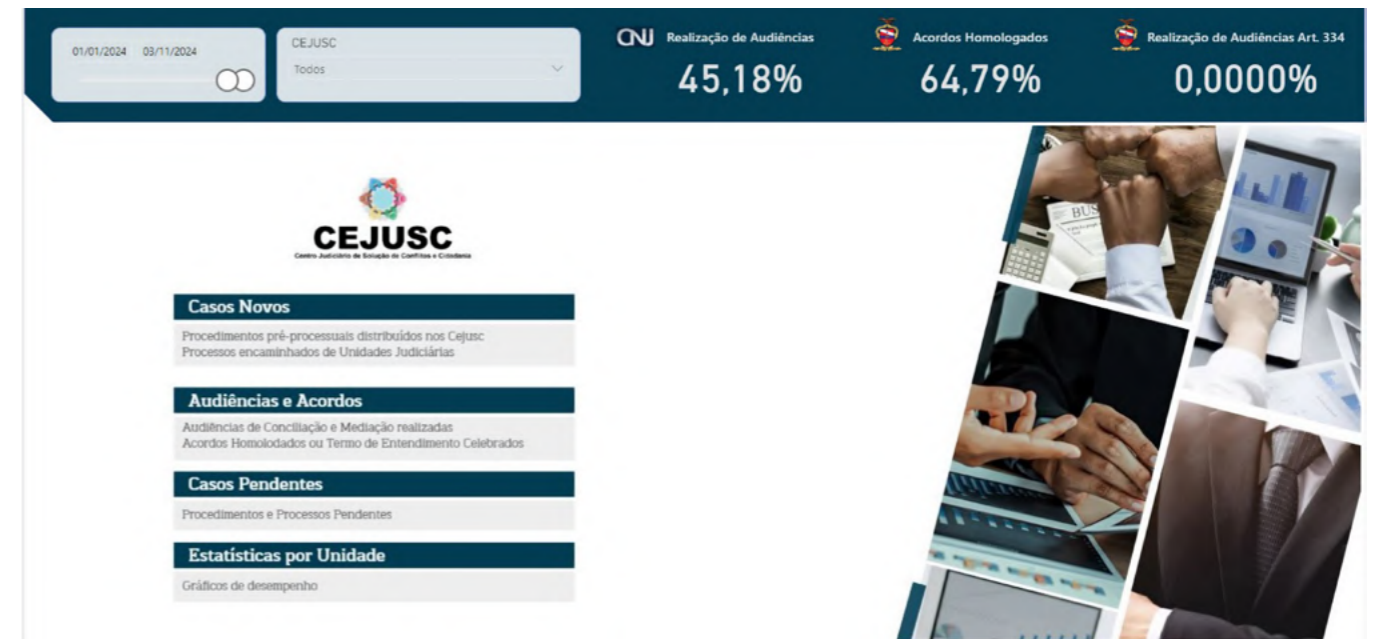
▪ **Painel de Incidentes Pendentes de Julgamento no SEEU:** Acompanha os incidentes de execução

penal a vencer e vencidos.



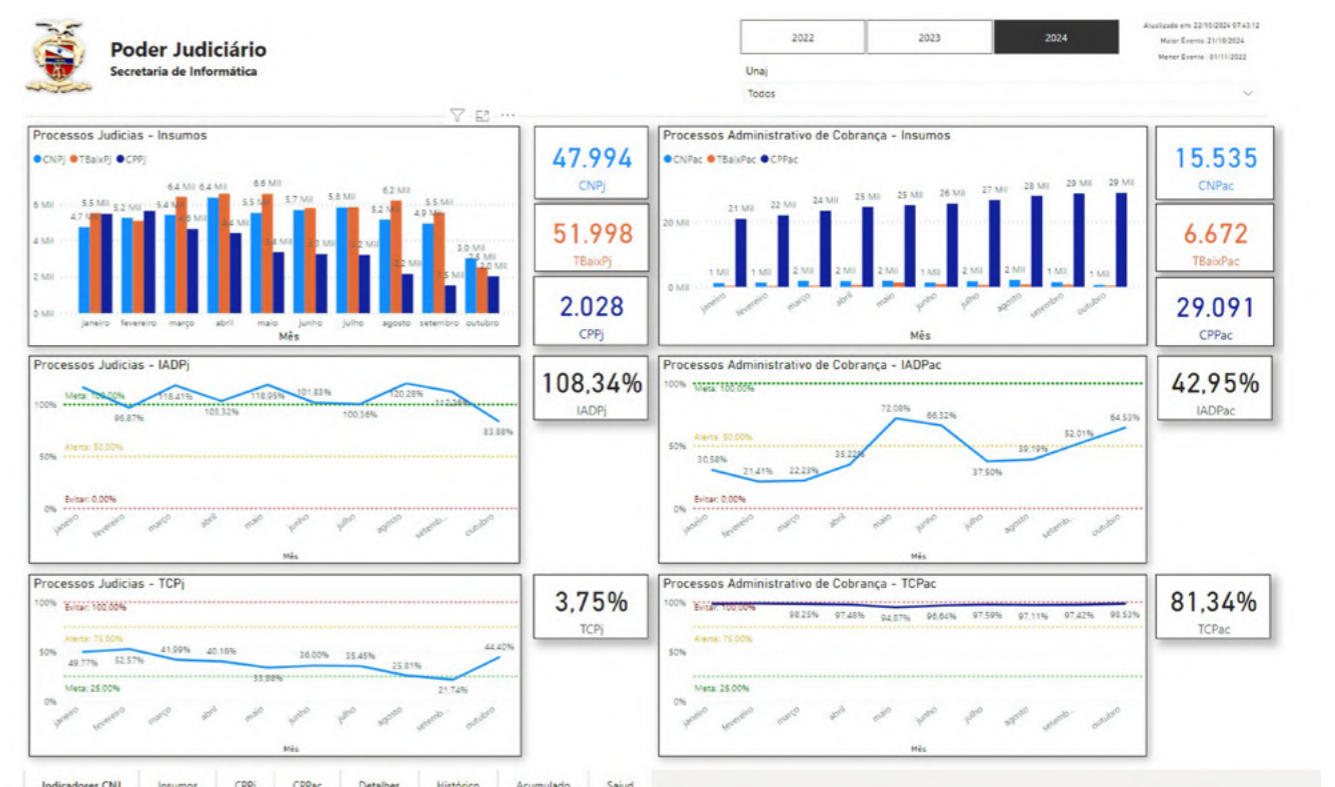
▪ **Painel de Gestão dos CEJUSCS:** Consolida dados dos CEJUSCS, proporcionando uma visão am-

pla da atuação na prevenção de judicialização e resolução consensual de conflitos.



▪ **Painel de Indicadores das UNAJ:** Produz informações sobre o funcionamento das 116 UNAJs no es-

tado do Pará, apoiando a implementação de ações de aperfeiçoamento dos serviços executados.



- **Painel de Inteligência de Arrecadação:** Criação de um ambiente de inteligência no qual a equipe negocial de arrecadação obtém informações referentes à arrecadação judicial e extrajudicial, contemplando os níveis estratégico, gerencial e operacional.

- **Painel de Inadimplência:** não só permitiu um maior controle às serventias extrajudiciais sobre as suas inadimplências referentes a boletos não pagos, como deu autonomia aos cartorários para atualizarem a data de vencimento dos boletos e efetivarem o respectivo pagamento, demanda essa que vinha sendo atendida manualmente pelo Núcleo de Contadores da Coordenadoria de Arrecadação.

- **Relatório de Selos Não Declarados** Toda busca e análise por selos não declarados pelas serventias dentro do SIAE foi revista, refatorada, otimizada e aperfeiçoada com aval do resultado pela Divisão de Arrecadação Extrajudicial (DVASE).

Desse modo, é possível ter os ganhos seguintes:

- **Aumento da Transparência:** Um relatório mais detalhado e bem estruturado proporciona uma visão clara e precisa das receitas não declaradas, permitindo que a administração do tribunal e os stakeholders compreendam melhor as áreas que precisam de atenção.

- **Identificação de Oportunidades de Arrecadação:** Ao analisar os selos não declarados, é possível identificar fontes de receita potencial que não estão sendo exploradas, possibilitando um planejamento mais eficaz para aumentar a arrecadação. - **Melhoria na Conformidade:** Um relatório

aperfeiçoado pode destacar padrões de não conformidade, ajudando a identificar casos que exigem fiscalização ou auditoria. Isso contribui para a regularização de práticas e, conseqüentemente, para o aumento da arrecadação.

- **Aprimoramento na Tomada de Decisão:** Informações mais claras e completas permitem que gestores tomem decisões mais informadas, desde estratégias de arrecadação até o desenvolvimento de políticas públicas.

- **Eficiência Operacional:** A padronização e otimização do relatório podem reduzir o tempo gasto em sua elaboração, permitindo que os recursos do tribunal sejam direcionados para outras áreas críticas.

15. Domicílio Judicial Eletrônico

O TJPA foi o tribunal com uma das implantações mais rápidas do Domicílio Judicial Eletrônico, uma ferramenta digital que facilita a comunicação entre o Judiciário e os jurisdicionados.

- **Comunicação Eficiente:** Permite que as partes recebam informações e notificações de forma rápida e segura.

- **Acesso Centralizado:** Usuários podem acessar todas as comunicações judiciais em um único local.

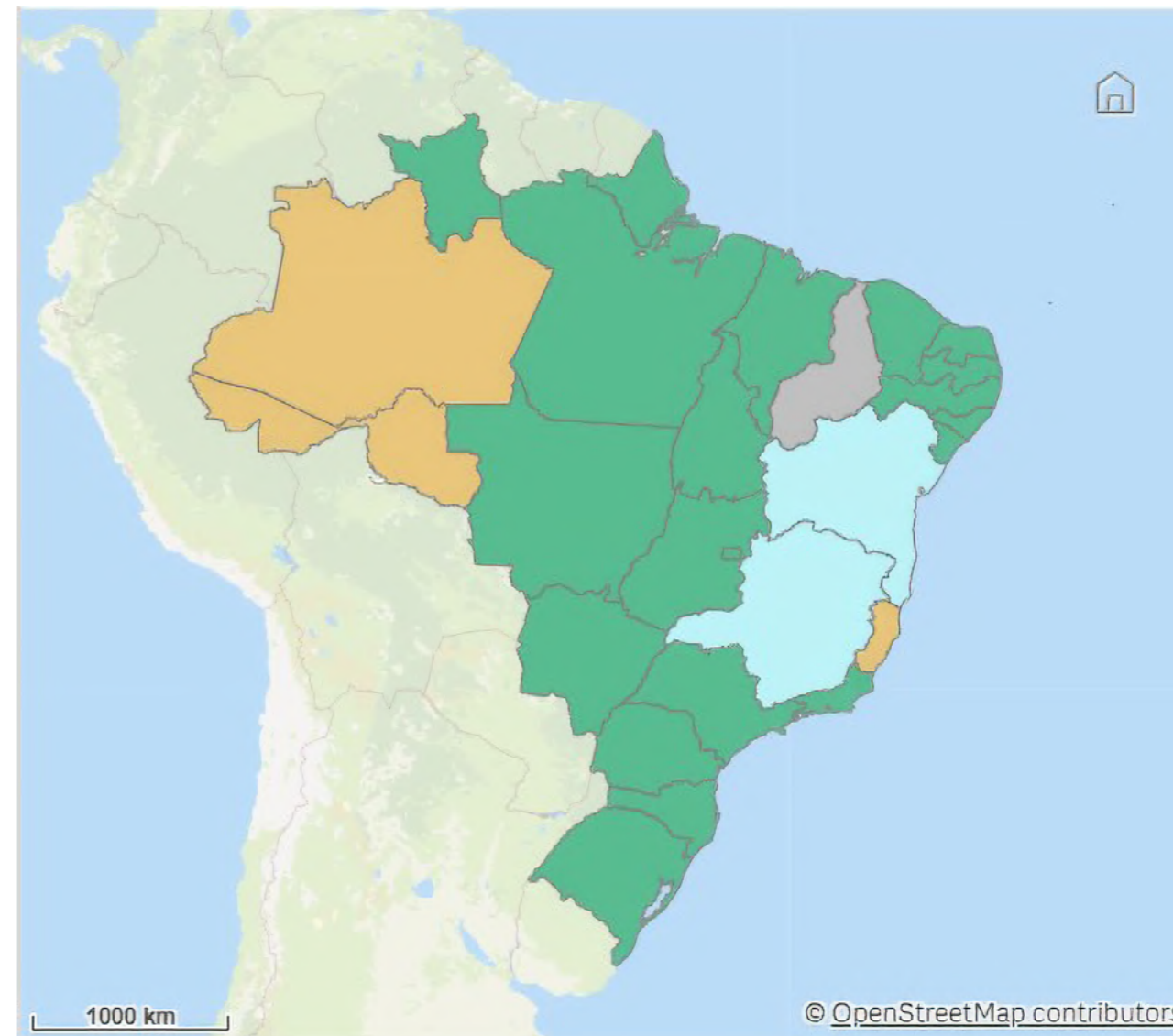
- **Segurança da Informação:** Garante a confidencialidade e a integridade dos dados.

- **Redução de Custos e Recursos:** Elimina a necessidade de papel e deslocamentos físicos.

- **Facilidade de Acesso:** Pode ser acessado de qualquer lugar, a qualquer momento.

UF	Tribunal	Sistema	Status de integração	Data de início no sistema	Tipo de Comunicação processual
Mato Grosso	TJ-MT	PJe Nacional	Concluído	26/07/2023	Citação e intimação
Rio Grande do Sul	TJ-RS	eProc	Concluído	07/08/2023	Citação e intimação
Pará	TJ-PA	PJe Nacional	Concluído	10/08/2023	Citação e intimação

O TJPA foi o 3º tribunal estadual a concluir a integração (Fonte: CNJ).



Situação da integração
Camada de ponto

Situação da integração

- Concluído
- Em andamento
- Não iniciado
- Status misto

Mapeamento do status de integração estadual (Fonte: CNJ, em 03 nov. 2024).

16. Novos Sistemas e Melhorias no âmbito Administrativo

- **Zé Preca:** Aplicação destinada ao público externo para humanizar o acesso aos pagamentos

de precatórios. O José do Precatório do Estado do Pará, mais conhecido como Zé Preca, disponibiliza como funcionalidades a consulta de dinheiro a receber, a data de recebimento e o esclarecimento sobre dúvidas frequentes.

Zé Preca Consulte seu Precatório no TJPA

E aí, tudo bem?
 Meu nome é José do Precatório do Estado do Pará, mas o pessoal me chama mesmo de Zé Preca.
 Já sei que pra tu estares aqui, tu queres informações sobre o teu precatório.
 Então, me diz o que tu queres saber que eu vou ligeiro te dar a resposta.

▶ ASSISTA UM VÍDEO COM O ZÉ PRECA

TENHO DINHEIRO PRA RECEBER?

QUANDO VOU RECEBER MEU DINHEIRO?

POSSO SABER MAIS SOBRE PRECATÓRIOS?

Zé Preca usa linguagem simples para melhor aproximação.

▪ **Botão do Pânico:** Esse botão permite acesso para magistradas e servidoras do TJPA para denúncia de violência doméstica.

Após acionamento desse recurso, a Coordenadoria Militar do tribunal é notificada via e-mail com os dados da pessoa em risco, assim como localização no Google Maps, possibilitando uma atuação direcionada e rápida de acordo com os protocolos de segurança existentes.

▪ **Portal da Transparência 2024:** O Portal da Transparência do TJ-PA, foi todo reformatado em 2024, para adequá-lo às exigências do CNJ e da ATRICON. No portal há informações de amplo interesse da sociedade, segundo prevê a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações.

A organização dele é composta de 10 temas, com objetivo de direcionar e simplificar a navegação na busca por conteúdo:

- Gestão;
- Audiências e Sessões;
- SIC - Serviço de Informação ao Cidadão;
- Ouvidoria;
- Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Gestão Orçamentária;
- Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação;
- Gestão de Pessoas;
- Auditoria e Prestação de Contas;
- Sustentabilidade e Acessibilidade.

Portal da Transparência

- Gestão
- Audiências e Sessões
- SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
- Ouvidoria
- Tecnologia da Informação e Comunicação
- Gestão Orçamentária
- Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação
- Gestão de Pessoas
- Auditoria e Prestação de Contas
- Sustentabilidade e Acessibilidade

Nova aparência e estrutura.

▪ **Melhorias de Acessibilidade e Comunicação no Portal Externo:** Foram feitas diversas melhorias de acessibilidade no Portal Externo do TJ-PA, com o objetivo de facilitar a utilização dos recursos de pessoas com deficiência.

Também houve o incremento na nota da ferramenta ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios) e na aderência ao eMag (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme orientado pela Resolução CNJ nº 401/2021.

Algumas das melhorias feitas foram: Zoom + e -, layout da página, Ferramentas de filtragem nas páginas de notícias e páginas internas, inserção de atalhos nos mosaicos da página Home.

Nesse contexto, está sendo desenvolvido um Sistema de Gestão de Informações de Acessibili-

dade e Cadastro de Pessoas com Deficiência, com o intuito de melhorar as condições de acessibilidade e inclusão no PJPA.

▪ **Formulário de Cadastro e de Recurso ao Procedimento de Heteroidentificação – ENAM:** Esses formulários foram desenvolvidos para atender o procedimento de heteroidentificação do TJ-PA, que é utilizado para os candidatos que se auto-declaram negros e desejam se inscrever no Exame Nacional da Magistratura (ENAN), conforme a Portaria nº 808/2024-GP.

Nesse sentido está em desenvolvimento um sistema que vai atender todas as etapas deste processo, desde o Cadastro nos formulários, Votação da comissão, Recurso da Votação e Resultado, o que vai possibilitar a automatização desse procedimento como um todo.



Comissão de Heteroidentificação do Poder Judiciário do Estado do Pará

Parceria entre área negocial e Secretaria de Informática

▪ **Evolução do Sistema de Diário de Justiça Eletrônico (DJE):** Foi entregue nova versão do DJE que permite cadastrar novas matérias fazendo upload de arquivos word com o texto original, sem precisar fazer o copiar/colar, com isso as matérias são geradas com a formatação mais fidedigna do texto original.

Também o DJE evoluiu para permitir cadastrar matérias com mais de 100 páginas para permitir a publicação da Listagem e Edital de Eliminação Documental, em consonância com a Resolução nº 324/220, do CNJ e com o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário. Em alguns casos algumas listagens chegam a ter mais de 600 páginas.

▪ **Evoluções do GRP-THEMA:** O GRP-THEMA migrou para uma nova versão em nuvem (Cloud), com isso toda a instalação do sistema fica em nuvem, fora do TJPA, que permite uma maior agilidade na atualização das novas funcionalidades do sistema pela THEMA e desonera a utilização de recursos de infraestrutura (Rede, Equipamentos, Banco de dados, licenças etc.) e de pessoal de TI do TJPA.

O GRP a partir de 2023, com o início da uti-

lização do SIAFE pelo executivo estadual, implantou as integrações de Empenho, Liquidação e Ordem de Pagamento de forma automatizada, evitando assim o retrabalho de fazer essas operações nos dois sistemas.

Está em fase de implantação a utilização do RFID (Radio Frequency Identification) no Módulo de Materiais, que vai permitir fazer o inventário do TJ-PA de forma mais eficiente, identificando os itens de patrimônio por leitores de rádio frequência.

Está em fase de desenvolvimento a adequação do Módulo de PPA, em conformidade com a elaboração por regiões e demais as peculiaridades do estado do Pará, assim como as evoluções demandadas para os seus diversos módulos.

▪ **Lista de Contatos do TJPA:** Foi disponibilizada para o cidadão a nova Consulta de Contatos do TJ-PA no Portal Externo. É uma consulta dinâmica onde poderá ser pesquisado os telefones das unidades do tribunal de uma maneira amigável.

A pesquisa poderá ser feita por Comarca e/ou Unidade, além dos telefones será exibido também o endereço e o e-mail das Comarcas do TJ-PA.

Essa consulta substituirá a Lista Telefônica do Portal Externo.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Lista de Contatos

PESQUISA: Search

COMARCA: Todos

UNIDADE: Todos

Comarca e Unidades	Telefone
ABAETETUBA Endereço: Av. Dom Pedro II, N° 1177 E-mail: tjpa070@tj.pa.gov.br Município: Abaetetuba	
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ABAETETUBA E-mail: 1civelabaetetuba@tjpa.jus.br	91 3205-3800 91 3205-3799
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ABAETETUBA E-mail: 2civelabaetetuba@tjpa.jus.br	91 3205-3801 91 3205-3794
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE ABAETETUBA	91 3205-3811

Consulta a partir de filtros interativos.

▪ **Melhorias do SIGEMEC:** O SIGEMEC é o sistema para gerenciar mediadores, conciliadores e facilitadores do TJPA, foi disponibilizada a geração de arquivo com mediadores e conciliadores para envio ao MPM/CNJ para atender determinação legal.

▪ **Melhorias do CAPJUS:** Foram implementadas melhorias significativas no Cadastro de Pessoa

Jurídica (CAPJUS) para atender à Resolução nº 393, de 28 de maio de 2021. Essas melhorias incluem ajustes no fluxo de credenciamento do sistema, permitindo que os inscritos acompanhem com clareza o status do seu credenciamento. Com essas mudanças, o processo de credenciamento tornou-se mais transparente e eficiente, facilitando o acompanhamento e a gestão dos cadastros.

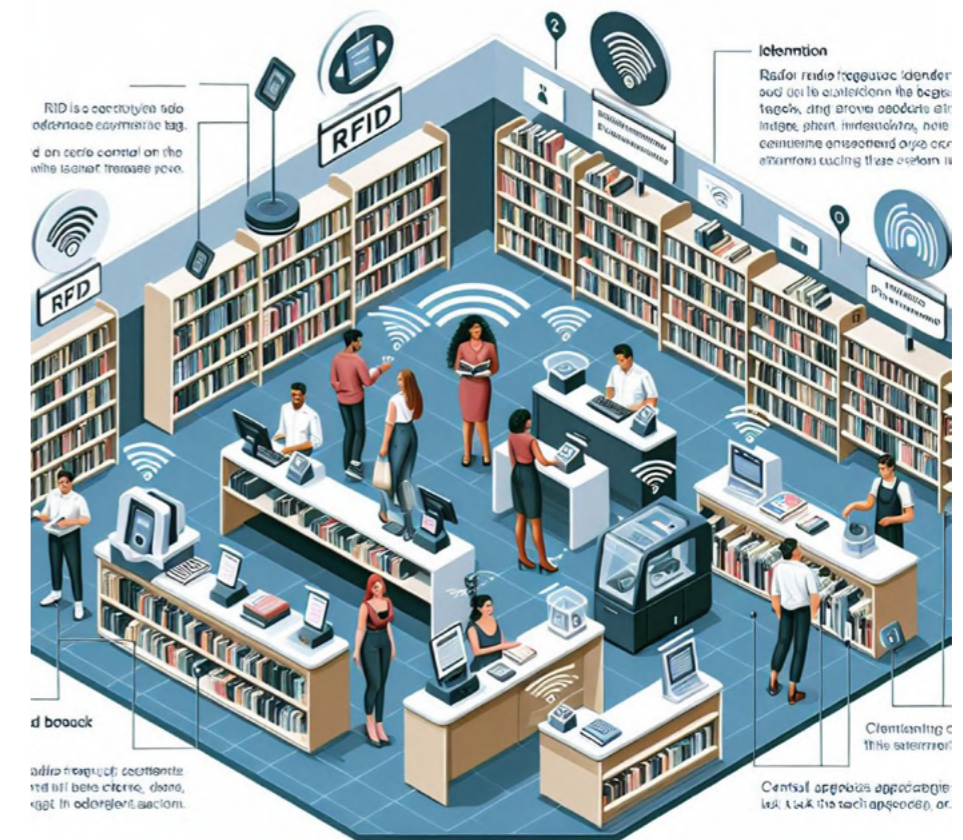
CAPJUS

Cadastro de Peritos e outros Auxiliares da Justiça

Avanço na usabilidade facilita a prestação de serviço ao judiciário paraense.

▪ **Atualização da Versão do PERGAMUM Integrada com RFID-BRASIL** Foi disponibilizada uma nova versão do sistema PERGAMUM, que agora integra a tecnologia RFID-BRASIL. Essa integração possibilita a identificação do acervo bibliográfico através de leitores de rádio frequência,

tornando o processo de catalogação e gerenciamento do acervo mais eficiente e preciso. A atualização do PERGAMUM representa um avanço significativo na gestão de bibliotecas, permitindo um controle mais rigoroso e ágil dos materiais bibliográficos.



RFID e etiquetas eletrônicas permitem ótima rastreabilidade física do acervo.

▪ **Melhorias do Promag** O Sistema Integrado de Movimentação de Carreira de Magistrado (Promag), teve melhorias relacionadas com a adoção de testes unitários automatizados, usando XUnit, atualização da versão para .Net Core 8 e utilização de ambientes de contêineres, por meio do Red Hat OpenShift.

Essas modificações, que apesar de serem

transparentes aos usuários, permitirão manutenções corretivas e evolutivas mais céleres, com menores chances de erros, assim como maior aderência às exigências de segurança da informação uma vez que foram utilizadas as tecnologias mais recentes disponíveis, no âmbito de desenvolvimento e infraestrutura.



PROMAG

Sistema Integrado de Movimentação de Carreira de Magistrado

▪ **Nova Biblioteca Digital** Durante o primeiro semestre de 2023 o DSpace foi atualizado para a versão 6.x, a qual trouxe diferenças arquiteturais significativas, como a separação entre frontend e backend, nova forma de personalização da aparência, otimizações e correções.

Tendo em vista continuar acompanhando as inovações da plataforma para garantir o devido funcionamento da preservação e distribuição dos ativos digitais, está em progresso atualização para a versão mais recente, 8.x.



🔍 Entrar ☰

BIBLIOTECA DIGITAL DO PJPA

O acervo da Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (BD - TJPA) é formado por documentos digitais, tais como: documentos oriundos do acervo da biblioteca tradicional digitalizados, documentos produzidos originalmente em formato eletrônico, arquivos de áudio e/ou vídeo; entre outros.

Photo by @inspiredimages

Nova Biblioteca Digital do PJPA.

▪ **Criação e Reformulação de Diversos Hot-sites do Portal Externo do TJ-PA:** No biênio 2023-2024, foi realizado um trabalho intenso na atualização e modernização de diversos hot-sites do Portal Externo do TJ-PA. Esse esforço visou adequar os sites às normas e determinações vigentes, além de modernizar a interface e tornar a navegação mais intuitiva e amigável. As melhorias facilitaram o acesso às informações pelos usuários, proporcionando uma experiência mais eficiente e agradável. Os seguintes sites foram destacados nesse processo de reformulação:

o **Ceij:** Atualização para melhorar a acessibilidade e a usabilidade, facilitando o acesso às informações e recursos oferecidos pelo Centro de Estudos e Informações Jurídicas.

o **Lab Pai d'égua:** Modernização do site para refletir as inovações e projetos desenvolvidos pelo laboratório, promovendo

maior interação e engajamento dos usuários.

o **Nugepnac:** Reformulação para atender às necessidades do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas, com foco em melhorar a organização e a apresentação das informações.

o **LGPD:** Adequação do site às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo a conformidade com as normas de privacidade e segurança da informação.

o **Coordenadoria de Arrecadação:** Atualização para otimizar a navegação e o acesso às informações sobre arrecadação e gestão financeira.

o **Juizados Especiais:** Modernização do site para facilitar o acesso às informações e serviços oferecidos pelos Juizados Especiais, melhorando a comunicação com os usuários.



Criatividade e arte nos trabalhos de web design e programação.

17. Integração do Consumidor.gov.br com o PJe

Em um esforço contínuo para aprimorar a eficiência e a transparência na resolução de conflitos de consumo, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) implementou uma integração entre a plataforma Consumidor.gov.br e o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe). Esta iniciativa visa facilitar a interlocução direta entre consumidores

e empresas, promovendo uma solução rápida e desburocratizada para os conflitos de consumo.

A plataforma Consumidor.gov.br, monitorada pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça, já demonstrou ser uma ferramenta eficaz, com uma taxa de resolução de 80% das reclamações registradas e um prazo médio de resposta de 7 dias. Nesse sentido, espera-se um resultado positivo também aos consumidores que fizerem uso a partir da integração.



Integração do Consumidor.gov com o PJe contribui para a resolução de demandas

18. Automatizações no PJe

Processo de Desarquivamento

Foi implementada uma funcionalidade que verifica quando houve pagamento de ato de desarquivamento em uma custa judicial. Nesse cenário, foi desenvolvida uma integração utilizando o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) que junta uma certidão comprovando o pagamento e envia o processo ao gabinete para que seja feita a minuta sobre o desarquivamento pelo magistrado.

Sentença sem resolução de mérito e Trânsito em Julgado

O trânsito em julgado é a instância final em que a decisão é proferida, sem que quaisquer das partes possam recorrer. Com esse objetivo, foi implantada no TJPA uma nova ferramenta com o propósito de otimizar a tramitação, melhorar a eficiência e tornar o processo mais ágil.

Com essa automação, a certificação do trânsito em julgado será realizada sem a necessidade de intervenção manual dos servidores. O principal

benefício é que o certificado pode ser emitido com apenas um clique. A responsabilidade pela utilização do novo sistema será dos magistrados, que ao proferirem a sentença, ativarão o programa, para cálculo automático do prazo correto, certificará o trânsito em julgado e, por fim, encaminhará o processo para arquivamento.

Comunicação automatizada sobre recursos

Quando houver recursos de decisões, sentenças e acórdãos, haverá comunicação automática pelo sistema. A implementação envolveu a detecção dos movimentos "237 – Provimento" e "238 – Provimento em Parte" da Tabela Processual Unificada do CNJ e envio de mensagem por e-mail ao órgão julgador originário do processo no 1º grau.

19. Precatórios

Envio Simplificado de Ofício Precatório

O Ofício Precatório é um documento formal que solicita o cumprimento de uma ordem de pagamento de precatório. Explicando os termos, um

precatório é expedido pelo Judiciário em favor de uma pessoa (física ou jurídica) que venceu uma ação contra o Estado ou Municípios.

Cálculo de Precatório

Foi implementado o cálculo dos precatórios de forma integrada no PJe acessível diretamente nos autos digitais. O trabalho envolveu a substituição de um módulo legado, desenvolvido em

Delphi, por uma solução mais moderna e de melhor usabilidade.

Além disso, foram incluídas integrações para a consulta automática dos índices de correção mais utilizados, como o IGP-M e a Selic. Isso possibilita uma dinâmica de trabalho mais ágil e menos suscetível a erros decorrentes de preenchimentos manuais como era feito anteriormente.

Índices

Tipo de Índice: Seleccione
Data Inicial:
Data Final:
Botões: INCLUIR, AUTO INCLUSÃO

Dados do Processo

Processo:
Data da Autuação:

Planilhas

IGP-M (OUT/2021 a DEZ/2023)

(ADVOGADO)

Mes/Ano	Natureza do Cálculo	Valor Devido	%	Valor Pago	Dif. Devida	Índice Acum.	Dif. Atual.	Juros (%)	Total Juros	Total Atualizado
OUT/2021	VALOR PRINCIPAL	50.000,00	100,00	0,00	50.000,00	1.08617762359	54.308,88	1,00	0,00	54.308,88
Total da Parte		50.000,00	0,00	50.000,00	54.308,88		0,00		54.308,88	

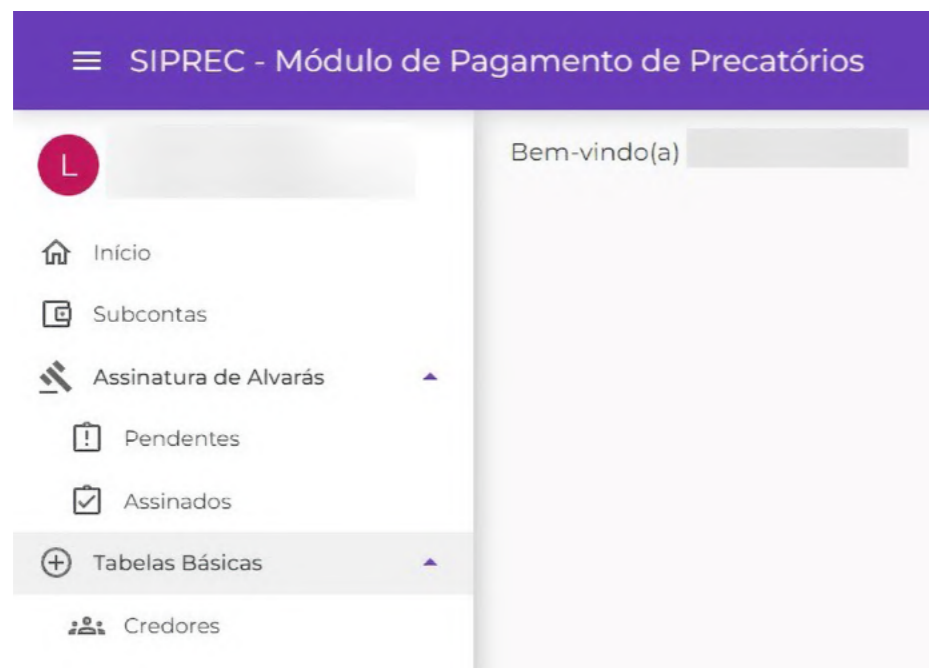
Resultado Geral da Planilha

Valor Devido:	Valor Pago:	Dif. Devida:	Dif. Atual:	Total Juros:	Total:
50.000,00	0,00	50.000,00	54.308,88	0,00	54.308,88

Pagamento de Precatório

O TJPA concluiu a primeira etapa de modernização do Sistema de Pagamento de Precatórios, o qual está integrado ao Banpará e ao PJe. Essa fase consistiu na criação de uma nova arquitetura de código-fonte, com a reescrita do módulo inicial

de emissão e assinatura de alvarás. O trabalho envolveu a substituição de um módulo legado, desenvolvido em Delphi em 2001, por uma solução em .Net Core, redesenhada para a plataforma web, containerizada, com novos recursos e maior desempenho.



20. Novos fluxos no PJe

▪ Execução Fiscal Nacional

No período compreendido entre 26/02 e 01/03/2024 foi realizada a 1ª Oficina de Imersão em Desenvolvimento de Fluxos da Execução Fiscal, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de criar um fluxo nacional de execução fiscal no Poder Judiciário.

O evento, ocorrido em Brasília/DF, reuniu magistrados e servidores com o fim de capacitá-los ao desenvolvimento de minifluxos e técnicas de automação de processos, dando, portanto, continuidade às ações que visam reduzir o contencioso tributário. No referido evento, foi explicado como o fluxo nacional de execução fiscal foi construído, sua adaptabilidade, suas automações já desenvolvidas e a facilidade na incorporação de novas rotinas, a fim de viabilizar o compartilhamento de inovações por todos os Tribunais que utilizarem o fluxo em seus respectivos PJs.

Nesse contexto, o TJPA implementou o fluxograma nacional aplicado ao rito das ações executivas fiscais no PJe, o qual tem o potencial para contribuir no cumprimento das metas relativas ao enfrentamento da alta litigiosidade tributária.

▪ Contadoria do Juízo Unificada (CONJU)

Foi instituído o projeto-piloto da CONJU, con-

forme a Portaria nº 4724/2023, por meio do qual o Serviço de Contadoria passou a integrar uma nova estrutura organizacional, com o objetivo de otimizar e centralizar os serviços de cálculo judicial no âmbito das diversas esferas do Judiciário do Estado do Pará.

A estrutura da CONJU será composta por:

- i. Coordenadoria de Cálculo, que inclui:
 - o Coordenador(a) de Cálculo
 - o Assessoria de Cálculo
- ii. Núcleos especializados:
 - o Núcleo Cível
 - o Núcleo de Família e 2º Grau
 - o Núcleo de Fazenda
 - o Núcleo dos Juizados de Fazenda da Capital

A CONJU funcionará como uma unidade auxiliar do juízo, atuando tanto no 1º quanto no 2º grau de jurisdição, e será responsável pela elaboração dos cálculos judiciais relacionados à dívida líquida e certa, em processos de natureza cível, família, fazenda e execução fiscal, abrangendo todas as Comarcas do Estado do Pará, assim como as Varas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública da Capital. No entanto, não se incluirão processos de natureza criminal, perícia contábil, precatórios, requisições de pequeno valor, demais juizados especiais e justiça militar.

A atuação da CONJU será limitada à fase de execução dos processos, sendo acionada por so-

licitação do(a) magistrado(a) responsável, sempre que houver necessidade de esclarecimento sobre valores controversos ou em casos de discussão sobre excesso de execução. Vale ressaltar que, para a realização de cálculos judiciais, os processos deverão ser encaminhados exclusivamente por determinação expressa do(a) magistrado(a), via sistema PJe.

Esta reestruturação visa otimizar os fluxos de trabalho, garantir maior eficiência no tratamento dos cálculos judiciais e melhorar a agilidade na tramitação dos processos no âmbito da Justiça Estadual.

▪ Comissão de Soluções Fundiárias

Foi implementado um fluxo paralelo no PJe, permitindo o andamento simultâneo dos processos tanto na vara originária quanto na comissão.

Essa abordagem agilizou significativamente a execução das atividades e acelerou a produção de resultados significativos.

Fornecendo uma contextualização da relevância da Comissão de Soluções Fundiárias do Poder Judiciário do Estado do Pará, ela foi estabelecida pela Portaria nº 3525/2023-GP, publicada em 24 de agosto de 2023, com o objetivo de promover a paz social e a dignidade humana, buscando soluções consensuais para conflitos fundiários coletivos, rurais e urbanos. A comissão atua para evitar o uso da força pública em casos de reintegração de posse ou despejo, promovendo o diálogo entre as partes envolvidas, autoridades públicas e demais interessados. Ela é presidida pelo Des. Mairton Marques Carneiro, Ouvidor Agrário, conforme a Portaria nº 3943/2023-GP, de 6 de setembro de 2023.



Comissão de
Soluções Fundiárias
do Poder Judiciário
do Estado do Pará

21. Adequação do Ple à Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua - PopRuaJud

Adaptação sistêmica que permite ao Tribunal



O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) implantou uma nova tecnologia inovadora, o Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial (Saref), desenvolvido pelo TJDFE e agora integrado à PDPJ, a plataforma digital do poder judiciário. Com o Saref, os apenados podem realizar suas apresentações de forma remota através de um celular com acesso à internet, utilizando como recurso principal o robô homologador para as homologações automatizadas.

O processo começa com o cadastro do reeducando na unidade judiciária do seu processo. Em seguida, o usuário usa um smartphone para autorizar o uso da câmera, permitindo que o sistema valide sua presença através de reconhecimento facial e geolocalização. A homologação pode ocorrer automaticamente via inteligência artificial ou ser verificada por um servidor credenciado no próprio sistema. Após a validação, o Sa-

re de Justiça abre portas da Justiça aos mais vulneráveis, identificando as demandas desse grupo a fim de oferecer à população em situação de rua atendimento prioritário e sem burocracia, possibilitando o acesso à Justiça de modo célere, simplificado e efetivo.

re atualiza o registro de cumprimento de pena e envia o comprovante ao apenado via e-mail e nos autos do processo em movimentações.

A Secretaria de Informática, em parceria com o CNJ, desenvolveu a fase piloto do Saref na Vara de Execução Penal de Santarém, a pedido do Juiz Flavio Lauande. Atualmente, o sistema está sendo expandido para todas as comarcas do Pará. As implantações foram concluídas nas Varas de Execuções Penais de Marabá, Juiz Caio Berardo, na VEPMA de Belém, Juíza Andreia Miralha, e na VEP de Belém, Juiz Deomar Pinheiro.

Os principais benefícios do Saref incluem agilidade e segurança nas apresentações, controle mais preciso da gestão das presenças com possibilidade de auditoria e redução de custos. A apresentação remota elimina a necessidade de deslocamento até o fórum, evitando aglomerações e otimizando os recursos.



22. Aperfeiçoamento da gestão da qualidade das aplicações

Foi definida uma nova versão do Processo de Desenvolvimento e Sustentação de Software, com o objetivo de facilitar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa atualização visa não apenas atender às exigências regulatórias, mas também proporcionar benefícios significativos tanto para o público interno do tribunal quanto para o público externo.

Além disso, foram realizadas diversas ações de capacitação para as servidoras e os servidores da Coordenadoria de Aplicações, focadas nas boas práticas de testes unitários automatizados utilizando JUnit e XUnit, bem como testes funcionais com o uso do Selenium. Essas capacitações garantem que a equipe esteja preparada para desenvolver e manter aplicações de alta qualidade.

Outra iniciativa promoveu o uso de ferramentas como SonarQube e OpenShift, fundamentais para aprimorar a qualidade do código e a eficiência dos processos de desenvolvimento. O SonarQube permite a análise contínua da qualidade do código, identificando e corrigindo problemas de forma proativa. Já o OpenShift facilita a gestão de aplicações em contêineres, proporcionando maior flexibilidade e escalabilidade.

De forma complementar, também está sendo realizado um trabalho com a versão mais atual do GitLab para ampliação de esteiras de CI/CD (integração e entrega contínuas), tendo em vista a padronização e agilidade das operações.

Vale ressaltar, que dada a necessidade de gerenciamento do conhecimento, mais uma atividade prevê a implantação de uma plataforma chamada BookStack, a qual promoverá a centralização e a facilidade de obtenção de informações essenciais sobre a documentação dos sistemas, procedimentos e normativos.



23. Implantação do SAREF

O tribunal de Justiça do Estado Pará concluiu a implantação do Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial (SAREF) em quatro comarcas: Santarém, Marabá, VEP E VEP-MA de Belém e Castanhal. A Secretaria de informática em parceria com o CNJ vem desenvolvendo a expansão para as 19 comarcas que possuem unidades prisionais inicialmente. Cabe ressaltar, que o SAREF foi desenvolvido pelo Tribunal de Justiça e Distrito Federal e hoje faz parte da plataforma digital do poder judiciário (PDPJ).

Com essa tecnologia, os apenados dos regimes semiaberto, aberto, em livramento condicio-

nal, beneficiados por acordos de não persecução penal ou em liberdade provisória poderão realizar apresentações ao juízo de forma remota, dispensando o deslocamento até o fórum. Além disso, o sistema permite que o procedimento seja realizado por meio de um smartphone com acesso à internet, utilizando reconhecimento facial e geolocalização do(a) apenado(a).

Nas comarcas de Belém e Castanhal as convocações para o cadastro das “fotos semente” terão início em janeiro de 2025 e serão feitas presencialmente na própria unidade judiciária. Essas fotos servirão como referência para validar as apresentações futuras realizadas remotamente. Durante o pré-cadastro, os apenados têm seus

dados coletados, recebem instruções sobre o uso da ferramenta, esclarecem dúvidas e recebem uma cartilha explicativa.

Sempre que o apenado se apresenta remotamente, o sistema gera um comprovante. Caso ele tenha um e-mail cadastrado, o documento é enviado diretamente para o endereço eletrônico. Ainda assim, a ferramenta garante acessibilidade aos apenados que não possuem e-mail, pois o comprovante é automaticamente anexado ao processo eletrônico, podendo ser consultado por operadores do Direito e órgãos de execução penal de qualquer localidade. O comprovante emitido inclui a “foto semente” ao lado da foto registrada no momento da apresentação remota, além de

um mapa com a localização do apenado, a data e o horário do procedimento.

Entre as principais vantagens do sistema está a integração ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que automatiza o envio dos comprovantes das apresentações diretamente aos processos judiciais, eliminando etapas manuais e otimizando os trâmites na secretaria. Além disso, a solução beneficia especialmente apenados em situação de vulnerabilidade financeira, reduzindo a necessidade de deslocamento até a comarca para comparecimento em juízo, por fim, com o uso de IA realiza homologações automáticas a partir de critérios pré-estabelecidos no SAREF admin.





Projetos e Resultados: Atendimento e Suporte

1. Projeto Reiniciar:

O Projeto Reiniciar visa modernizar e aprimorar a infraestrutura de TI nas comarcas do interior do estado do Pará. Através de visitas técnicas estratégicas, o projeto avalia e atualiza os recursos tecnológicos, realiza manutenções preventivas e padroniza os ambientes de trabalho. Essa abordagem melhora a gestão de ativos, garantindo maior

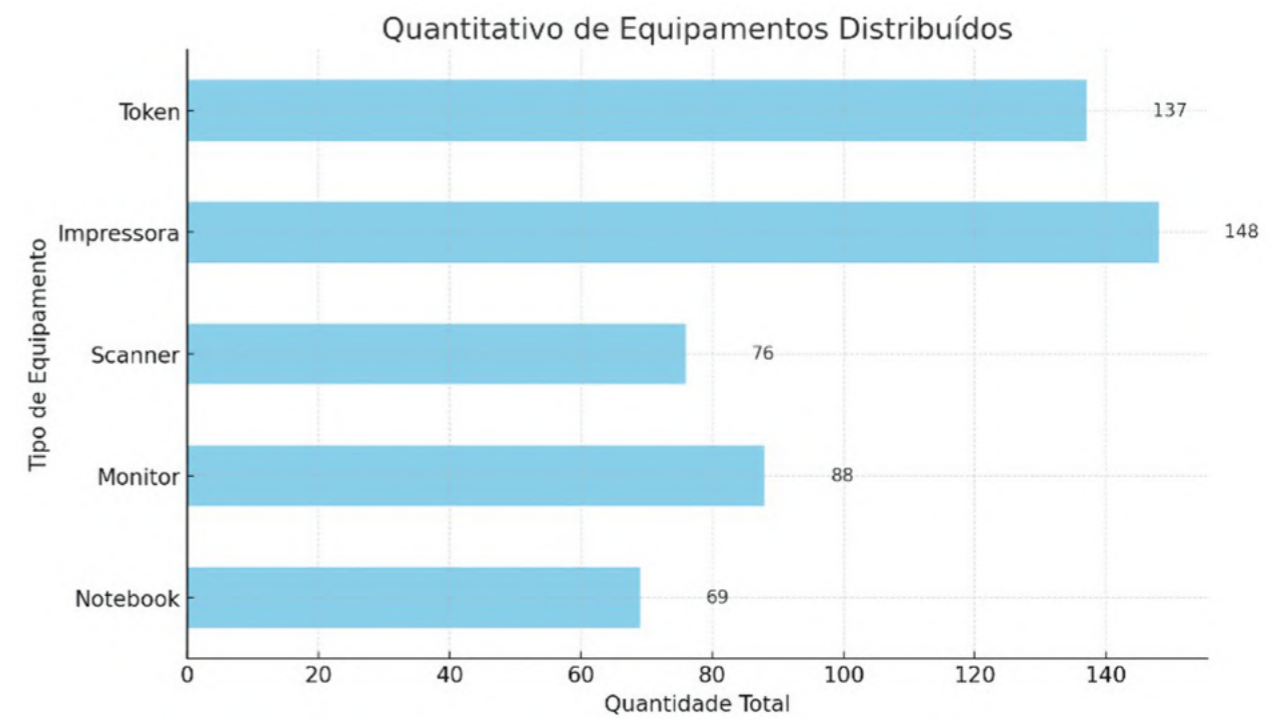
segurança e eficiência. O suporte técnico local é agilizado, reduzindo o tempo de espera para a resolução de problemas. Além disso, a infraestrutura de redes é modernizada, permitindo a instalação de novos pontos lógicos e de Wi-Fi nas unidades atendidas. O projeto também se dedica a nivelar o conhecimento dos usuários sobre os sistemas institucionais, contribuindo significativamente para a qualidade do atendimento ao jurisdicionado.



Palestra sobre segurança da informação no interior do Estado

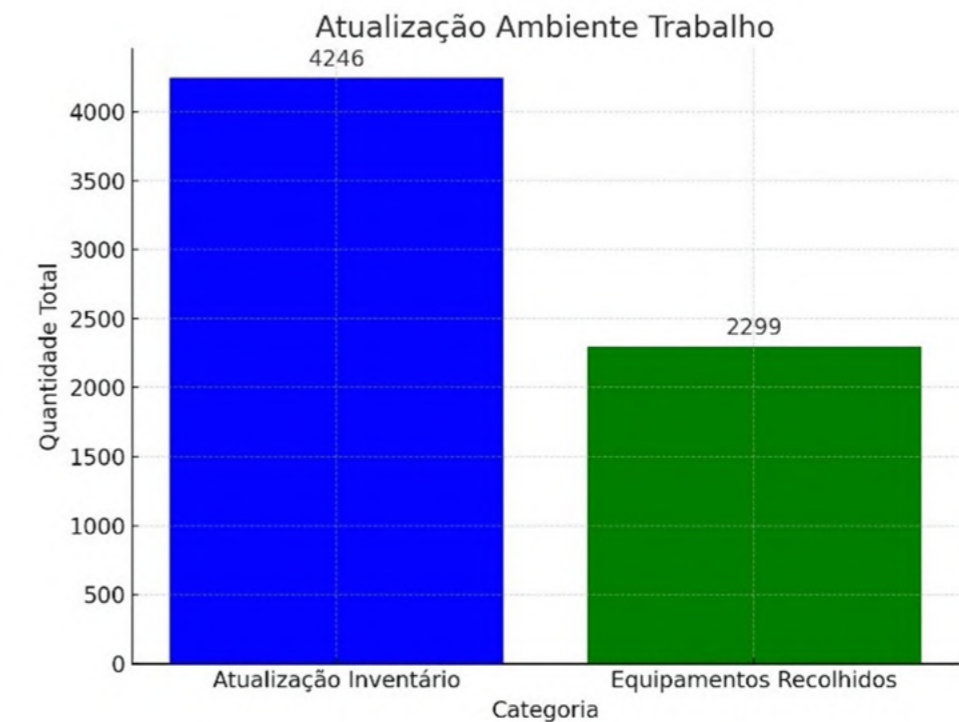
Neste projeto foram distribuídos notebooks, monitores, scanner, impressoras e tokens, impac-

tando de forma imediata nas atividades realizadas pelas comarcas.



O projeto realizou o recolhimento de equipamentos subutilizados ou defeituosos, bem

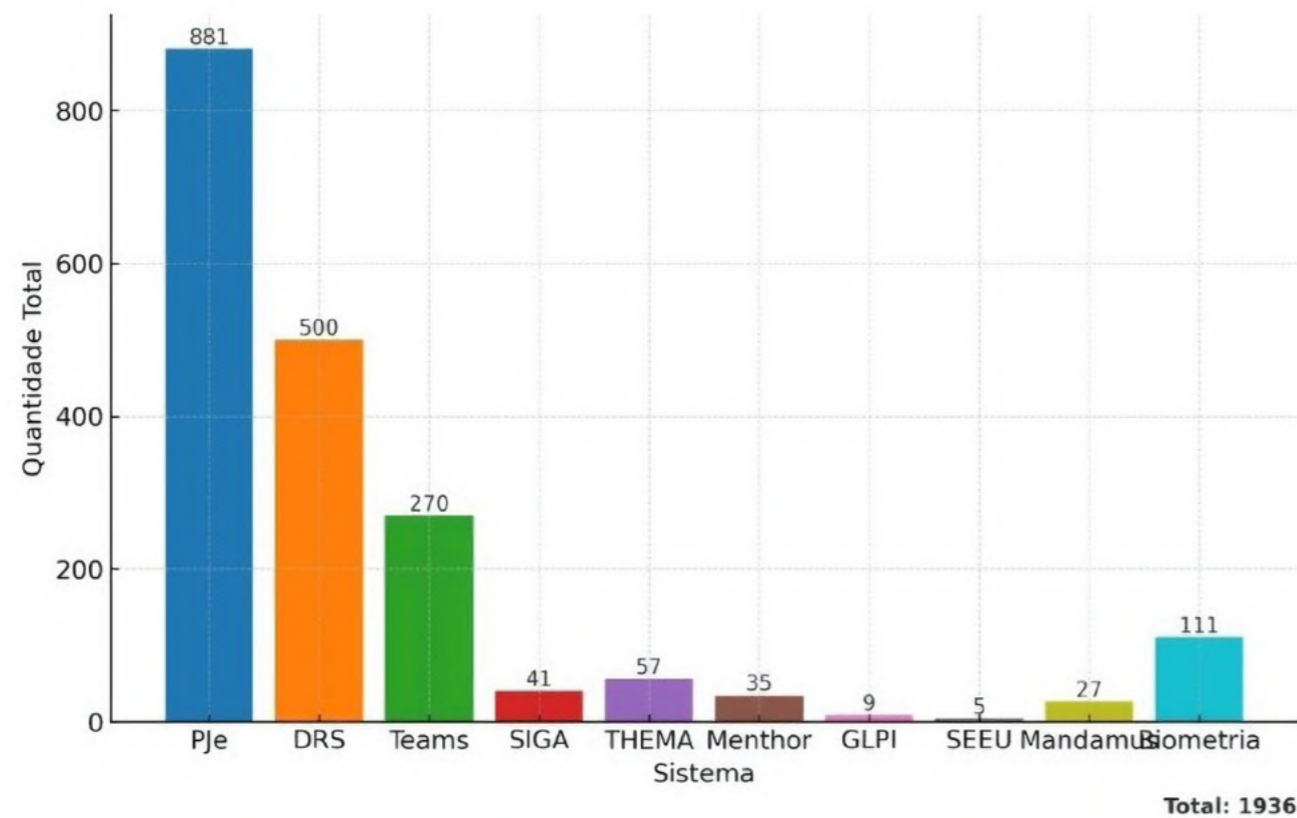
como procedeu com a atualização do inventário de TIC.



Na área de sistemas, o Projeto Reiniciar proporcionou o nivelamento de 1.936 servidores. O Processo Judicial Eletrônico (PJE) teve a maior

adesão, com 881 participantes, seguido pelo DRS com 500 servidores capacitados:

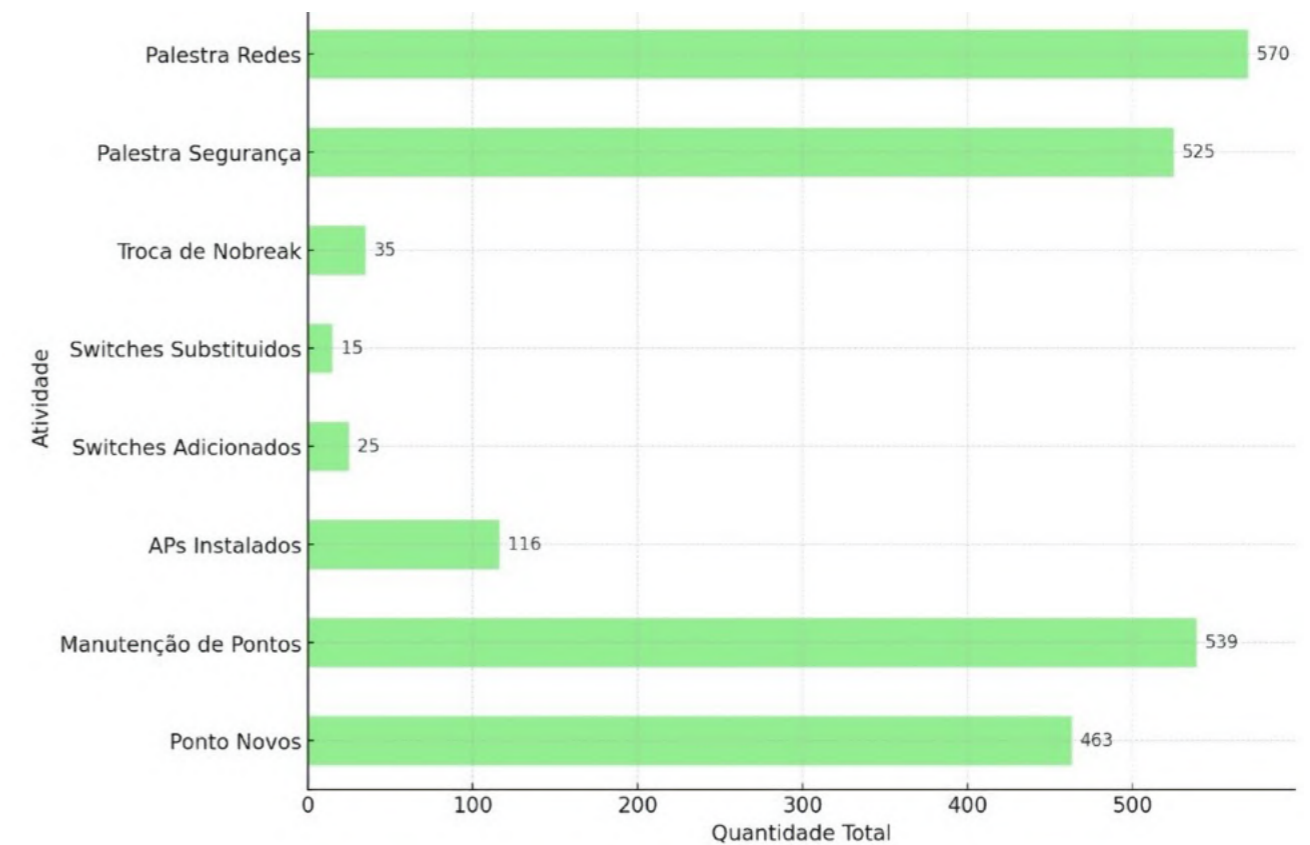
Quantitativo de usuários que participaram do nivelamento de conhecimento



A infraestrutura de rede das comarcas também foi atualizada, foram instalados novos pontos de rede, switches, nobreaks e access points.

Também foram realizadas palestras sobre boas práticas de segurança da informação e outros serviços:

Melhorias na área de infraestrutura



Como parte do processo de modernização do parque computacional, 3.566 máquinas localizadas no interior do estado foram atualizadas para o Windows 11. Essa atualização é de extrema importância, pois garante maior segurança e desempenho. Além disso, o Windows 11 oferece uma interface mais intuitiva e funcionalidades avançadas que otimizam o fluxo de trabalho dos servidores, assegurando que as atividades judiciais sejam executadas com maior celeridade.

A padronização das salas de audiência foi outro ponto de destaque, acompanhada pela instalação de 176 sistemas de videoconferência (polycoms) e 128 televisores. Essas melhorias aprimoraram significativamente a captação de áudio e vídeo nas audiências realizadas pelas 110 comarcas visitadas.

A interação direta com os servidores nas comarcas permitiu identificar necessidades específicas e aprimorar os serviços prestados, além de fortalecer o relacionamento entre as equipes de

informática e os usuários. Essa aproximação promoveu uma cultura de melhoria contínua e reforçou o compromisso com a qualidade e a eficiência dos serviços de TI oferecidos pelo TJPA.

2. Expansão dos Canais de Atendimento

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), por meio da Secretaria de Informática, lançou o Chatbot do TJPA, acessível tanto pelo WhatsApp (para o público externo e interno) quanto pela plataforma Teams (exclusivamente para o público interno). Esse Chatbot é um software de robô conversacional que registra todas as mensagens enviadas pelos usuários, além de manter um histórico de atendimentos. Esses dados são armazenados e processados pelo sistema, permitindo que as respostas sejam adaptadas com base nos assuntos identificados em interações anteriores.

- **Benefícios Operacionais:** O Chatbot aprimora o atendimento, reduz o tempo de espera e oferece um canal de comunicação ininterrupto com informações mais simples e amigáveis. Ele também gera economia de recursos financeiros, possibilita a automação de processos, otimiza a resolução de dúvidas e facilita o acesso às informações, contribuindo para um aumento na satisfação do usuário.
- **Áreas de Atendimento:** Os atendimentos realizados pelo Chatbot estão relacionados à área de

Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo a abertura de chamados técnicos de informática, acesso a sistemas e outras demandas.

Atualmente o Chatbot conta com duas iniciativas, sendo a primeira relacionada ao atendimento de chamados técnicos, que são direcionados à Secretaria de Informática, e a segunda relacionada à Assistente Virtual Juciara, a qual é dedicado à Carta de Serviços disponibilizada ao público externo, contendo serviços como Consulta Unificada de Processos e Consulta à Audiências, dentre outros serviços.

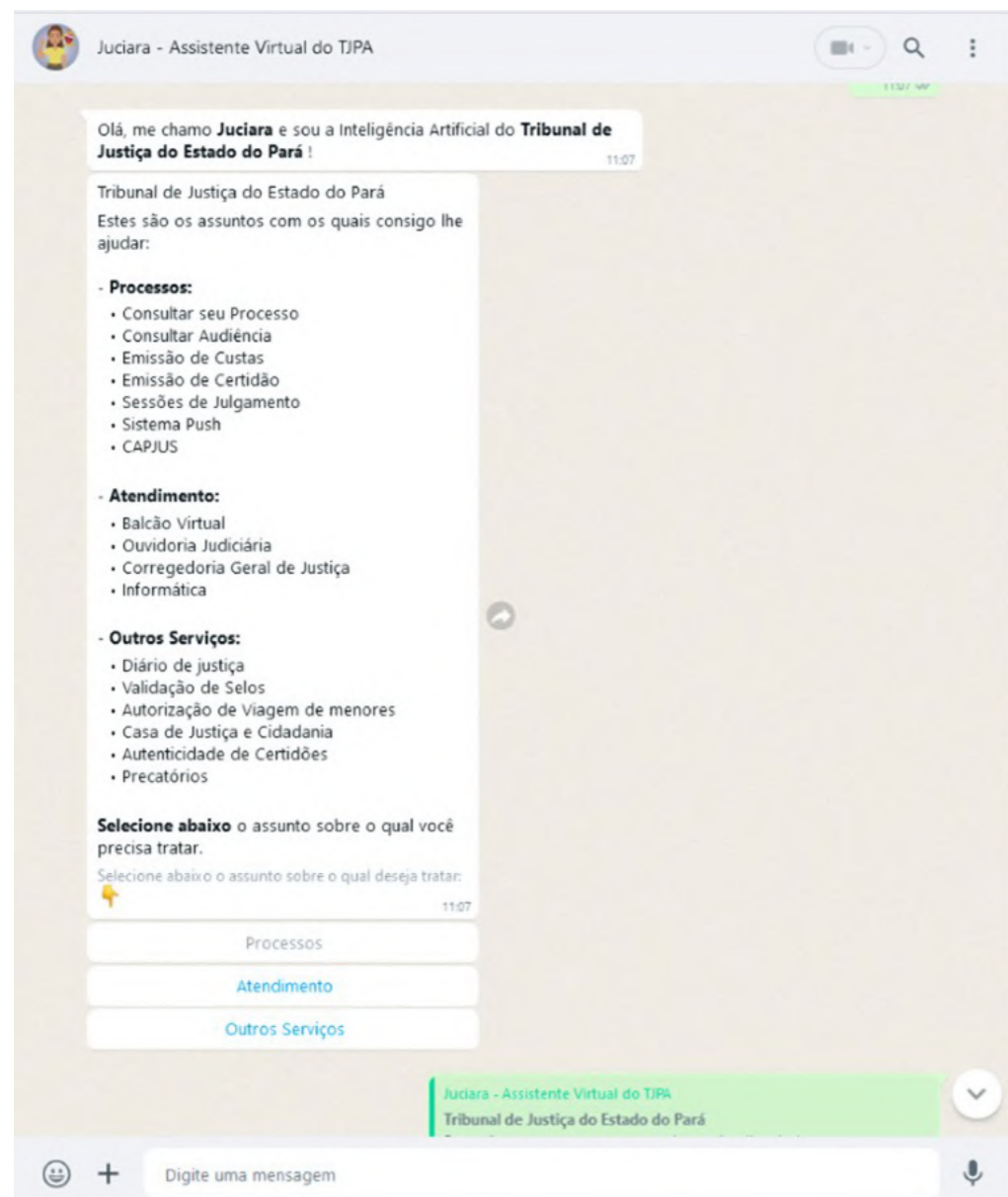
3. Expansão do Suporte Técnico

A expansão das equipes de suporte de informática, resultante do novo contrato firmado entre a Lanlink Tecnologia e o TJPA, fortaleceu significativamente as operações de TIC. A Central de Atendimento, agora localizada em Belém, conta com um aumento de 40% no número de profissionais dedicados ao suporte técnico, tanto presencial quanto remoto.

- **Níveis de Atendimento:** Esse crescimento

abrange técnicos de primeiro a terceiro nível de atendimento, analistas e especialistas, e inclui um reforço na equipe local, atuando tanto no Fórum Cível quanto no Fórum Criminal da capital.

- **Capacitação Contínua:** O novo contrato também introduz um plano de capacitação contínua para os colaboradores terceirizados de TIC, assegurando o aprimoramento e o nivelamento técnico da equipe.
- **Polos Judiciais do Interior:** Os polos judiciais do interior foram ampliados, com a maioria das localidades agora contando com dois a três técnicos disponíveis.



Assistente Virtual Juciara no Whatsapp



Central de Serviços de TIC agora localizada em Belém

4. Nivelamento de magistrados e servidores sobre o PJe:

Foram realizados webinários detalhados sobre as principais funcionalidades do sistema, proporcionando uma compreensão aprofundada das ferramentas e processos. Esta iniciativa

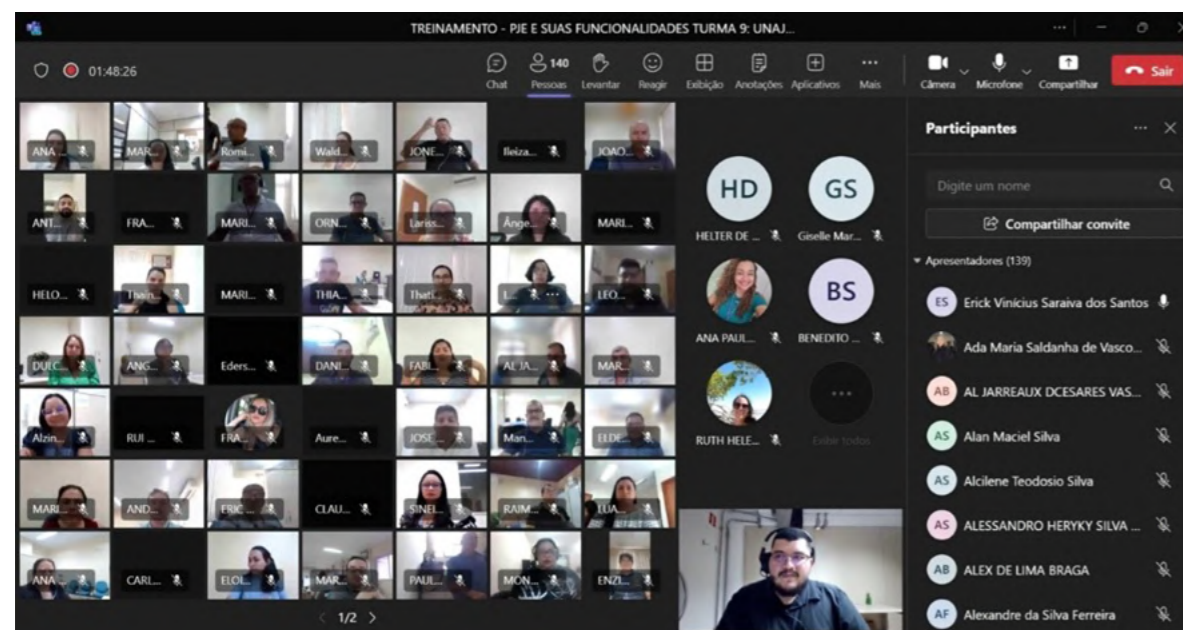
garantiu que magistrados e servidores estejam alinhados com as melhores práticas, promovendo maior eficiência e assertividade no uso do sistema.

Neste biênio, tivemos um total de 5.464 servidores e magistrados participantes, incluindo profissionais de secretaria, gabinete e oficiais de justiça, conforme o seguinte:

Webinários sobre PJE no biênio 2023/2024				
Perfil	Qtd webinários		Participantes	
	2023	2024	2023	2024
Oficiais de justiça	6	0	186	0
Secretarias e gabinetes	39	28	2.972	2.306
Total	45	28	3.158	2.306

O projeto elevou o nível de conhecimento técnico na instituição, reduzindo erros operacionais e melhorando o atendimento ao público. Além disso, reforçou a importância da adaptação contínua às novas tecnologias, assegurando que

o TJPA mantenha um alto padrão de serviço e inovação. Inicialmente realizado pela Secretaria de Informática, o projeto firmou parceria com a Escola Judicial em meados de 2023 para a realização dos webinários.



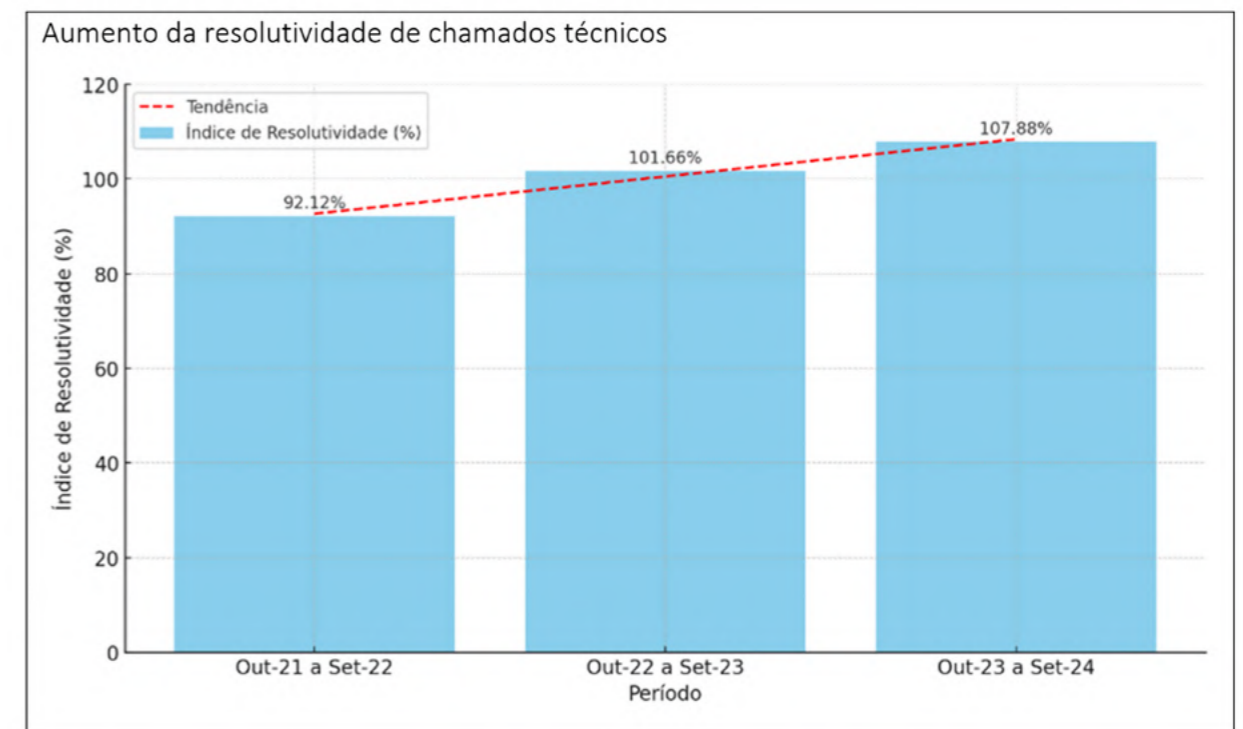
Webinar sobre o PJe

5. Aumento de desempenho das equipes de suporte técnico:

A respeito das demandas diárias recebidas pela Secretaria de Informática, estas são em sua grande maioria formalizadas por meio de chamado técnico, os quais são classificados e atendidos conforme determinados critérios, como urgência, impacto e prioridade. Nesse sentido, a Secretaria se empenhou em otimizar e automatizar os processos de atendimento, o que proporciona maior celeridade e assertividade na entrega do suporte

aos serviços.

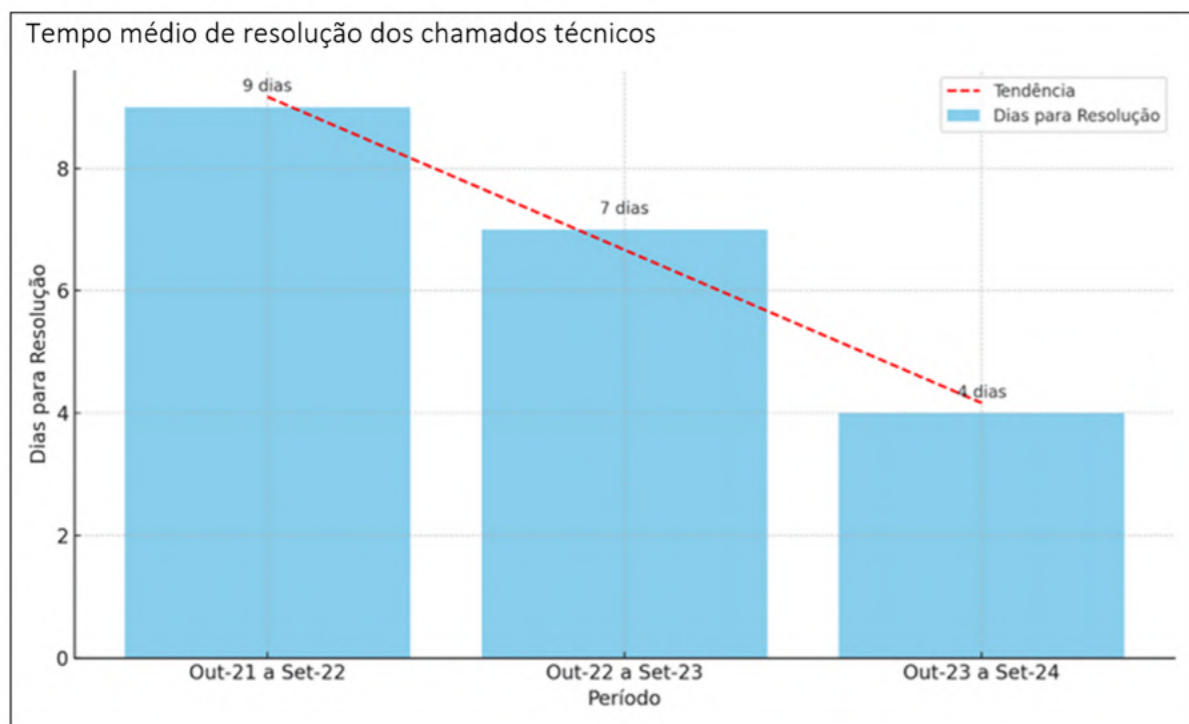
Para ilustrar os resultados alcançados, consideramos o histórico de chamados dos últimos 36 meses, compreendendo o período de outubro de 2021 a setembro de 2024. A primeira análise realizada trata do Índice de Resolutividade, o qual representa a proporção de chamados efetivamente resolvidos em relação ao total de chamados abertos. Um índice alto de resolutividade reflete a capacidade da equipe de atendimento em solucionar demandas de forma eficaz, contribuindo diretamente para a satisfação do usuário e para o cumprimento das metas institucionais.



Este gráfico indica uma tendência de crescimento na resolutividade dos chamados ao longo dos três períodos. Essa tendência positiva sugere que a capacidade de resolução de chamados está em uma trajetória de melhoria. Esse crescimento está relacionado a aprimoramentos nos processos internos, promoção de capacitações das equipes de suporte e eficiência no atendimento. A manutenção dessa tendência é crucial para garantir

que o índice de resolutividade continue a subir, refletindo a eficácia do suporte oferecido ao usuário.

Outra análise a ser levada em consideração é sobre o Tempo Médio de Resolução, o qual é calculado com base no tempo total gasto para resolver os chamados. Este indicador também possui relação direta com as políticas de aumento de desempenho das equipes de suporte, e seus resultados estão ilustrados no gráfico a seguir:



O gráfico evidencia uma tendência clara de melhoria na agilidade da equipe de atendimento ao longo dos períodos analisados. A média de dias para resolução de chamados reduziu de 9 dias no período de 2021-2022 para 4 dias em 2023-2024. Essa diminuição progressiva sugere que as medidas implementadas, como a otimização de processos e a capacitação da equipe, foram eficazes em aumentar a eficiência do suporte. A linha de tendência reforça a expectativa de continuidade dessa evolução, apontando para um atendimento cada vez mais ágil e responsivo.

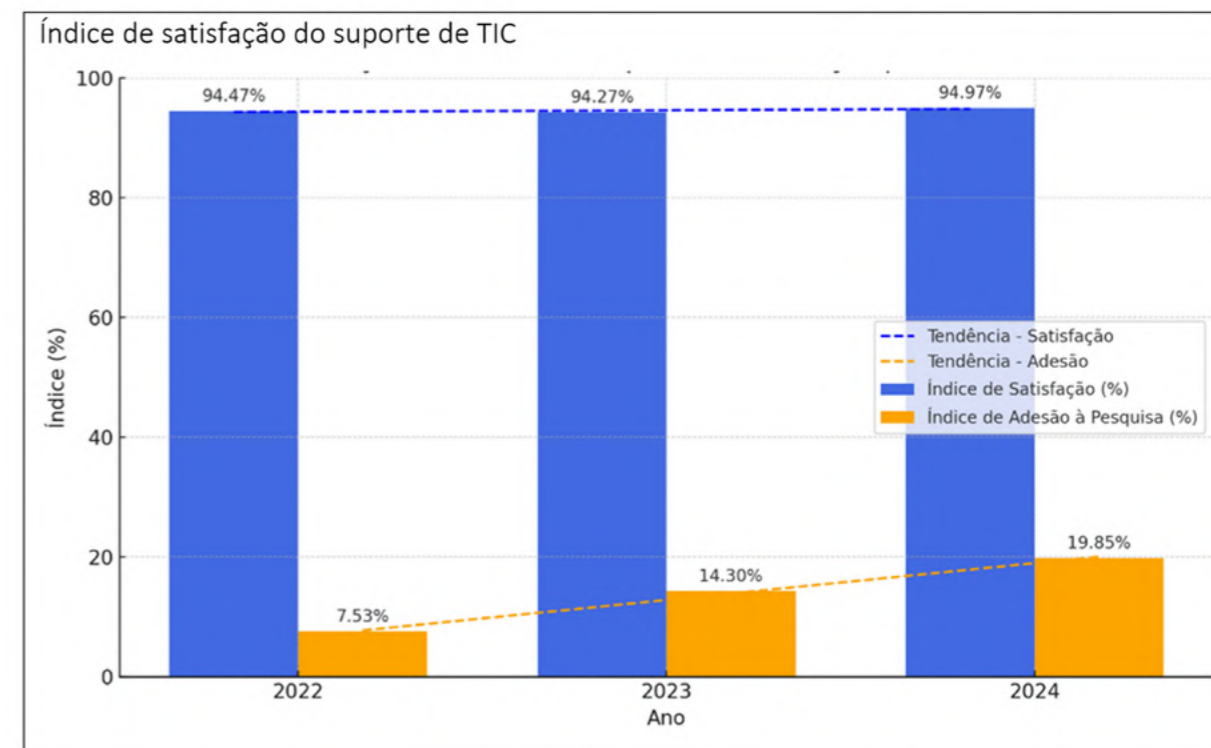
Outra métrica importante é a análise dos indicadores de satisfação do suporte de TIC, que são essenciais para a avaliação da qualidade percebida sobre o atendimento prestado pela Secretaria de Informática e para identificar áreas de melhoria a partir da experiência dos usuários. Esse feedback ajuda a compreender a satisfação dos usuários com relação à resolução dos chamados e ao suporte recebido, além de oferecer uma

visão valiosa sobre a eficácia das interações e o atendimento da equipe.

Os principais indicadores de satisfação são:

- **Índice de satisfação:** mede a qualidade percebida pelos usuários em relação ao atendimento prestado, ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024. Esses dados indicam uma tendência geral de satisfação elevada, com uma leve melhoria ao longo dos períodos analisados. A consistência nos altos índices de satisfação reflete o compromisso com a qualidade e a eficácia do atendimento.

- **Índice de adesão à pesquisa de satisfação:** mede a participação dos usuários na pesquisa de satisfação, que é essencial para obter feedback e ajustar os serviços oferecidos. A melhoria progressiva na adesão à pesquisa indica que as ações para aumentar a participação foram eficazes. Aumentar a adesão permite uma visão mais completa da percepção dos usuários, promovendo uma base sólida para aprimorar o atendimento de forma contínua.



6. Telefonia Integrada ao Teams

Foi realizada a implantação da telefonia integrada ao Teams, substituindo a telefonia fixa tradicional no âmbito do TJPA. Essa integração disponibiliza aos usuários que utilizam o Teams facilidades como caixa postal, conferência por voz e vídeo, transferência por nome, gravação e transcrição.

- **Mobilidade e Flexibilidade:** Os ramais podem ser utilizados em smartphones com o Teams, permitindo maior mobilidade e flexibilidade na comunicação. Até o momento, foram implantados 1.772 ramais (de um total de 2.000 disponíveis).
- **Capacitação:** Todas as unidades judiciais participaram de capacitação através de webinars, visando apresentar as principais funcionalidades do novo serviço de telefonia do TJPA.

7. Aparelhos Celulares para os PID (Pontos de Inclusão Digital)

Até o momento, foram disponibilizados 40

celulares para apoio aos Pontos de Inclusão Digital, que são usados durante as atividades de prestação jurisdicional. Esses dispositivos auxiliam na inclusão digital e na melhoria do atendimento aos usuários dos serviços judiciais.

8. Novo contrato de serviços técnicos especializados

Outra medida foi uma nova contratação de fornecimento de serviços técnicos especializados (contrato 010/2024) que trouxe flexibilidade na aquisição de mão-de-obra técnica. Através desse contrato, conseguimos manter uma equipe monitorando a infraestrutura e os sistemas durante 24 horas por dia, outra equipe realizando atendimentos relacionados a cabeamento (incluindo técnicos residentes em Santarém e Marabá) e uma terceira equipe atuando em atividades de infraestrutura. Ter essa mão-de-obra disponível para atividades técnicas permite que os analistas do TJ possam focar em projetos estratégicos, agregando valor aos serviços de TIC.



Projetos e Resultados: Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação

A Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) tem desempenhado um papel fundamental na transformação digital e na modernização dos processos judiciais. Com um foco estratégico em alinhar a TI às necessidades institucionais e às diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), a Secretaria de Informática (SECINFO) tem trabalhado para implementar inovações que aprimoram a eficiência, a transparência e a acessibilidade dos serviços judiciais.

Através de um monitoramento contínuo e uma governança eficaz, a equipe garante que as iniciativas estejam em consonância com os objetivos estratégicos do TJPA, promovendo a integração de sistemas, a interoperabilidade de canais digitais e a otimização dos serviços prestados ao público.

Com uma abordagem proativa na identificação de oportunidades e desafios, a equipe de Governança de TI tem se posicionado como um agente facilitador, preparando o TJPA para os desafios do futuro e consolidando sua missão de oferecer um Judiciário mais moderno e eficiente.

Essa trajetória de trabalho e comprometimento reflete não apenas a importância da tecnologia na gestão judiciária, mas também o compromisso do TJPA em proporcionar um serviço de qualidade à sociedade, alinhando inovação e eficiência nas suas operações.

1. Plano de Transformação Digital (PTD): Um Novo Capítulo na Modernização do Judiciário Paraense

Sob a liderança da SECINFO, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) lançou o seu Plano de Transformação Digital (PTD). Este plano visa implementar a transformação digital necessária para atender à Resolução nº 370, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comuni-

cação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

O PTD foi desenvolvido com a colaboração de todas as áreas do TJPA, garantindo que cada setor esteja envolvido na execução das ações propostas. A iniciativa é revista trimestralmente pelo Comitê de Governança de TI, assegurando que o progresso seja monitorado e ajustado conforme necessário.

Composto por 34 ações estruturantes, planejadas entre os anos 2023 e 2032, o PTD busca promover ganhos de escala, reuso, padronização e integração, e estão distribuídas entre os temas: Transformação digital de serviços, Integração de canais digitais, Interoperabilidade de sistemas e Estratégia de monitoramento.

Este plano representa um passo significativo na modernização do TJPA, alinhando-se às melhores práticas do Judiciário e proporcionando uma experiência mais eficiente e acessível para a sociedade.

2. Avanços da Secretaria de Informática do TJPA na Implementação da ENTIC

A Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) tem se destacado na implementação da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC). Com o objetivo de modernizar e tornar mais eficientes os serviços prestados, a secretaria tem avançado em frentes fundamentais: Gerenciamento de Serviço de TIC e Governança e Gestão de TIC, buscando alinhamento de suas iniciativas às diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 370.

2.1 Avanços na Gestão de Serviços de TIC no TJPA: Integração, Nuvem e Segurança como Pilares de Eficiência

A Secretaria de Informática (SECINFO) implementou ações estratégicas no Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunica-

ção (TIC), fortalecendo áreas fundamentais como integração de sistemas, infraestrutura em nuvem e segurança da informação. Essas iniciativas buscam enquadrar os serviços judiciais à excelência e promover uma operação mais ágil e segura.

2.1.1 Tema: Sistemas de Informação

Em conformidade com os padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TJPA integrou mais de 90% dos sistemas judiciais, facilitando a comunicação entre os sistemas e promovendo uma tramitação processual mais eficiente. Esse alinhamento permite que as partes envolvidas tenham acesso contínuo a informações atualizadas e centralizadas, garantindo uma experiência fluida e menos burocrática para os usuários.

2.1.2 Tema: Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem

A SECINFO definiu uma estratégia abrangente para a adoção da nuvem, identificando benefícios mensuráveis como confiabilidade, flexibilidade, segurança, redução de custos e eficiência. Esse plano foi compartilhado com as principais partes interessadas, garantindo destinação orçamentária e a designação de um gerente executivo para supervisionar o programa de migração. Além disso, ao avaliar as necessidades dos usuários e os requisitos de governança, a SECINFO estabeleceu responsabilidades claras para a migração e operação da nuvem, utilizando o projeto de workloads com métricas e logs e aplicando as melhores práticas de segurança e automação de processos para otimizar a operação e o monitoramento contínuo.

2.1.3 Tema: Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados

Para mitigar riscos e fortalecer a proteção de dados, o Comitê de Governança de Segurança da Informação do TJPA passou a realizar reuniões tri-

mestrais, discutindo e deliberando ações preventivas e corretivas de maneira estruturada. Complementarmente, foram implementadas medidas de governança em segurança da informação, em alinhamento com o Artigo 19 da Resolução CNJ nº 396/2021, que orienta o tribunal em relação às melhores práticas de segurança e proteção de dados sensíveis.

2.2 TJPA Fortalece Governança e Gestão de TIC: Estruturas, Políticas e Transformação Digital em Destaque

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) tem dado passos importantes na consolidação de uma governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) robusta, promovendo avanços em estrutura organizacional, políticas, transformação digital e atendimento aos usuários. Essas ações são voltadas a garantir um serviço mais eficiente, transparente e inovador para o Judiciário.

2.2.1 Tema: Estruturas Organizacionais e Macroprocessos

Para aprimorar a coordenação e o gerenciamento dos macroprocessos definidos pela Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Judiciário (ENTIC), o TJPA ampliou o quadro de servidores dedicados exclusivamente a essa função. Essa iniciativa fortalece a execução das atividades críticas e assegura que os processos organizacionais estejam em linha com os objetivos estratégicos do tribunal.

2.2.2 Tema: Políticas e Planejamento

O TJPA além de oficializar o seu Plano de Transformação Digital (PTD), instituiu comitês de Governança e Gestão de TIC, com reuniões de acompanhamento mensal e quinzenal, respectivamente. O monitoramento mensal do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) vigente permite ao tribunal avaliar cons-

tantemente os resultados e redirecionar esforços conforme necessário, garantindo uma gestão mais dinâmica e responsiva.

2.2.3 Tema: Transformação Digital

O Comitê da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro PDPJ-Br do TJPB rotineiramente monitora os resultados de projetos que integram todos os sistemas eletrônicos do Judiciário brasileiro.

A utilização de Inteligência Artificial (IA) é uma realidade e os modelos desenvolvidos são compartilhados na plataforma Sinapses, em conformidade com a Resolução CNJ nº 332/2020, promovendo o intercâmbio de soluções tecnológicas entre os órgãos do Judiciário.

2.2.4 Tema: Atendimento e Suporte ao Usuário

As práticas de atendimento ao usuário, implementadas antes do período em foco, continuam sendo aperfeiçoadas por meio do ciclo de melhoria contínua (PDCA). Esse compromisso visa aprimorar a experiência dos usuários, garantindo que recebam suporte ágil e eficiente para resolver questões relacionadas ao uso dos sistemas do tribunal.

2.2.5 Tema: Pessoas

A SECINFO mantém o desenvolvimento e a capacitação contínua dos servidores. O foco em

treinamento e desenvolvimento proporciona uma equipe capacitada para enfrentar os desafios das inovações tecnológicas e atender às demandas do tribunal com excelência.

2.3 Instrumentos de Monitoramento na Governança de TI

Para garantir que planos, projetos e objetivos sejam alcançados de forma eficaz, foram implementados instrumentos de monitoramento tais como dashboards, indicadores de desempenho, relatórios de progresso e revisões periódicas.

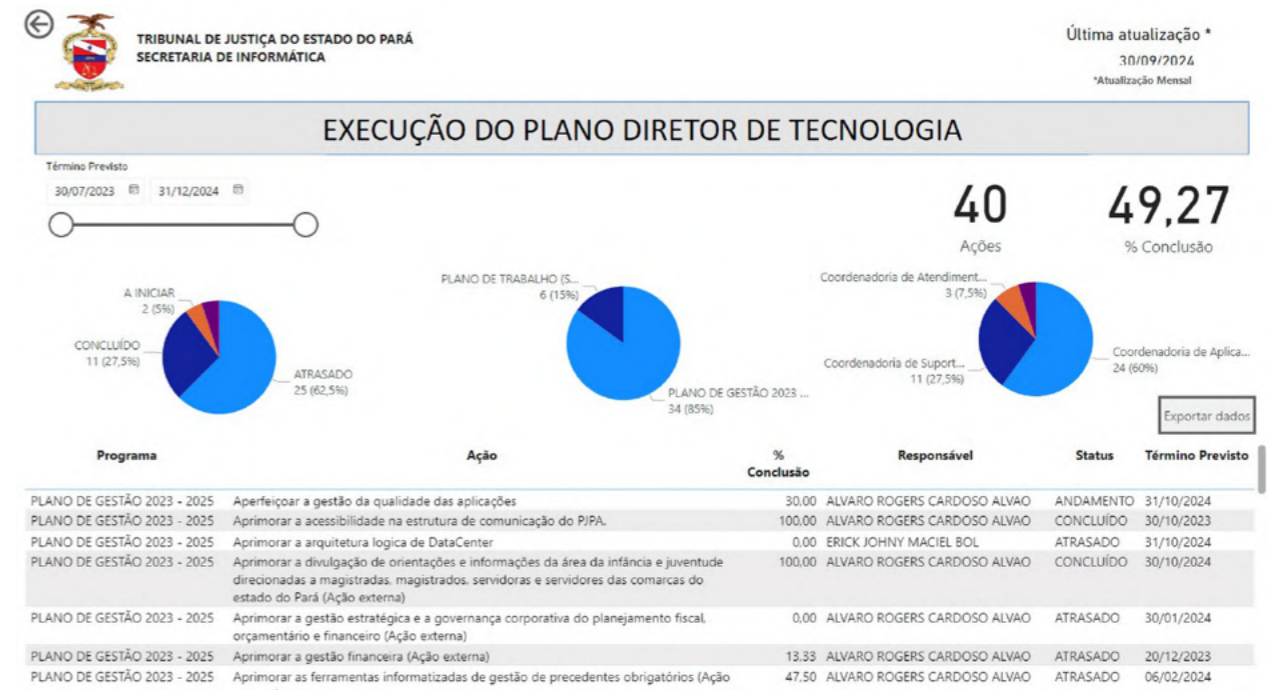
Estes instrumentos proporcionam visibilidade sobre o desempenho das operações, bem como a identificação precoce de riscos e problemas, permitindo que as lideranças tomem decisões informadas e ajustem estratégias conforme necessário.

Além disso, o monitoramento eficaz assegura a transparência nas ações de TI, aumentando a confiança dos interessados e facilitando a prestação de contas. Ao estabelecer métricas claras e objetivos mensuráveis, as organizações podem alinhar suas atividades às metas estratégicas, garantindo que cada projeto contribua para o panorama geral.

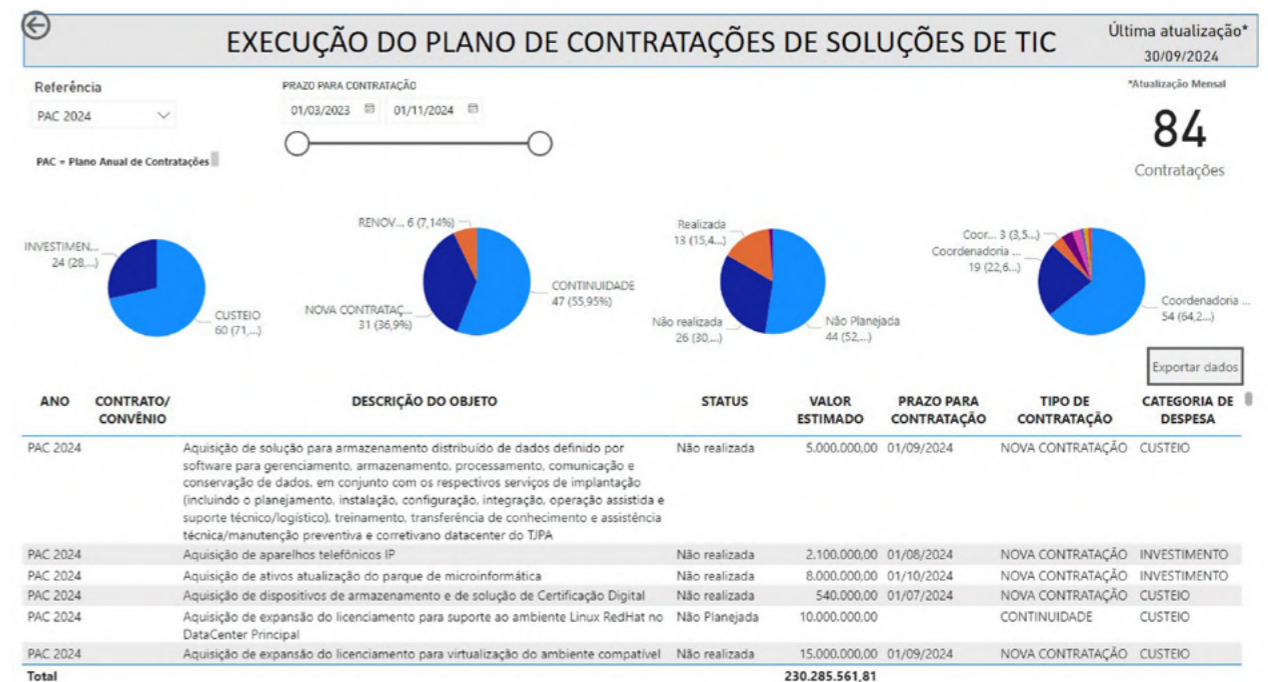
Por fim, a utilização de ferramentas de monitoramento fomenta um ambiente de aprendizado. As análises resultantes podem revelar insights valiosos sobre o que funciona e o que não funciona, permitindo que as organizações ajustem suas abordagens e otimizem seus processos ao longo do tempo.

Instrumentos implantados:

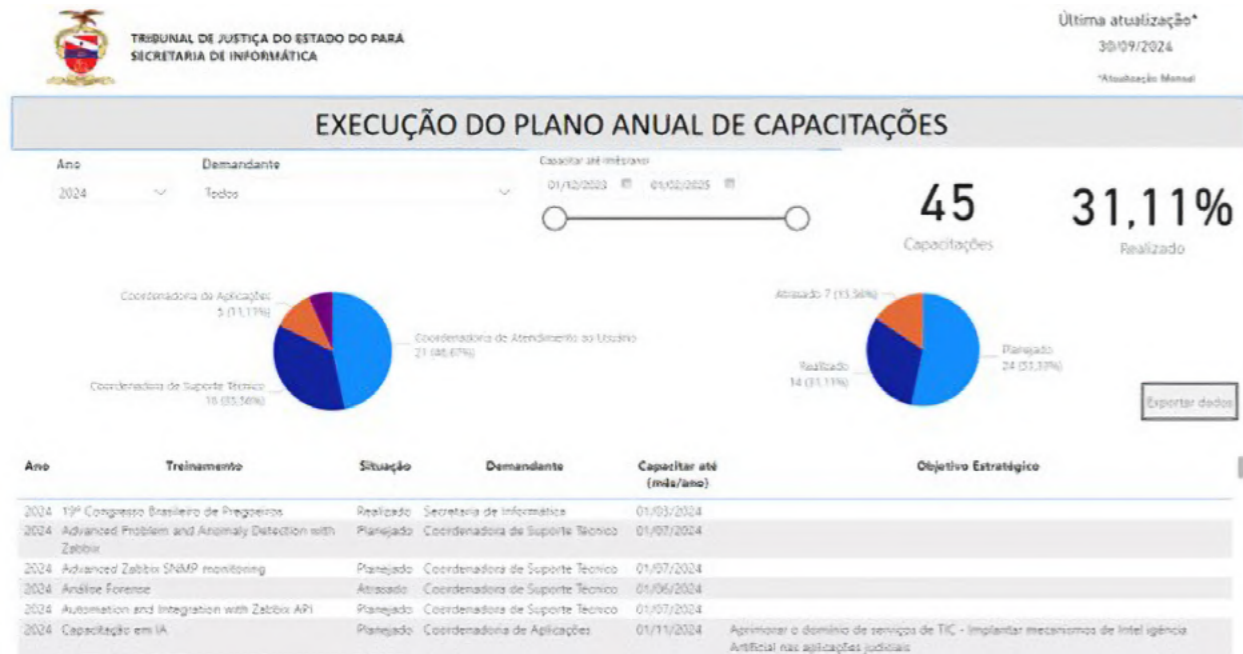
- MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – PDTIC



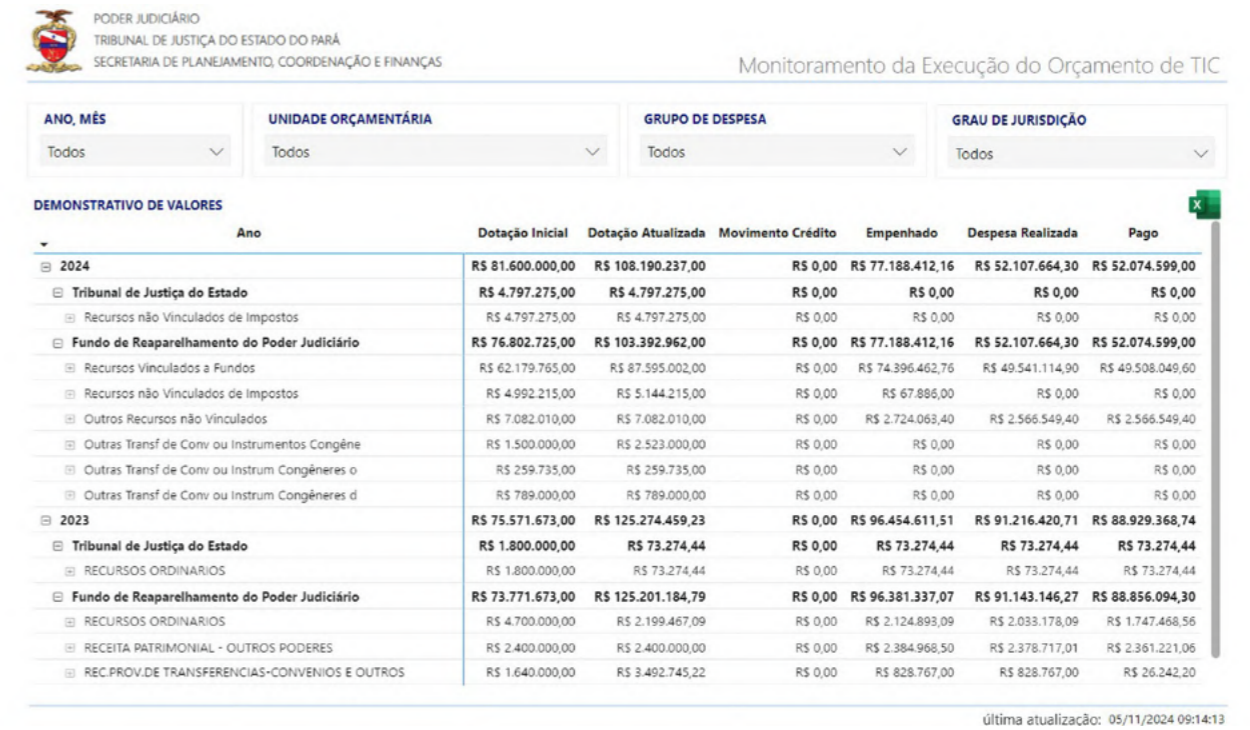
- MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES DE SOLUÇÕES DE TIC



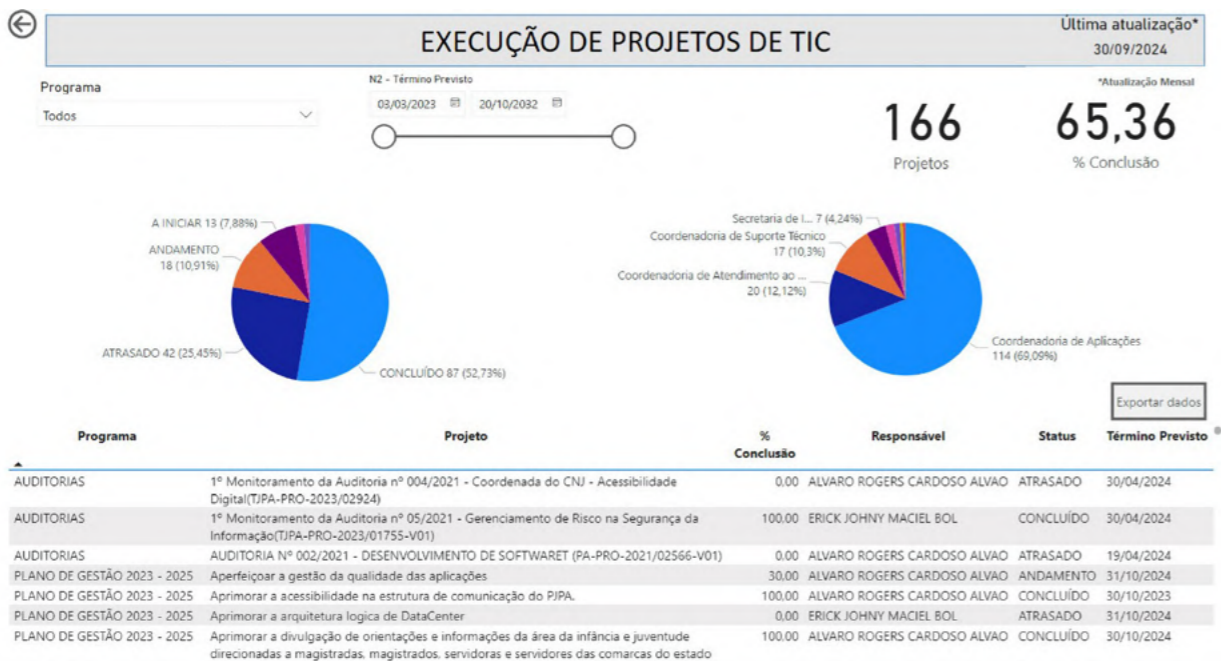
■ MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÕES DE TIC



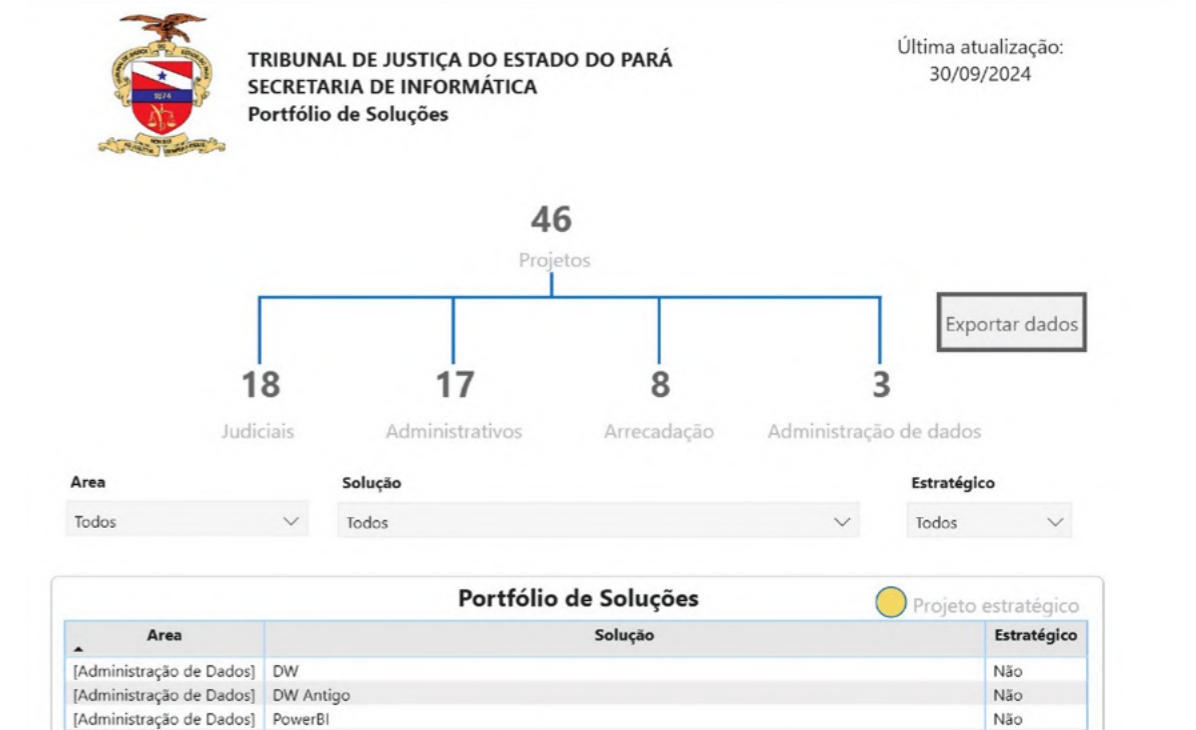
■ MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE TIC



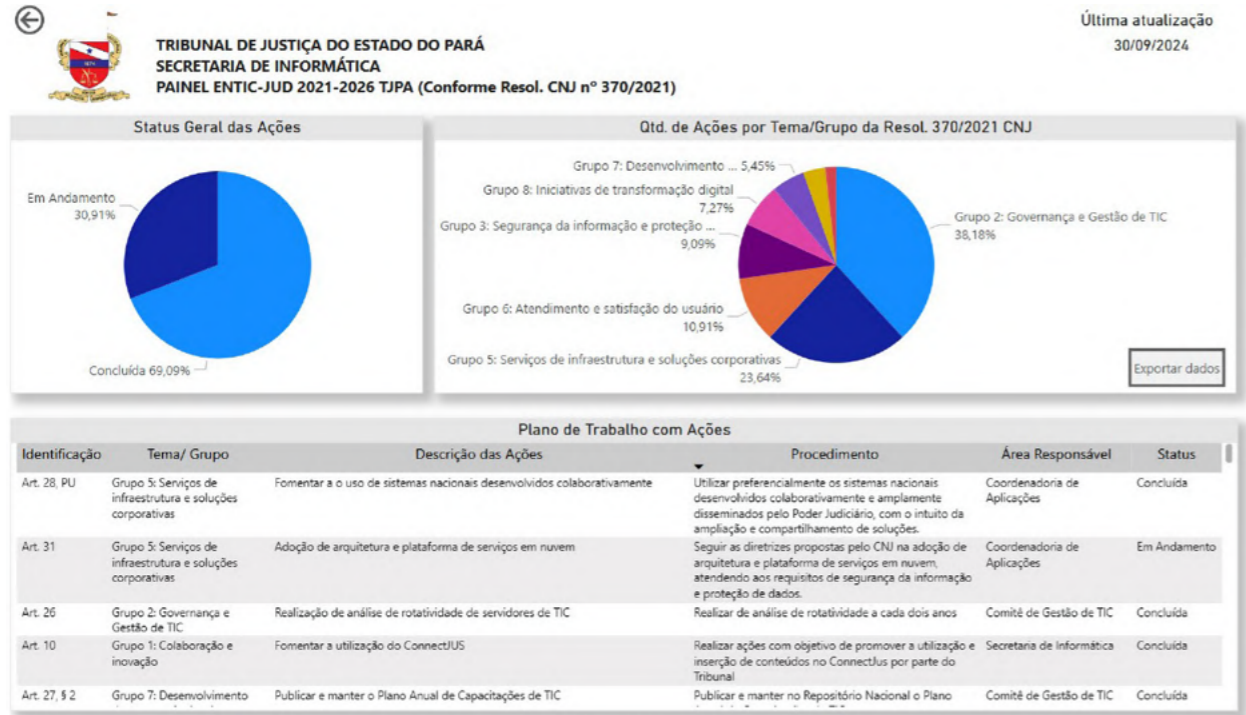
■ MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE TIC



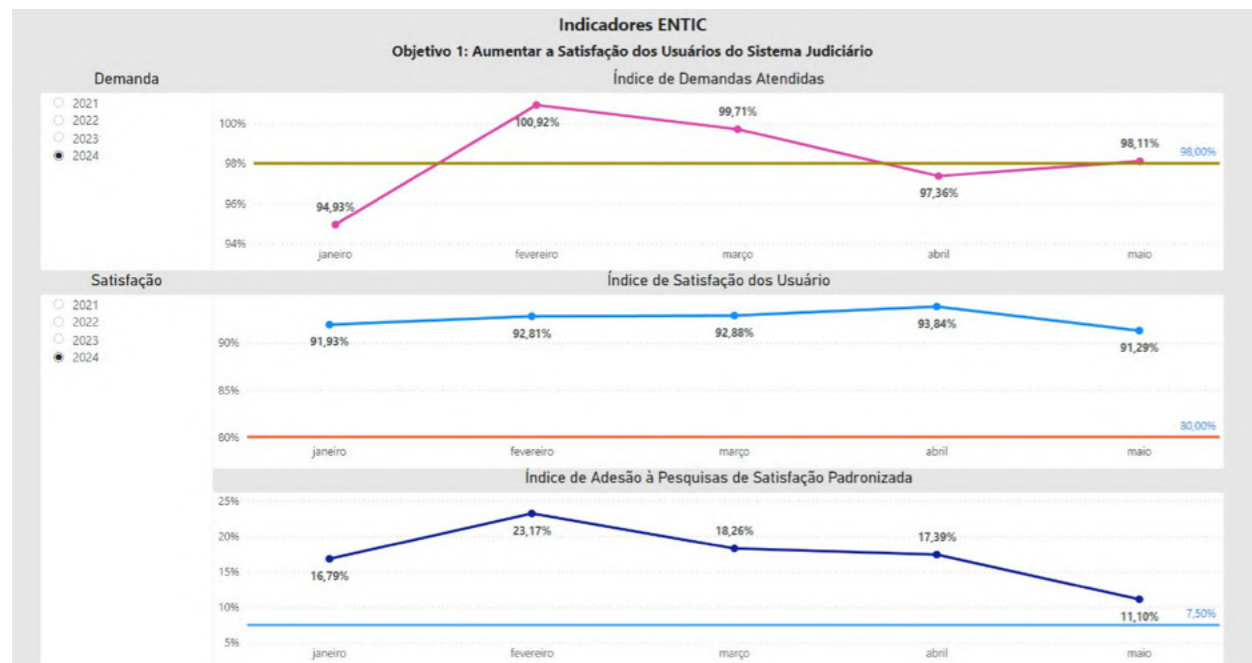
■ PORTFÓLIO DE SOLUÇÕES DE TIC



PLANO DE TRABALHO ENTIC-JUD



MONITORAMENTO DA SATISFAÇÃO DO USUÁRIO



3. Melhor alinhamento com CNJ e outros Tribunais

Desenvolvemos um ótimo alinhamento com as equipes técnicas do CNJ e de outros Tribunais, tanto através de visitas técnicas quanto por meio

de grupos de mensagem, trocando informações e experiências técnicas e administrativas, sempre buscando evitar problemas já enfrentados por outras equipes e implementar soluções que já foram testadas com sucesso em outros locais.

Conquistas

1. Nível de Excelência no iGovTIC



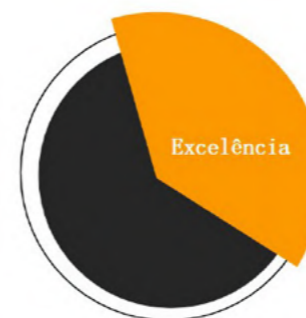
A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), estabelecida pela Resolução CNJ 370/2021, representa uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) destinada a aprimorar a governança, gestão e colaboração tecnológica no âmbito do Poder Judiciário. Seu propósito fundamental é direcionar os órgãos judiciais para alcançar maior eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, otimizando recursos e maximizando resultados.

Anualmente, os órgãos do Poder Judiciário são submetidos a uma avaliação de maturidade e aderência às diretrizes da ENTIC-JUD por meio do índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD), uma metodologia desenvolvida pelo Conselho Nacional de

Justiça.

A avaliação do iGovTIC-JUD é realizada mediante um questionário aplicado aos tribunais, abrangendo dimensões estratégicas como:

- Governança de TIC
- Gestão de TIC
- Segurança da Informação
- Proteção de Dados
- Desenvolvimento de Soluções
- Infraestrutura e Serviços
- O índice classifica cada órgão em categorias de maturidade: baixa, satisfatória, aprimorada e excelência. Seu objetivo central é aperfeiçoar a supervisão do progresso tecnológico nos órgãos judiciais, promovendo maior transparência e eficiência administrativa.

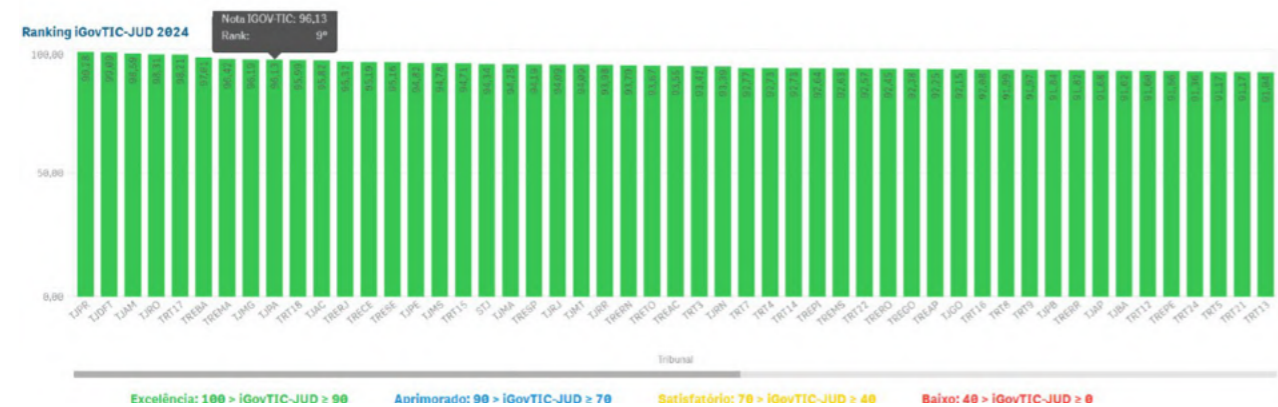
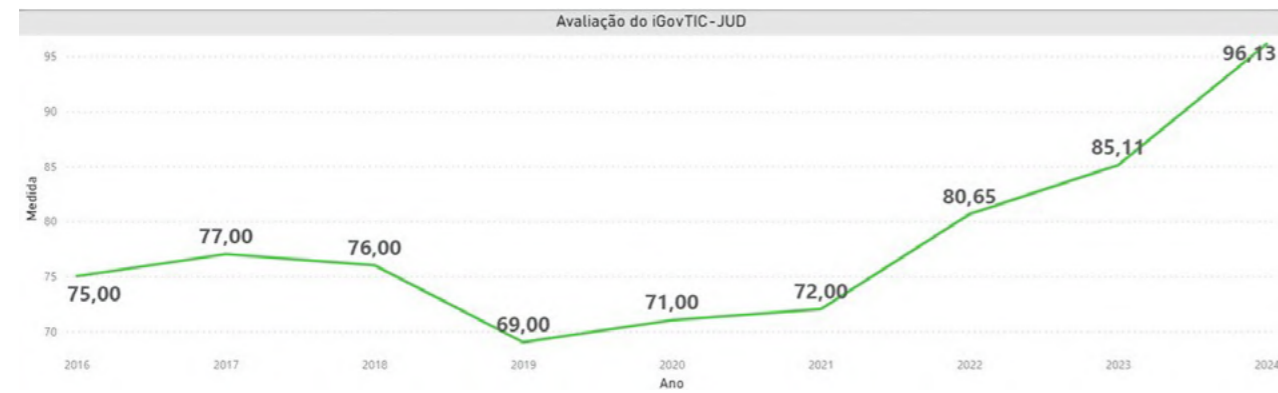


Nível de Maturidade	Faixas do período de transição 2021	Faixas do período de transição 2022	Faixas 2023 e 2026
Baixo	0 ≤ iGovTIC-JUD < 30	0 ≤ iGovTIC-JUD < 35	00 ≤ iGovTIC-JUD < 40
Satisfatório	30 ≤ iGovTIC-JUD < 60	35 ≤ iGovTIC-JUD < 65	40 ≤ iGovTIC-JUD < 70
Aprimorado	60 ≤ iGovTIC-JUD < 80	65 ≤ iGovTIC-JUD < 85	70 ≤ iGovTIC-JUD < 90
Excelência	80 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100	85 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100	90 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100

A ENTIC-JUD estabeleceu uma meta ambiciosa: até dezembro de 2026, no mínimo 75% dos órgãos do Poder Judiciário devem alcançar um nível de maturidade satisfatório.

No caso específico do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), houve evolução significativa na ava-

liação do iGovTIC-JUD. O desempenho saltou de 72% em 2021 para 96,13 pontos em 2024, o que permitiu ao Tribunal não apenas atingir o nível de excelência, mas também escalar posições, passando da 62ª em 2023 para a 9ª colocação em 2024 entre os 92 órgãos avaliados.



Essa trajetória ascendente, especialmente a partir de 2022, quando a média alcançou 80,65, evidencia o compromisso contínuo do TJPA com a modernização tecnológica e refle-

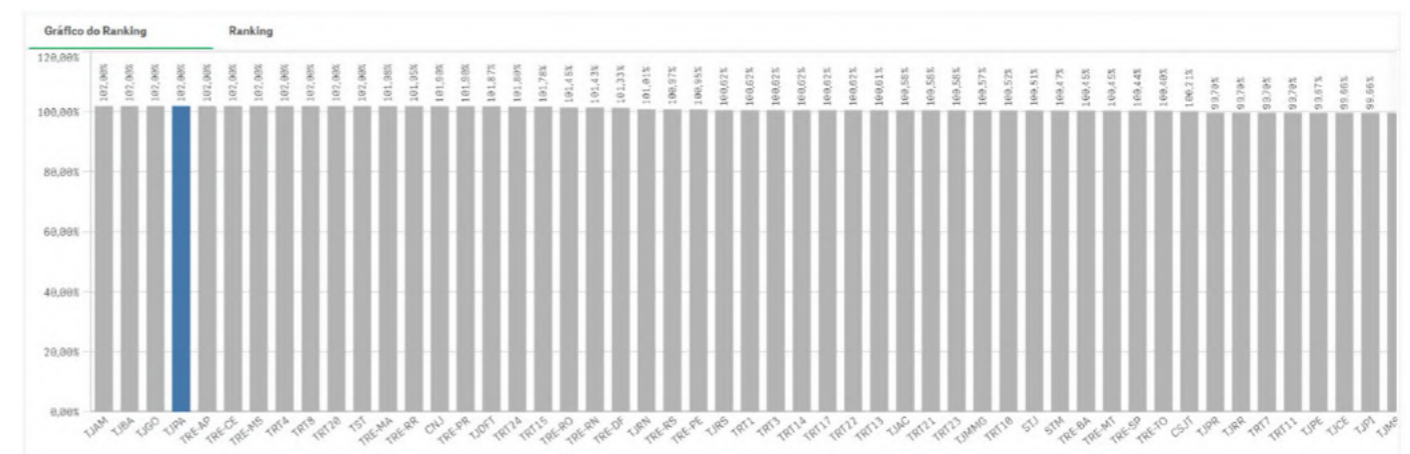
te um esforço consistente para desenvolver práticas de governança de TI mais eficientes e alinhadas aos princípios contemporâneos de gestão pública.

2. Selo Diamante no Ranking da Transparência



A Secretaria de Informática teve participação importante no destaque nacional obtido pelo TJPA na liderança do Ranking da Transparência do Poder Judiciário 2024, com nota máxima (102%) nos 86 itens avaliados pelo CNJ. O Prêmio CNJ de Transparência é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça para reconhecer e incentivar as práticas de transparência e acesso à informação no âmbito do Judiciário e busca valorizar os tribunais que se destacam na promoção de uma gestão pública mais aberta, acessível e responsável.

Nos últimos anos, o Poder Judiciário do Estado do Pará implementou diversas ações e iniciativas para aumentar a transparência, como a criação de portais de dados abertos, a publicação de informações sobre despesas, receitas e serviços prestados, além de melhorar a comunicação com a sociedade. Essas medidas visam não apenas cumprir requisitos legais, mas também promover uma gestão pública mais responsável e acessível e engajar a população, facilitando o acesso à informação e incentivando a participação cidadã nas questões judiciais.



3. 100% prontidão nas ferramentas da justiça 4.0



No recém-lançado Painel de Prontidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) está com 100% de integração no ranking de implantação e do uso das ferramentas desenvolvidas pelo Programa Justiça 4.0. A ferramenta disponibilizada pelo CNJ que permite monitorar a adesão dos 93 tribunais e conselhos de Justiça brasileiros ao Portal Unificado de Serviços do Poder Judiciário. Com previsão de lançamento em dezembro, durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário, o portal oferecerá acesso único, ágil e seguro aos principais serviços e informações relevantes para usuários do sistema.

O TJPA figura como 100% integrado ao lado dos Tribunais de Justiça do Paraná (TJPR), do Maranhão (TJMA) e da Paraíba (TJPB). O ranking aponta que pelo menos 13 tribunais apresentam mais de

98% de prontidão. Em relação ao Codex, que consolida as bases de dados processuais, 22 tribunais alcançaram 100% de processos carregados. A implementação do Domicílio Judicial Eletrônico, por sua vez, tem 100% de integração por 49 tribunais e conselhos do país. O ranking pode ser consultado por tribunal, status geral de indicadores, sistemas ou fonte de dados.

O Painel de Prontidão apresenta dados gerais sobre essa adesão em um panorama detalhado por tribunal e seis outros indicadores, considerados estruturantes ao Portal Unificado, bem como de soluções já disponíveis, como é o caso do Domicílio Judicial Eletrônico e do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN). De acordo com os dados analisados, 55% dos tribunais e conselhos do país já apresentam prontidão acima de 80%.

4. Prêmio do selo de Linguagem Simples



O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) será um dos 48 órgãos do Judiciário brasileiro a receber o Selo Linguagem Simples 2024, uma certificação inédita concedida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esta premiação tem o objetivo de reconhecer o empenho dos Tribunais em adotar uma linguagem mais clara e acessível em suas comunicações social e institucional, especialmente em suas decisões judiciais. O intuito é que essas informações sejam compreensíveis para toda a população, promovendo maior transparência e inclusão no acesso à Justiça.

A Secretaria de Informática do TJPA desempenhou um papel crucial na conquista deste selo, especialmente no Eixo 4, que trata da Tecnologia da Informação. Em parceria com o Departamento de Comunicação, a Secretaria implementou recursos tecnológicos inovadores para facilitar a compreensão das informações disponibilizadas no portal do TJPA. Entre as iniciativas destacam-se:

- **Resumos de Textos em Linguagem Simples:** Implementação de resumos de textos em linguagem simples nas matérias jornalísticas do portal do TJPA, tornando o conteúdo mais acessível e compreensível para todos os cidadãos.
- **Recurso de Texto Sonoro:** Disponibilização de

um recurso de texto sonoro, permitindo que as pessoas ouçam os conteúdos das matérias diretamente no site, facilitando o acesso à informação para aqueles com dificuldades de leitura ou preferências auditivas.

Além disso, o Laboratório de Inovação Pai D'Égua, em colaboração com a Secretaria de Informática, desenvolveu o assistente virtual "Zé Preca", que auxilia nos processos da Coordenadoria de Precatórios, tornando o acesso à informação mais ágil e eficiente.

O Selo Linguagem Simples, instituído pela Portaria nº 351/2023 do CNJ, foi criado para estimular todos os segmentos da Justiça a adotarem uma linguagem compreensível para toda a sociedade. Além de reconhecer os avanços dos tribunais, o selo incentiva a continuidade dessas práticas e sua disseminação em outros órgãos. Concedido anualmente em outubro, o selo celebra o Dia Internacional da Linguagem Simples, comemorado no dia 13 de outubro. Esta primeira edição do selo destaca o grande interesse e o esforço do Poder Judiciário para melhorar a comunicação com os cidadãos e tornar a Justiça mais acessível.

A forte adesão, com 750 iniciativas apresentadas, reflete o compromisso das instituições em

5. TIPA conquista Selo Ouro do CNJ



O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) alcançou um feito extraordinário ao conquistar o Selo Ouro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2024. Este prêmio, símbolo de excelência na gestão e qualidade dos serviços judiciários, coloca o TJPA em destaque no cenário nacional. A Secretaria de Informática do TJPA teve papel crucial nessa conquista, especialmente no que tange ao eixo de dados e tecnologia, utilizando o DataJud como ferramenta central para alcançar esse objetivo.

O DataJud, sistema de coleta de dados do CNJ, permite acompanhar a produtividade e a eficiência dos tribunais brasileiros. O TJPA, por meio da Secretaria de Informática, não apenas enviou os dados completos e precisos ao DataJud, mas também se destacou em diversos itens avaliados pela plataforma, como a taxa de congestionamento, o tempo médio de tramitação dos processos e o índice de atendimento à demanda.

A Secretaria de Informática implementou uma série de medidas que garantiram a qualidade dos dados enviados ao DataJud. Dentre elas, destacam-se:

- **Validação rigorosa dos dados:** Antes do envio ao DataJud, os dados foram cuidadosamente valida-

dos, garantindo a precisão das informações.

- **Monitoramento constante:** A equipe da Secretaria de Informática monitorou continuamente os dados enviados ao DataJud, corrigindo eventuais inconsistências e garantindo a integridade das informações.

- **Otimização dos processos:** Os processos internos foram otimizados para garantir a eficiência na coleta e no envio dos dados.

Além do DataJud, a Secretaria de Informática também atuou em outros aspectos relevantes para a conquista do Selo Ouro. O tribunal implementou medidas para garantir a segurança da informação, a acessibilidade dos sistemas, a transparência na gestão dos dados e a interoperabilidade entre os sistemas.

A premiação do TJPA é o resultado do trabalho árduo e dedicado de magistrados, servidores e colaboradores, que se uniram para aprimorar a gestão e os serviços do tribunal. A Secretaria de Informática, por meio do uso estratégico da tecnologia, da gestão eficiente dos dados e do compromisso com a excelência, foi um dos pilares dessa conquista.

aprimorar o sistema judicial brasileiro, tornando-o mais transparente e eficaz para toda a sociedade.

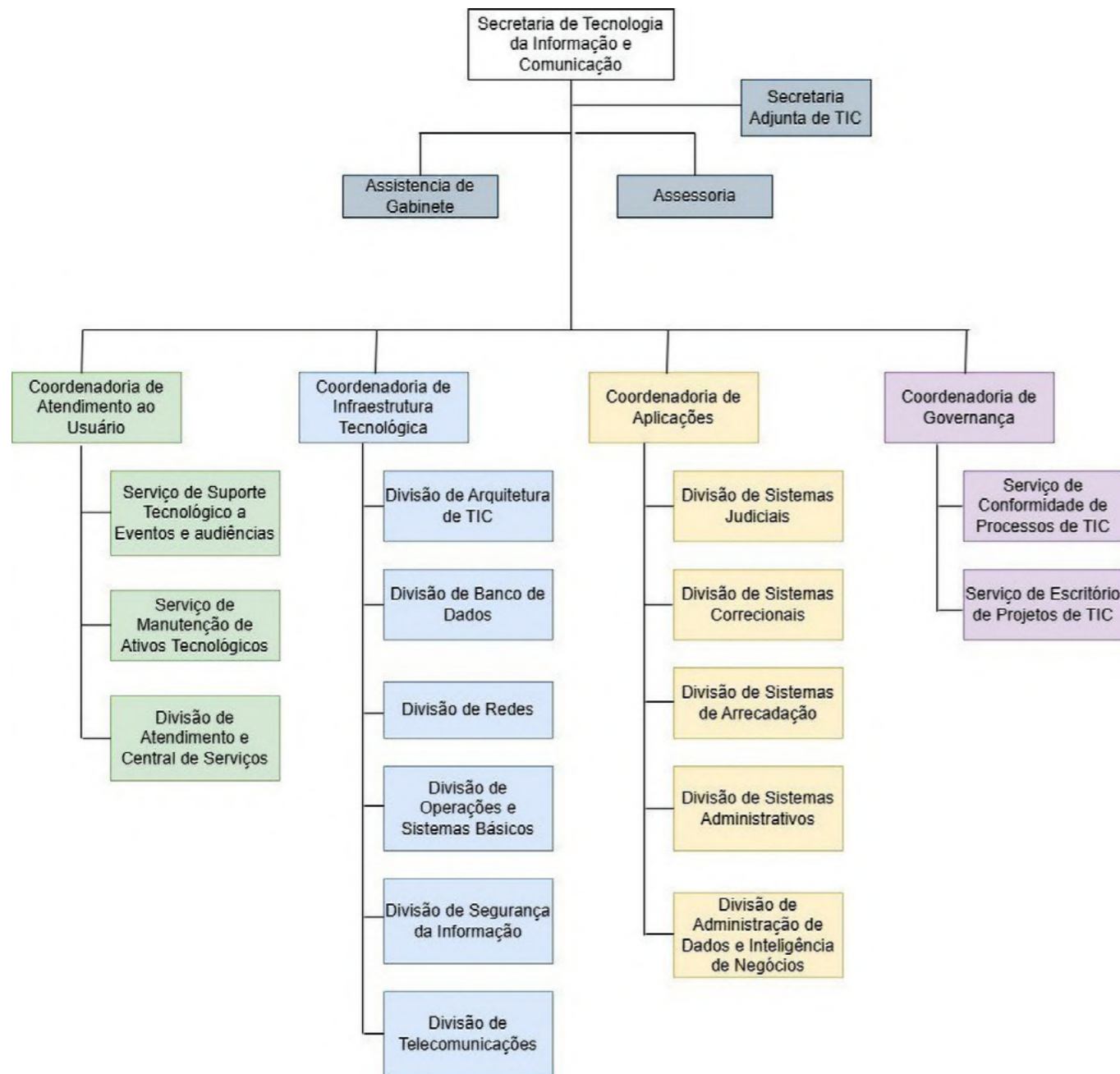
5. Reestruturação da Secretaria de Informática

O Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração, expansão, reorganização funcional e renomeação da Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) foi aprovado na 34ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida em 11 de

Setembro de 2024.

Impulsionado pelo aumento de volume e complexidade das atividades cotidianas e novos desafios que se impõem, fez-se imperativo que a Secretaria de Informática galgasse um novo e melhor patamar organizativo, cultivando a evolução como uma constante e consolidando sua tradição de trabalho e bons resultados nos serviços que presta à instituição.

O organograma da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação foi aprovado conforme abaixo:



A estrutura organizacional permanecia a mesma desde 2006, ano da primeira grande reforma administrativa do TJPA no século XXI, motivada pela mudança da sede para o atual prédio na Av. Almirante Barroso e pela expansão do TJPA no interior do Estado do Pará. Esse fato vinha sendo reportado de forma recorrente por todas as inspeções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizadas desde então.

O Projeto segue recomendação do CNJ, prevista na Resolução nº 370/2021, a qual preconiza o quantitativo de servidores que exercerão ativi-

dades voltadas exclusivamente para a área de TIC com base no número de usuários internos e externos de recursos de TIC, bem como o referencial mínimo estabelecido no Guia da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Além da criação de novas Assessorias Técnicas e Administrativas, a nova estrutura inclui novas Divisões e Serviços, organizando as diversas atividades diárias em equipes especializadas com lideranças próprias, o que melhora a gestão de pessoas e o desenvolvimento do trabalho.

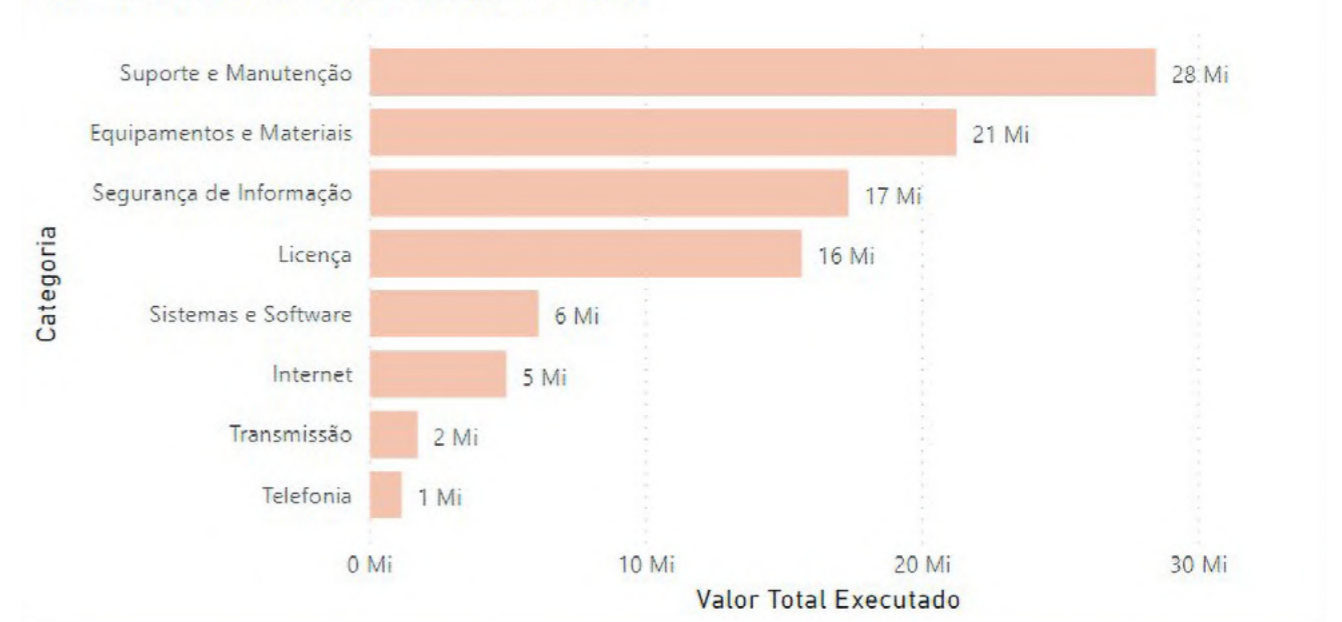
Estrutura Orçamentária – Biênio 2023-2025

O Orçamento inicial previsto para a execução das ações de tecnologia de Informação e comunicação da secretaria de informática no ano de 2023 foi de R\$74.187.073,00 (setenta e quatro milhões, cento e oitenta e sete mil e setenta e três reais), deste orçamento, R\$ 25.676.551,36 (vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta e seis reais e quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos) foi utilizado até o mês de janeiro de 2023 para o pagamento

de investimentos previstos no biênio 2021-2023.

Para que houvesse o cumprimento das ações previstas no plano de gestão do biênio 2023-2025, a Secretaria de planejamento, Orçamento e Finanças, realizou um aporte financeiro de R\$ 51.523.044,70 (cinquenta e um milhões, quinhentos e vinte e três mil, e quarenta e quatro reais, e setenta centavos), investimento este definido nas seguintes categorias:

Valor Total Executado por Categoria - 2023



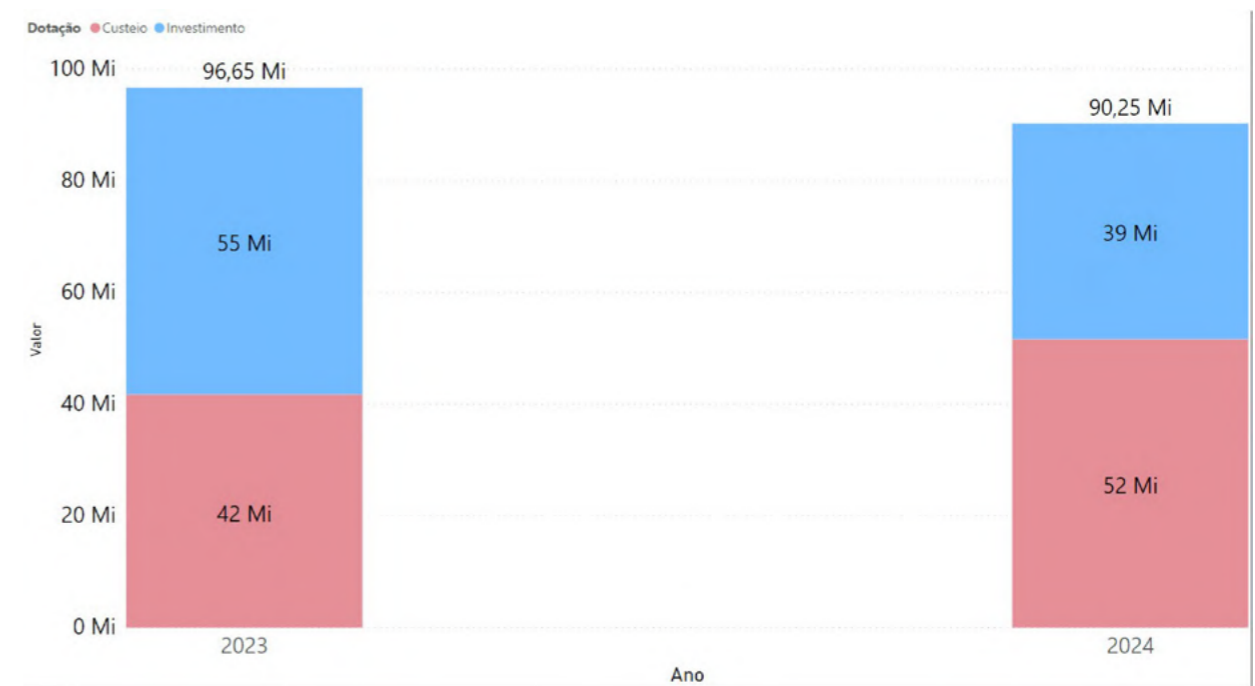
No ano de 2024, o orçamento inicial previsto para a execução das ações de tecnologia de informação e comunicação da secretaria de informática foi de R\$77.158.928,00 (setenta e sete milhões, cento e cinquenta e oito mil e novecentos

e vinte e oito reais), com a implementação orçamentária feita pela Secretaria de planejamento, Orçamento e Finanças de R\$29.537.000,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e trinta e sete mil reais), dividido nas seguintes categorias de contratos:

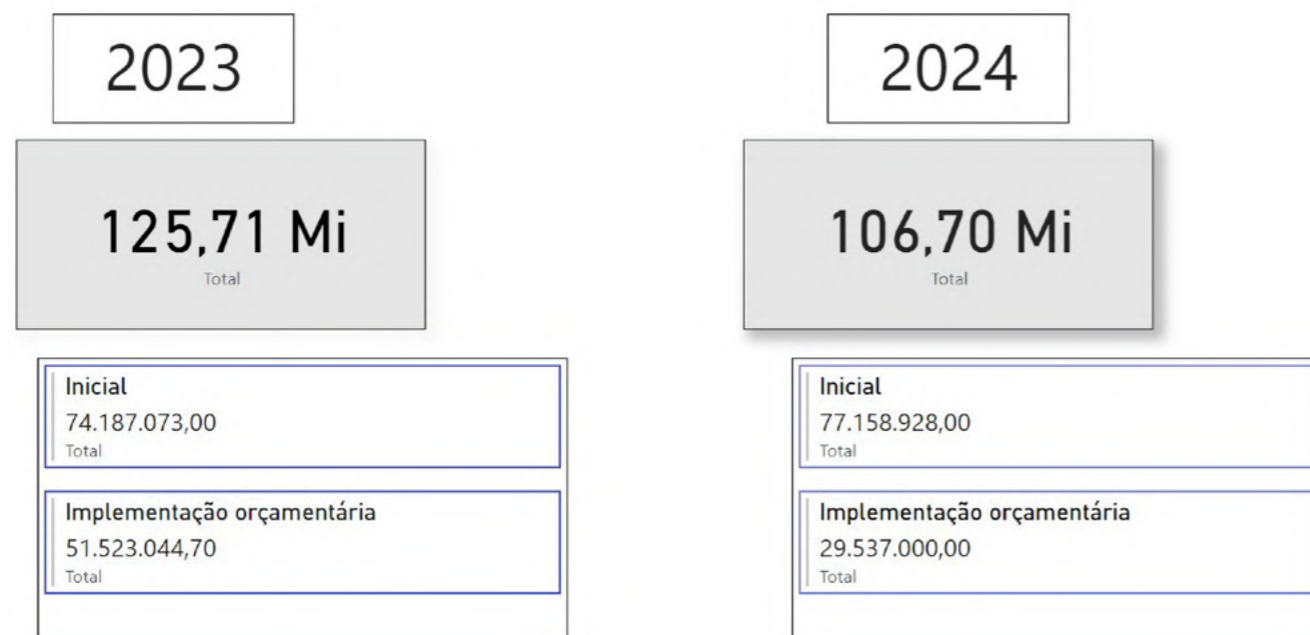


Com relação a comparação de Custeios e Investimentos, no que efetivamente foi pago nos

dois anos, a relação fica de acordo com o quadro abaixo:



Um quadro comparativo entre os dois orçamentos é possível visualizar no quadro abaixo:



Em 2023, os valores pagos por contrato pela Secretaria de Informática foi de:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	VALOR TOTAL EXECUTADO
011/2023	Drive A	Solução de desastre	R\$ 15.012.350,00
029/2023	It Protect	Solução de prevenção de ataque cibernético	R\$ 11.122.391,00
001/2023	LANLINK	Licenças Microsoft	R\$ 10.696.909,35
001/2019	LANLINK	Contratação de Suporte	R\$ 9.628.478,88
071/2023	CLM SOFTWARE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO	Equipamentos	R\$ 8.490.100,00
008/2023	Compwire	Equipamentos	R\$ 7.462.450,00
106/2023	LANLINK	Licença Microsoft	R\$ 3.683.747,52
008/2021	Resource Americana Ltda.	Fábrica de software	R\$ 3.614.980,92
S/N	Drive A	Equipamentos	R\$ 3.372.638,88
036/2021 (2º TA)	ALLTECH SOLUCOES EM TECNOLOGIA	Software de segurança	R\$ 3.152.713,50
040/2020	PRODEPA	Internet interior	R\$ 2.557.246,67
020/2023	ALLTECH SOLUCOES EM TECNOLOGIA	Solução de análise e detecção e resposta a ameaças e incidentes de segurança cibernética	R\$ 2.330.033,00
090/2021	Oversee Tecnologia	Transmissão	R\$ 1.740.298,36
010/2023	VS DATA	Solução de desastre	R\$ 1.528.592,96
043/2022	C2A	Outsourcing	R\$ 1.506.056,98

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	VALOR TOTAL EXECUTADO
002/2023	Drive A	Equipamentos	R\$ 992.500,00
076/2018	OSM (MentoRH)	Sistema Mentorh	R\$ 822.260,84
072/2018	Claro S.A.	Internet	R\$ 775.393,92
061/2018	ORACLE	Licença	R\$ 745.634,08
088/2021	Very Tecnologia	Solução de avaliação de performance	R\$ 712.363,58
048/2023	XP ON	Equipamentos	R\$ 663.000,00
036/2022	Green4t Soluções	Manutenção Datacenter	R\$ 616.687,12
073/2018	Oi S/A	Internet	R\$ 589.812,75
075/2021	It Protect	Solução de gerenciamento de acesso	R\$ 569.710,17
007/2023	Polis - GRP	Sistema GRP Thema	R\$ 518.325,93
074/2023	ORACLE	Licença	R\$ 518.046,36
028/2021	Tim S.A.	Telefonia móvel	R\$ 463.392,73
005/2018	Oi S/A	Telefonia fixa	R\$ 329.833,73
039/2022	Kenta Informática	Sistema de audiências	R\$ 304.250,00
065/2018	Oi S/A	Telefonia fixa	R\$ 303.527,05
025/2023	3CORP	Serviço de telefonia IP	R\$ 283.290,06
002/2019	Oi S/A	Internet dedicada	R\$ 197.970,36
075/2022	Green4t Soluções	Manutenção Datacenter	R\$ 166.870,70
082/2022	It Protect	Solução de prevenção de ataque cibernético	R\$ 163.000,00
050/2021	FACHINELI	Internet provedores locais	R\$ 158.636,16
003/2019	Claro S.A.	Internet dedicada	R\$ 146.901,79
049/2023	MICROSENS S/A	Equipamentos	R\$ 132.300,00
002/2022	Claro S.A.	Telefonia móvel	R\$ 108.774,99
092/2022	FACILIT	Plataforma Target	R\$ 106.850,00
031/2021	MAV	Internet provedores locais	R\$ 64.536,11
S/N		Equipamentos	R\$ 49.000,00
069/2021	AGFERRONATO INFORMÁTICA	Sistema GLPI	R\$ 39.776,20
030/2021	SEA Telecom	Internet provedores locais	R\$ 38.129,27
033/2021	FACHINELI	Internet provedores locais	R\$ 36.318,00
032/2021	Coelho Tecnologia	Internet provedores locais	R\$ 33.921,00
S/N		Materiais	R\$ 33.878,00
050/2023	MILLENIUM IND. E COM.	Equipamentos	R\$ 33.467,00
S/N		Mateiais	R\$ 16.700,00
038/2022	FACHINELI	Internet provedores locais	R\$ 12.345,68
034/2021	R&B Telecomunicações	Internet provedores locais	R\$ 8.387,60
		Total	R\$ 96.654.779,20

Em relação ao ano de 2024, o valor executado por contrato até o dia 31/10/2024 foi de:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	VALOR TOTAL EXECUTADO
001/2023	LANLINK	Licenças Microsoft	R\$ 10.696.909,35
083/2024	TECHLEAD	Licença	R\$ 8.084.656,00
033/2024	SEAL	Videowall	R\$ 7.743.068,63
011/2024	LANLINK	Contratação de Suporte	R\$ 5.672.335,70
008/2021	Resource Americana Ltda.	Fábrica de software	R\$ 4.417.649,88
010/2024	AMAZON INFORMÁTICA	Contratação de Suporte	R\$ 3.557.691,44
103/2024	CLEAR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Backup	R\$ 3.065.963,00
001/2019	LANLINK	Contratação de Suporte	R\$ 2.863.464,19
090/2021	Oversee Tecnologia	Transmissão	R\$ 2.265.351,79
040/2020	PRODEPA	Internet interior	R\$ 1.973.513,12
007/2023	Polis - GRP	Sistema GRP Thema	R\$ 1.726.724,50
043/2022	C2A	Outsourcing	R\$ 1.671.836,88
074/2023	ORACLE	Licença	R\$ 1.571.738,83
060/2024	OSM (MentoRH)	Sistema Mentorh	R\$ 1.310.183,28
025/2024	VOXDATA TELECOM	Chatbot	R\$ 1.150.114,23
106/2023	LANLINK	Licença Microsoft	R\$ 1.045.109,17
035/2024	R JUAREZ ALMEIDA	Equipamentos	R\$ 994.500,00
034/2024	TORINO	Equipamentos	R\$ 994.500,00
095/2024	GLOBAL EAGLE	Internet baixa órbita	R\$ 987.600,00
036/2024	XP ON	Equipamentos	R\$ 884.287,20
025/2023	3CORP	Serviço de telefonia IP	R\$ 880.507,41
039/2022	Kenta Informática	Sistema de audiências	R\$ 730.200,00
036/2022	Green4t Soluções	Manutenção Datacenter	R\$ 632.499,60
090/2024	TECHLEAD	Licença	R\$ 601.398,00
020/2024	PRINT SOLUTION	Outsourcing - 2	R\$ 569.535,00
076/2018	OSM (MentoRH)	Sistema Mentorh	R\$ 491.514,69
028/2021	Tim S.A.	Telefonia móvel	R\$ 462.131,40
037/2024	PROMONT	Equipamentos	R\$ 374.060,00
070/2022	XP ON	Equipamentos	R\$ 374.000,00
065/2018	Oi S/A	Telefonia fixa	R\$ 274.224,69
075/2022	Green4t Soluções	Manutenção Datacenter	R\$ 200.444,33
003/2019	Claro S.A.	Internet dedicada	R\$ 163.870,42
002/2019	Oi S/A	Internet dedicada	R\$ 148.552,36
050/2021	FACHINELI	Internet provedor local	R\$ 121.672,63
082/2022	It Protect	Solução de prevenção de ataque cibernético	R\$ 120.000,00
002/2022	Claro S.A.	Telefonia móvel	R\$ 118.671,84
061/2024	ALURA	Plataforma Alura	R\$ 106.125,00
ARP 062.2024	CERTIMINAS	Certificados digitais	R\$ 99.895,00
039/2021	Brasoftware	Adobe	R\$ 93.524,00
S/N			
033/2021	FACHINELI	Internet provedores locais	R\$ 72.531,50
092/2022	FACILIT	Plataforma Target	R\$ 70.200,00

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	VALOR TOTAL EXECUTADO
097/2024	FACHINELI	Internet provedores locais	R\$ 59.288,46
032/2024	SOS CÁLCULOS	Sistema contadoria	R\$ 58.000,00
031/2021	MAV	Internet provedores locais	R\$ 54.000,00
S/N	JBMH	Materiais	R\$ 31.500,00
030/2021	SEA Telecom	Internet provedores locais	R\$ 29.197,64
069/2021	AGFERRONATO INFORMÁTICA	Sistema GLPI	R\$ 29.159,14
005/2018			
032/2021	Coelho Tecnologia	Internet provedores locais	R\$ 25.440,75
S/N	MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA	Materiais	R\$ 19.260,00
038/2022	FACHINELI	Internet provedores locais	R\$ 12.609,84
034/2021	R&B Telecomunicações	Internet provedores locais	R\$ 10.800,00
098/2024	ONLINE TELECOMUNICAÇÕES	Internet provedores locais	R\$ 7.584,30
038/2024	C DO VALE LOPES	Materiais	R\$ 4.000,00
100/2024	BSB TIC	Internet provedores locais	R\$ 3.912,07
S/N	ALZOTEC	Materiais	R\$ 1.400,00
ARP 063.2024	X CERTIFICADO	Certificados digitais	R\$ 1.346,62
		Total	R\$ 69.730.253,88

CURSO	CONTAGEM DE SERVIDOR(A)
TREINAMENTO DASHBORDS POWER BI ESSENTIALS	8
OFICINA DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÕES "PAI D'ÉGUA"	7
PALESTRA "OS 5 PASSOS PARA UM RESULTADO EXTRAORDINÁRIO"	7
BATE PAPO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÃO	6
CURSO PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS	6
TREINAMENTO - PL-300: POWER BI DATA ANALYST (ANTIGO DA- 100)	6
WEBINÁRIO PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO PARÁ	6
WORKSHOP INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E GOVERNANÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO - 2023-2025 (TARDE)	6
OFICINA INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS PARA OTIMIZAÇÃO DE DECISÕES E ROTINAS DE GABINETES CRIMINAIS DE 2º GRAU	5
WEBINÁRIO DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS: INTERLOCUÇÕES CONTEMPORÂNEAS	5
WEBINÁRIO DIVERSIDADE	5
WORKSHOP DE HUMANIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	5
(EVENTO EXTERNO) TREINAMENTO MICROSOFT PL-900: FUNDAMENTOS POWER PLATFORM - INTEGRAL	4
CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	4
CURSO LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO DE RESULTADOS	4
OFICINA DE INOVAÇÃO: ACELERA PRECATÓRIOS	4
TREINAMENTO - MS-900: MICROSOFT 365 FUNDAMENTALS	4
TREINAMENTO MS-700 MANAGING MICROSOFT TEAMS	4
TREINAMENTO PL-100 POWER PLATFORM APP MAKER	4
WEBINÁRIO SAÚDE MENTAL NO TRABALHO: VAMOS FALAR SOBRE A CULTURA DO CUIDADO?	4
WORKSHOP - 1º ENCONTRO DE PREVENÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA VOLTADO AO ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	4
(CURSO EXTERNO) - CURSO CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3
(EVENTO EXTERNO) TREINAMENTO MICROSOFT PL-900: FUNDAMENTOS POWER PLATFORM - INTEGRAL	3
CURSO "TELETRABALHO"	3
CURSO AUTOINSTRUCIONAL TÓPICOS RELEVANTES DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO	3
CURSO PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	3
CURSO POWER BI AVANÇADO	3
OFICINA DE INOVAÇÃO TORÓ DE PROMPTS	3
TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 25: ETIQUETAS/AGRUPADORES/EXPEDIENTES	3
TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 32: SERVIDOR MULTIDISCIPLINAR	3
TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 34: PLANTÃO	3
WEBINÁRIO A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL DA MULHER	3
WEBINÁRIO PERÍCIA DIGITAL FORENSE	3
WEBINÁRIO TRANSFORMANDO CULTURAS: SENSIBILIZAÇÃO CONTRA O ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO	3
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO"	2
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA" (ENAP)	2

Capacitações dos Servidores de TIC

Durante o biênio 2023 – 2025 foram realizadas diversas capacitações internas, em duas frentes: cursos realizados em parceria com a Escola Judiciária e cursos realizados através da plataforma

corporativa de capacitações em TI denominada ALURA.

Pela Escola Judicial, a quantidade de servidores capacitados por curso são:

CURSO	CONTAGEM DE SERVIDOR(A)
CURSO GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	17
WORKSHOP INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E GOVERNANÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO - 2023-2025	16
TREINAMENTO ITIL® 4 FUNDAMENTOS + EXAME DE CERTIFICAÇÃO	15
CURSO DE ORATORIA	14
RODA DE CONVERSA: "ASPECTOS LEGAIS E PREVIDENCIÁRIOS DA APOSENTADORIA"	14
OFICINA GESTÃO DE RISCOS: COM FOCO NA GOVERNANÇA PÚBLICA E CONTROLES INTERNOS	12
PALESTRA PAPO DE PREVIDÊNCIA: O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE SEU FUTURO	9
CURSO AUTOINSTRUCIONAL FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES - TURMA 6	8
PALESTRA "PAPO PREVIDENCIÁRIO" - (MODALIDADE ONLINE)	8
PALESTRA NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PODER JUDICIÁRIO - MODALIDADE ONLINE	8

CURSO	CONTAGEM DE SERVIDOR(A)	CURSO	CONTAGEM DE SERVIDOR(A)
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO" (ENAP)	2	CURSO AUTOINSTRUCIONAL GERENCIAMENTO DE PROCESSO COM ÊNFASE À NOTAÇÃO BPMN - TURMA 2	1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL: COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	2	CURSO AUTOINSTRUCIONAL JAVA BÁSICO - 2024/1	1
CURSO CEREBRO DIGITAL	2	CURSO AUTOINSTRUCIONAL TÓPICOS RELEVANTES DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO	1
CURSO FORMAÇÃO DE TUTORES NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA	2	CURSO CUSTOS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO	1
CURSO INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	2	CURSO DE ORATORIA	1
I ENCONTRO DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DO TJE/PA (MODALIDADE ONLINE)	2	CURSO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	1
OFICINA SEAD-FOCO NA CONTRATAÇÃO	2	CURSO FORMAÇÃO DE FORMADORES - ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA O ENSINO A DISTÂNCIA: NÍVEL 1 - MÓDULO 3	1
OFICINA: ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PRÉDIO SEDE E JUIZADO)	2	CURSO FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES - TURMA 4	1
TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 1: AUTOS DIGITAIS	2	CURSO GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	1
TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 27: OFÍCIO PRECATÓRIO	2	CURSO TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO - TPU/CNJ E PARAMETRIZAÇÃO DOS PAINÉIS DE INFORMAÇÃO DO DATAJUD	1
TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 28: ARQUIVAR/DESARQUIVAR - SUSPENSÃO/SOBRESTAMENTO - APENSAR/DESAPENSAR	2	CURSO TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS E SUAS APLICAÇÕES - TURMA 2	1
TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 19: REMESSAS	2	CURSO: PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - EAD	1
TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 31: SERVIDOR UNAJ/COBRANÇA	2	OFICINA - I SEMANA DA INOVAÇÃO DO PIPA - PRESENCIAL	1
TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 33: CONTADOR	2	OFICINA "INOVAÇÃO NO CONTROLE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE - PROJETO ORÁCULO TJPA"	1
TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 35: PLANTÃO	2	OFICINA "CUMPRIMENTO EFICIENTE: OFICIAIS DE JUSTIÇA EM FOCO"	1
TREINAMENTO PL-100 POWER PLATFORM APP MAKER	2	OFICINA DE INOVAÇÃO LOTAÇÃO PARADIGMA	1
TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO I	2	OFICINA GESTÃO DE RISCOS: COM FOCO NA GOVERNANÇA PÚBLICA E CONTROLES INTERNOS	1
TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO II	2	OFICINA INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS PARA OTIMIZAÇÃO DE DECISÕES E ROTINAS DE GABINETES CRIMINAIS DE 2º GRAU	1
WEBINÁRIO ESTRATÉGIAS DE AUTOCUIDADO FEMININO NO COTIDIANO	2	OFICINA LINGUAGEM SIMPLES NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - FORMAÇÃO INICIAL	1
CURSO "TELETRABALHO"	1	OFICINA PARA INTIMIDAÇÃO ÁGIL	1
(CURSO EXTERNO) CURSO 801 - ADMINISTRAÇÃO POSTGRESQL COM ALTA DISPONIBILIDADE - AC	1	PALESTRA NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PODER JUDICIÁRIO - MODALIDADE ONLINE	1
(CURSO EXTERNO) CURSO ANÁLISE FORENSE EAD	1	PALESTRA NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PODER JUDICIÁRIO - MODALIDADE PRESENCIAL	1
(EVENTO EXTERNO) TREINAMENTO FUNDAMENTOS DO ISO 20000 - INTEGRAL - TJPA	1	PALESTRA ONLINE "IMUNIDADE E SUPLEMENTAÇÃO: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA PREVENIR O ADOECIMENTO INFANTIL"	1
(EVENTO EXTERNO) TREINAMENTO FUNDAMENTOS DO ISO 20000 - INTEGRAL - TJPA	1	SEMINÁRIO SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS NO ESTADO DO PARÁ: ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO A PARTIR DA ADPF 828	1
ABERTURA OFICIAL DA 26ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA (TURNO MANHÃ - MODALIDADE ONLINE)	1	TALK SHOW AUTISMO: DIÁLOGOS SOBRE A NEURODIVERGÊNCIA	1
CURSO "COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA" (ENAP)	1	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 2: REMESSAS	1
CURSO "TELETRABALHO"	1	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 5: AUTOS DIGITAIS	1
CURSO "TELETRABALHO";CURSO PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS	1	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 6: REMESSAS	1
CURSO "BOAS PRÁTICAS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO"	1	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 7: REDISTRIBUIÇÃO	1
CURSO "ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO DO PARÁ"	1	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 8: OFÍCIO PRECATÓRIO	1
CURSO "ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO DO PARÁ"/CURSO FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES - TURMA 4	1	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 14: ARQUIVAR	1
CURSO "SIGA-DOC"	1	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 16: OFÍCIO PRECATÓRIO	1
CURSO A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES DE DESEMPENHO PARA A GOVERNANÇA E GESTÃO POR RESULTADOS	1	TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 15: PAINEL DO USUÁRIO/MENU VERTICAL	1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "BOAS PRÁTICAS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO"	1	TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 16: AUTOS DIGITAIS	1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA" (ENAP);	1	TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 18: MODELOS	1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "TELETRABALHO"	1	TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 20: MINUTAS E REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS	1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "BOAS PRÁTICAS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO"	1		
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "SIGA-DOC"	1		
CURSO AUTOINSTRUCIONAL "TELETRABALHO"	1		
CURSO AUTOINSTRUCIONAL BÁSICO DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA	1		

CURSO	CONTAGEM DE SERVIDOR(A)
TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 21: CADASTRO	1
TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 22: ARQUIVAR	1
TREINAMENTO - PL-300: POWER BI DATA ANALYST (ANTIGO DA- 100); WEBINÁRIO SAÚDE MENTAL NO TRABALHO: VAMOS FALAR SOBRE A CULTURA DO CUIDADO?;WEBINÁRIO DIVERSIDADE	1
TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA - TURMA 39: MODELOS	1
TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA - TURMA 39: MODELOS	1
TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO III	1
TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO V	1
TREINAMENTO SIGA-DOC	1
TREINAMENTO: EXTENSÃO PJE+R- MAIS RÁPIDO E MAIS RELEVANTE	1
USO TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS E SUAS APLICAÇÕES - TURMA 2	1
VIII SEMANA ESTADUAL DE CONCILIAÇÃO E I SEMANA NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - (DIA 24/05/2024)	1
WEBINÁRIO - TALK SHOW AUTISMO: VALORIZE AS CAPACIDADES E RESPEITE OS LIMITES - ABRIL AZUL	1
WEBINÁRIO "RACISMO E DISCRIMINAÇÃO: IDENTIFICAR PARA PREVENIR E ENFRENTAR"	1
WEBINÁRIO DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS: INTERLOCUÇÕES CONTEMPORÂNEAS - (2ª Edição)	1
WEBINÁRIO DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS: INTERLOCUÇÕES CONTEMPORÂNEAS	1
WEBINÁRIO DIVERSIDADE E CRENÇA: SUPERANDO BARREIRAS NO TRABALHO	1
WEBINÁRIO INOVAÇÕES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES PARA AS CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	1
WEBINÁRIO TRANSFORMANDO CULTURAS: SENSIBILIZAÇÃO CONTRA O ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO	1
WEBINÁRIO: "ACIDENTES DE TRABALHO	1
WEBINÁRIO: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CARACTERÍSTICAS E ALTERNATIVAS PARA SEU ENFRENTAMENTO	1
WORKSHOP DE HUMANIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	1
WORKSHOP INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E GOVERNANÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO - 2023-2025	1
WORKSHOP: A NOMINAÇÃO PADRÃO DE ETIQUETAS NO PJE	1

Na Plataforma Alura, foram realizadas a capacitação nas grandes categorias

CATEGORIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) CAPACITADOS(AS)
Data Science	7
DevOps	5
Front-end	2
Inovação & Gestão	17
Inteligência Artificial	6
Programação	25
UX & Design	2

Desafios Futuros

A Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) reconhece a importância de continuar evoluindo após um período de avanços significativos em tecnologia da informação e comunicação. Para o futuro, a Secretaria traça planos ambiciosos, com foco em desafios e tendências do Poder Judiciário.

Desafios Futuros:

- **Ampliação do Quadro de Servidores:** A Secretaria buscará aumentar o número de servidores permanentes na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O objetivo é fortalecer a equipe interna e garantir a continuidade dos projetos estratégicos a longo prazo, incluindo o aprimoramento contínuo do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

- **Estratégia de Nuvem:** Diante da crescente importância da computação em nuvem, a Secretaria planeja aprofundar as discussões com as partes interessadas para definir a melhor estratégia de adoção de serviços em nuvem. A migração para a nuvem trará maior flexibilidade, escalabilidade e segurança para os sistemas do TJPA, incluindo o PJe.

- **Proteção de Infraestruturas Críticas:** A segurança da informação é uma prioridade. A Secretaria se dedicará à implementação de medidas de proteção das infraestruturas críticas de TIC, incluindo a prevenção e mitigação de ameaças cibernéticas e a gestão de identidades, garantindo a segurança e a integridade do PJe.

- **Educação em Segurança Cibernética:** A conscientização sobre segurança cibernética é fundamental. A Secretaria promoverá ações de educação em segurança cibernética para servidores e usuários, com o objetivo de prevenir incidentes e garantir a proteção dos dados institucionais, especialmente no uso do PJe.

Desafios para o Aprimoramento do Processo Judicial Eletrônico (PJe):

- **Usabilidade e Acessibilidade:** A Secretaria buscará aprimorar a interface do PJe para torná-lo mais intuitivo e fácil de usar, tanto para os servidores quanto para os cidadãos, com atenção especial à acessibilidade para pessoas com deficiência.

- **Integração com Outros Sistemas:** A Secretaria trabalhará na integração do PJe com outros sistemas do TJPA e de órgãos externos, promovendo a interoperabilidade e a eficiência na troca de informações.

- **Inteligência Artificial e Automação:** A Secretaria explorará o uso de inteligência artificial e automação para otimizar as funcionalidades do PJe, como a classificação automática de documentos, a análise de dados processuais e a identificação de precedentes.

- **Melhoria da Performance:** A Secretaria buscará constantemente otimizar a performance do PJe, garantindo agilidade e eficiência na tramitação dos processos eletrônicos.

- **Disponibilidade e Estabilidade:** A Secretaria trabalhará para garantir a alta disponibilidade e estabilidade do PJe, minimizando as interrupções e falhas no sistema.

Tendências do Poder Judiciário:

- **Justiça 4.0:** O TJPA continuará investindo em iniciativas alinhadas à Justiça 4.0, como a inteligência artificial, a análise de dados e a automação de processos. O objetivo é tornar a justiça mais eficiente, transparente e acessível aos cidadãos.

- **Linguagem Simples:** O TJPA manterá o compromisso de utilizar linguagem simples e clara em suas comunicações, facilitando a compreensão das informações pelos cidadãos.

- **Acessibilidade e Inclusão:** O TJPA continuará aprimorando as ferramentas e plataformas digi-

tais para garantir a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

- **Sustentabilidade:** O TJPA buscará soluções e práticas inovadoras em tecnologia da informação e comunicação que promovam a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

A Secretaria de Informática do TJPA está preparada para os desafios do futuro e comprometida em continuar inovando para oferecer um serviço de excelência ao Poder Judiciário e à sociedade, com foco no aprimoramento constante do Processo Judicial Eletrônico.



Expediente

Departamento de Comunicação/
Coordenadoria de Imprensa

Edição de arte
Airton Nascimento

Foto de capa
Ricardo Lima

